

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História



ANAIIS

Resumos Simples - Resumos Expandidos

2025

I Encontro Nacional de História:
Ensino e públicos
V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



Anais

*I Encontro Nacional de História e
V Semana Acadêmica de História*

2025

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

Encontro Nacional de História, I e Semana Acadêmica de História (Semana de 21, 22 e 23/05/2025).

Anais do I do Primeiro Encontro Nacional de História: ensino e públicos e V Semana Acadêmica de História / Coordenação - Sheyla Farias Silva; Astor Weber; Jorge Pgliarino Junior; et.al. Diagramação e editoração - Vanderlei Amboni; Adriana Wandermurem Corrêa; Pedro H. Caires de Almeida -- Campo Mourão : UNESPAR, 2025. 214p. : il.; Color.

Resumos expandidos e Resumo Simples

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://profhistoria.unespar.edu.br/enhep>

ISBN: 978-65-01-91986-7

1. Resumos Expandidos. 2. Resumos Simples. 3. História. I. Silva, Sheyla Farias; II. Weber, Astor; et.al. (orgs.); III. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. IV. UNESPAR. V. Título.



Ficha Técnica

Comissão organizadora

Prof. Dra. Sheyla Farias Silva - Universidade Federal de Alagoas
Prof. Dr. Astor Weber - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Federico José Alvez Cavanna - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Vanderlei Amboni - Universidade Estadual do Paraná
Mestrando Alexsandro Araújo Oliveira - PPG em História Pública
Mestranda Ana Eduarda Soligo - PPG em Ensino de História
Acadêmica Amanda Fantini - Curso de Graduação em História
Acadêmica Edwiges Maciel Franco - Curso de Graduação em História
Agente Univ. Adriana Wandermurem Corrêa - Secretária do ProfHistória
Agente Univ. Pedro Henrique Caires de Almeida - Secretário do ProfHistória

Comissão Científica

Prof. Dra. Sheyla Farias Silva - Universidade Federal de Alagoas
Prof. Dr. Astor Weber - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Federico José Alvez Cavanna - Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Vanderlei Amboni - Universidade Estadual do Paraná

Editoração e Organização dos Anais

Prof. Dr. Vanderlei Amboni
Agente Univ. Adriana Wandermurem Corrêa - Secretária do ProfHistória
Agente Univ. Pedro Henrique Caires de Almeida - Secretário do ProfHistória

Obs.: O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

ISBN: 978-65-01-91986-7



Apresentação

O *I Encontro Nacional de História: Ensino e Públicos* e a *V Semana Acadêmica de História* da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) objetivam promover o diálogo entre as áreas da história pública, historiografia, teorias e ensino de história. Nesse contexto, destaca-se o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, associado às práticas de difusão do conhecimento por meio de conferências, minicursos, oficinas e comunicações orais. O evento será realizado presencialmente na UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão – e estará aberto a acadêmicos e demais interessados em história. Para sua realização, os programas de pós-graduação em História Pública e Ensino de História, junto ao curso de graduação em História de Campo Mourão, firmaram parcerias que asseguram uma base histórica sólida, contribuindo, assim, para a formação qualificada do profissional de história.

Os organizadores.



Programação

21 de maio de 2025 (quarta-feira)

14h às 20h00: Credenciamento

14h00 às 17h00: Minicursos e Oficinas

1. *História pública, públicos acampados e escola itinerante do MST* (Minicurso)
Prof. Dr. Vanderlei Amboni, da UNESPAR

2. *O Ensino da História para crianças: Diálogos metodológicos sobre o conceito de tempo* (Minicurso)
Profa. Me. Greiciane Farias da Silva

3. *Bebidas alcoólicas ancestrais: história e apropriações contemporâneas* (Oficina)
Prof. Dr. Rafael Afonso Gonçalves

4. *Oficina de podcast em História* (Oficina)
Prof. Dr. Marcelo de Souza Silva, da UFTM

5. *Corpo Arquivo: Ensino, Público e o Corpo como Discurso* (Oficina)
Mestrando Matheus Ribeiro

19h30: Mesa Institucional de abertura

20h00: Mesa-redonda *História e Ensino de História*

Prof. Luis Fernando Cerri, da UEPG e ProfHistória, da UFPR
Prof. Janaína Melo, da UFS
Mediação: Prof. Dr. Federico José Alvez Cavanna, da UNESPAR

22 de maio de 2025 (quinta-feira)

14h00 às 17h00: Cine-educação

Prof. Dra. Divânia Luiza Rodrigues, da UNESPAR
Prof. Ma. Greiciane Farias da Silva

19h30: Mesa-redonda *História e públicos*

Prof. Dra. Gisela Andrade, da UNQ/AR
Prof. Dr. Marcelo de Souza Silva, da UFTM
Mediação: Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior, da UNESPAR



23 de maio de 2025 (sexta-feira)

14h00 às 16h00: Minicursos e Oficinas

1. *Histórias, Artes e Públicos: oportunidades e desafios* (Minicurso)

Prof. Dr. Michel Kobelinski, da UNESPAR

Mestranda Rita Gabriele de Godoi Lima, da UNESPAR

2. *História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades* (Minicurso)

Profa. Dra. Claudia Regina Nichnig, da UNESPAR

3. *Outras Idade Médias: Espacialidades expandidas* (Minicurso)

Prof. Dr. João Vicente de Medeiros Publio Dias, da UNESPAR

4. *Licitações Públicas para Historiadores: Participação em Editais das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc* (Oficina)

Mestrando Wagner Fonseca Souza, da UNESPAR

5. *Robótica no Ensino de História e Patrimônio Cultural* (Oficina)

Profa. Dra. Janaína Mello

16h00 às 18h00: Simpósios Temáticos (STs)

1. ST: *Estudos sobre História Pública*

Coordenação: Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior

Prof. Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes

2. ST: *Ensino de História*

Coordenação: Prof. Dr. Federico José Alvez Cavanna

Prof. Me. Éder Dias do Nascimento

Prof. Dr. Fábio Alexandre da Silva

3. ST: *História e Historiografia*

Coordenação: Prof. Dr. Astor Weber

4. ST: *Direitos Humanos, Educação, Gênero e Ensino de Histórias: possibilidades epistemológicas e práticas*

Coordenação: Prof. Dr. Márcio José Pereira,

Profa. Dra. Claudia Regina Nichnig

Profa. Dra. Cyntia Simioni França

19h30: Mesa-redonda *O campo nas lutas de classes no Brasil: acampamento, educação e direitos humanos*

Paulo Sérgio de Souza, Acampamento Valdair Roque, do MST

Prof. Eldilvani de Jesus Marcelites, Diretor da Colégio Estadual do Campo José Martí, Jardim Alegre

Prof. Dr. Elias Canuto Brandão, da UNESPAR

Mediação: Prof. Dr. Vanderlei Amboni, da UNESPAR



Sumário

RESUMOS EXPANDIDOS

**REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, LAICIDADE E VALORIZAÇÃO DAS
RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA E O COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NOS ESPAÇOS
ESCOLARES LUSÓFONOS**

Ilda Aparecida de Souza
Michel Kobelinski

.....13

**EDUCAÇÃO INFANTIL E CULTURA AFRO- BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE
IDENTIDADE, DOCÊNCIA E EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Ana Ofélia Ferreira de Souza
Claúdia Regina Nichnig

.....24

**ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Lívia Micaela Perin da Rocha
Marcio José Pereira

.....28

**A PARTILHA DO SENSÍVEL E SUA DETERMINAÇÃO DENTRO DO ESPAÇO
ESCOLAR: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS RELATOS DE PROFESSORES DO ENSINO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE (PR)**

Francielly Alves Costa

.....35

A CONSTRUÇÃO DE MUSEU AFETIVO PELO OBJETO GERADOR

Carolina Oliva Rodrigues de Oliveira
João Vitor da Silva Camargo

.....42

**A HISTÓRIA SEM MEDIAÇÃO, O HISTORIADOR DESNECESSÁRIO:
HISTÓRIA PÚBLICA E HISTORIADOR NA ERA DO DIGITAL**

Bruno Flávio Lontra Fagundes

.....47



POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA DOMINGOS PASSOS <i>Camila Baquin do Nascimento</i> <i>Ricardo Tadeu Caires Silva</i>	55
TERRA BOA HISTÓRICA: UMA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA LOCAL DE TERRA BOA - PR <i>Gabriel Lucas Fernandes Gatto</i>	62
HISTÓRIA DO SANTUÁRIO DE SANTA ANA ANGOLA CAXITONA INTERFACE COM A MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DOS FIÉIS LOCAL <i>Joaquim Manuel Francisco</i>	66
MEMÓRIA, GASTRONOMIA E IDENTIDADE: A FESTA DA LEITOA FUÇADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JANIÓPOLIS/PR <i>Marla Dias da Rocha</i>	72
HISTÓRIAS, ARTES E PÚBLICOS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS <i>Michel Kobelinski</i> <i>Rita Gabriele de Godoi Lima</i>	79
HISTÓRIA DOS POVOS VATWA NA INTERFACE COM AS TRADIÇÕES DE CAÇA, MÚSICAS E DANÇAS <i>Silvestre Lissekeivo Manuel Gamba</i>	86
ENTRE BUROCRACIAS E MEMÓRIAS: TENSÕES NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E A DESPROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO NO CASO <i>Wagner Fonseca Souza</i>	92
O USO DE FOTOGRAFIAS COMO VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA FAMILIAR COM ESTUDANTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL (PR) <i>Eliane de Souza Neves</i> <i>Divania Luiza Rodrigues</i>	99



HISTÓRIA, INFÂNCIA E IMIGRAÇÃO: PRÁTICAS DE ENSINO E MEMÓRIA DA PRESENÇA POLONESA NO PARANÁ A PARTIR DA OBRA DE JÓZEF STAŃCZEWSKI

Paula Angélica Malysz

Michel Kobelinski

.....105

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL DE GOIOERÊ

Sueli Costa Leitão de Albuquerque Santana

Bruno Flávio Lontra Fagundes

.....113

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO

Éder Dias do Nascimento

Bruno Flávio Lontra Fagundes

.....120

MULHERES NOS LIVROS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NARRATIVAS ESCOLARES

Ana Paula Menotti

Brenda Marçal

Fábio Alexandre da Silva

.....127

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE A GRANDE GUERRA

Lúcio Fellini Tazinaffo

.....134

HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS PÚBLICOS LGBTQIA+

Thiago Rodrigues da Silva

.....141

O ENSINO DE HISTÓRIA EM BORDADOS: O CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO IDOSO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SCHOLÉ

Greiciane Farias da Silva

Federico José Alvez Cavanna

.....147



RESUMOS SIMPLES

A REINVENÇÃO DE UM HÉRCULES: DE ARMA DE ESTADO A BRINQUEDO DE RESORT

Alexsandro Araújo Oliveira

.....155

ENSINO DE HISTÓRIA E O ENSINO MÉDIO NOTURNO: REFLEXÕES E OBSERVAÇÕES DE UMA DOCENTE DA REDE PÚBLICA PARANAENSE

Ana Eduarda Soligo

Vanderlei Amboni

.....156

EDUCAÇÃO INFANTIL E CULTURA AFRO – BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE, DOCÊNCIA E A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03

Ana Ofélia Ferreira de Souza

.....157

MESAS DE RPG COM ESTUDANTES DO ENSINO BÁSICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Anderson Luiz Dias Domingos

João Paulo Martins Nogueira

.....158

A HISTÓRIA DE ARARUNA VISTA POR UM OLHAR “ESPECIAL”

Ariane Vissotto de Figueiredo Reberti

.....159

ARTE GÓTICA E SAÚDE MENTAL NA MODERNIDADE: OFICINAS DE CATARSE COM ESTUDANTES

Beatriz Carazzai Pereira

Cyntia Simioni França

.....160

MULHERES NOS LIVROS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NARRATIVAS ESCOLARES

Brenda Marçal

Ana Paula Menotti

.....161

A HISTÓRIA SEM A MEDIAÇÃO DO HISTORIADOR: HISTÓRIA PÚBLICA E AS MUTAÇÕES DO OFÍCIO DE HISTORIADOR NA ERA DO DIGITAL

Bruno Flávio Lontra Fagundes

.....162



POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA DOMINGOS PASSOS

Camila Baquin do Nascimento
Ricardo Tadeu Caires Silva

.....163

A CONSTRUÇÃO DE MUSEU AFETIVO PELO OBJETO GERADOR

Carolina Oliva Rodrigues de Oliveira
João Vitor da Silva Camargo

.....164

LUGARES DE MEMÓRIA NA AMÉRICA LATINA: MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS

Carolina Serbai dos Santos
Márcio José Pereira

.....165

A POESIA QUE CONTA A HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Cícero Pereira de Souza

.....166

POR UMA HISTÓRIA ENGAJADA: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICO

Claudia Regina Nichnig

.....167

TEMAS SENSÍVEIS E CONTROVERSOS EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES

Cyntia Simioni França
Gabriel Henrique de Souza

.....168

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO

Éder Dias do Nascimento
Bruno Flávio Lontra Fagundes

.....169

O USO DE FOTOGRAFIAS COMO VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA FAMILIAR COM ESTUDANTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL (PR)

Eliane de Souza Neves
Divania Luiza Rodrigues

.....170



MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE PROFESSORES NA RELAÇÃO COM A CIDADE DE PROMISSÃO/SP: UMA FORMAÇÃO PELA VIA ESTÉTICA

Emily Vitória Neves Monteiro

.....171

HISTÓRIA PÚBLICA DA CULTURA GUARANI: A SOBREVIVÊNCIA DE UM TEKOKHA POR MEIO DA IMAGEM

Felipe Rodrigues Werner
Cyntia Simioni França

.....172

A PARTILHA DO SENSÍVEL E SUA DETERMINAÇÃO DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS RELATOS DE PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE (PR)

Francielly Alves Costa

.....173

TERRA BOA HISTÓRICA: UMA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA LOCAL DE TERRA BOA-PR

Gabriel Lucas Fernandes Gatto

.....174

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE A HISTÓRIA E A MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Giselma dos Santos Torres

.....175

O ENSINO DE HISTÓRIA EM BORDADOS: O CENTRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO IDOSO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SCHOLÉ

Greiciane Farias da Silva
Federico José Alvez Cavanna

.....176

A HISTÓRIA E A CULTURA KAINGANG NO ENSINO FUNDAMENTAL

Helga Karina Moreira
Éder da Silva Novak

.....177

PARTILHA DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS MESTRES MOÇAMBICANOS NA INTERFACE COM AS PINTURAS RUPESTRES DE CHINHAMAPERÉ

Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete

.....178



**O ORIENTALISMO EM CALL OF DUTY, MODERN WARFARE (2019):
REPRESENTAÇÃO RUSSA E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NOS JOGOS
ELETRÔNICOS**

*Jair Pedro Arruda
Astor Weber*

.....179

CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO MEMORIAL EM QUEDAS DO IGUAÇU - PR

*Janete Alves Ferreira Rodrigues
Astor Weber*

.....180

**TEMPO HISTÓRICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS:
ATIVIDADES PRÁTICAS**

*Jhessyka dos Santos Castelo
Ricardo Marques de Mello*

.....181

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS FIÉIS DE ANGOLA-CAXITO COM O SANTUÁRIO
DE SANTA ANA**

Joaquim Manuel Francisco

.....182

HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA AMBIENTAL AMAZÔNICA

Jorge Pagliarini Junior

.....183

ÍNDIO GAY? OUTRAS EXISTÊNCIAS QUE A HISTORIOGRAFIA NÃO CONTA

José Marcos Nascimento Pontes

.....184

**A CONSTRUÇÃO DO SITE “HISTÓRIAS A CONTRAPELO” PARA REPENSAR O
ENSINO DE HISTÓRIA**

Julia Quézia Nunes Boina

.....185

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Lilian Carla Galdino Rodrigues Zonatto

.....186



ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Livia Micaela Perin Da Rocha

Marcio José Pereira

.....187

ENTRE ABAYOMIS, MAKENAS E INFÂNCIAS NEGRAS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA INFÂNCIA

Lucas Alexandre de Lima

Márcio José Pereira

.....188

O CINE DE ALICIA VEGA E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA COM CRIANÇAS DE SEXTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lucas Kauan Borsa de Araujo

.....189

ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE A GRANDE GUERRA: ALGUMAS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS

Lúcio Fellini Tazinaffo

.....190

RELIGIÃO E POLÍTICA NA DISPUTA PELO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Marcelo Lemes Louback

Frank Antonio Mezzomo

.....191

MEMÓRIA, GASTRONOMIA E IDENTIDADE: A FESTA DA LEITOA FUÇADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JANIÓPOLIS/PR

Marla Dias da Rocha

Rafael Afonso Gonçalves

.....192

NARRATIVAS DOS ESTUDANTES ENTRECruzando MODOS DE VIVER AGRÁRIO E URBANO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Marli Batista Basseto

Cyntia Simioni França

.....193



O DIREITO A CIDADE VETADO ÀS MULHERES ZUNGUEIRAS EM LUBANGO - ANGOLA

Matias Eduardo Chimbalandongo
Cyntia Simioni França

.....194

REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, LAICIDADE E VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NOS ESPAÇOS ESCOLARES LUSÓFONOS

Ilda Aparecida de Souza
Michel Kobelinski

.....195

MIGUEL NEKAKA: UMA HISTÓRIA SILENCIADA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Mpambani Matundu Vicente

.....196

MOBILIZAÇÃO RELIGIOSA E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DURANTE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Orlando da Silva Martins
Frank Antonio Mezzomo

.....197

HISTÓRIA, INFÂNCIA E IMIGRAÇÃO: PRÁTICAS DE ENSINO E MEMÓRIA DA PRESENÇA POLONESA NO PARANÁ A PARTIR DA OBRA DE JÓZEF STAŃCZEWSKI

Paula Angélica Malysz
Michel Kobelinski

.....198

A HISTÓRIA DE SÃO VICENTE NARRADA PELOS ESTUDANTES DO CAMPO

Paulo Augusto Balbi De Oliveira
Cyntia Simioni França

.....199

PODSATVA: UMA TENTATIVA DE PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA “COM” O PÚBLICO

Renan Lourenço da Fonseca
Jorge Pagliarini Junior

.....200



HISTÓRIA DOS POVOS VATWA NA INTERFACE COM AS TRADIÇÕES DE CAÇA, MÚSICAS E DANÇAS

Silvestre Lissekeivo Manuel Gamba

.....201

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL DE GOIOERÊ

Sueli Costa Leitão de Albuquerque Santana

.....202

HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS PÚBLICOS LGBTQIA+

Thiago Rodrigues da Silva

.....203

ÁGUAS EM CONFLITO: IMPACTOS DA CGH DO RIO DA VÁRZEA EM CAMPO MOURÃO-PR SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA

Vinicius Gabriel Lirio

Jorge Pagliarini Junior

.....204

ANCESTRALIDADES: A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO PARA O ENSINO DAS CULTURAS AFRICANAS

Pedro Ducatti Guedes

Vitor Hugo da Cruz Silva

.....205

ENTRE BUROCRACIAS E MEMÓRIAS: TENSÕES NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E A DESPROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO NO CASO DO PALACETE SCARPA (SOROCABA/SP)

Wagner Fonseca Souza

.....206

ENSINO ÉTNICO-RACIAL: REMEMORAÇÃO ESTUDANTIS EM DIÁLOGO COM A LITERATURA

Yuri Juan de Oliveira Cardoso

Cyntia Simioni França

.....207

ENTRELAÇANDO VOZES E PRÁTICAS DAS MULHERES MUILAS E MUCUBAIS NOS ESPAÇOS: SALA DE AULA E CIDADE DO LUBANGO

Yuri Manuel Francisco Agostinho

Cyntia Simioni França

.....208

I Encontro Nacional de História:
Ensino e públicos
V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



Resumos Expandidos



REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, LAICIDADE E VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NOS ESPAÇOS ESCOLARES LUSÓFONOS

Palavras-chaves: Ensino de História. Liberdade Religiosa. Racismo. Preconceito. Afro religião.

ILDA APARECIDA DE SOUZA (UNESPAR)
ilda.souza@escola.pr.gov.br

MICHEL KOBELINSKI (UNESPAR)
mkobelinski@gmail.com

Introdução

O racismo é progressivo e atinge todos os níveis da convivência entre os grupos conflitantes, no âmbito da religião não é diferente, as pessoas de religiões diferentes encontram maior dificuldade em serem aceitas. O racismo religioso é cruel e afeta pessoas de todas as camadas sociais e faixas etárias, podendo acontecer em qualquer lugar, inclusive na escola. A Lei 10.639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira (Brasil, 2003).

Esta comunicação trata do ensino de História nos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II como uma ferramenta contra o racismo religioso e valorização das religiões de matriz africana, pois no início do Fundamental II os alunos iniciam uma compreensão crítica e aprofundada da história e da cultura. A Lei 10.639/03 reconhece história e a cultura afro-brasileira como marginalizadas e silenciadas por séculos. Ao incluir o conteúdo no currículo, a lei promove uma visão justa da história do Brasil.



O objetivo da pesquisa é investigar como o ensino de História, pautado na Lei 10.639/03, contribui para o combate ao racismo religioso contra as religiões de matriz africana nos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, os objetivos específicos são: Analisar a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas de Ensino Fundamental II; Identificar práticas pedagógicas eficazes para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira; Avaliar o impacto dessas práticas no combate ao racismo religioso entre os alunos; Propor estratégias pedagógicas para a valorização das religiões de matriz africana no contexto escolar.

Metodologia

Trata-se de uma abordagem qualitativa, com enfoque em pesquisa-ação. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de História e Ensino Religioso, além de grupos focais com alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II. Estas entrevistas buscarão explorar as percepções dos educadores sobre a implementação da Lei 10.639/03, suas experiências práticas no ensino das tradições afro-brasileiras. A análise de documentos, materiais didáticos, livros, planos de aula e diretrizes curriculares verificará a adequação dos conteúdos à Lei 10.639/03 e identificará lacunas das tradições religiosas afro-brasileiras. A pesquisa-ação possibilitará o desenvolvimento e a implementação de intervenções pedagógicas baseadas nas boas práticas visando o combate ao racismo religioso. Isso incluirá a elaboração de planos de aula, atividades interativas e propostas de integração curricular que promovam o respeito e a valorização das religiões de matriz africana.

Resultados e Discussão

A Lei 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003). Ao investigar como o ensino de História pode ser utilizado como ferramenta para combater o racismo religioso e promover o respeito e a valorização das religiões de matriz africana, pauta-se na Lei



10.639/03 em um contexto de crescente reconhecimento da necessidade de políticas públicas de igualdade racial e a valorização da diversidade cultural no Brasil.

A fundamentação teórica se apoia em correntes de pensamento da educação e as relações étnico-raciais, conforme a teoria crítica de Paulo Freire que enfatiza: “A conscientização é o processo pelo qual o ser humano, ao refletir sobre sua própria realidade, toma consciência de sua condição de oprimido e se engaja na luta pela sua libertação”. (Freire, 1987, p. 34).

O multiculturalismo crítico é uma abordagem, defendida por autores como James Banks e Gloria Ladson-Billings, propõe uma educação que valorize a diversidade cultural e promova a justiça social (Banks, 2004).

Em termos conceituais, entendemos que o conceito de decolonialidade, a partir das formulações de Quijano (2000; 2007) e Walter Mignolo (2011), refere-se a um processo crítico e disruptivo de questionamento das permanências de estruturas colonialistas. Esse processo busca revisar as formas de dominação cultural, econômica e epistemológica impostas pelo colonialismo, com o objetivo de reconhecer e valorizar saberes ancestrais historicamente marginalizados e, hoje, reafirmados como parte de uma resistência ativa. A ideia de Laicidade (Valente, 2018; Pinto, 2012), Por sua vez, a laicidade (Valente, 2018; Pinto, 2012) é a separação entre Estado e religião, que busca garantir a liberdade religiosa, o respeito a diferentes crenças e a boa convivência entre pessoas com religiões diversas, principalmente nas escolas. Por fim, o racismo religioso (Miranda, 2021; Hartikainen, 2021; Rufino e Miranda, 2019; Hanretta, 2013) é uma discriminação que mistura preconceito racial e religioso, principalmente contra religiões de matriz africana. Ele ocorre por meio de exclusão, preconceito e violência, e tem suas raízes históricas no colonialismo e no racismo presente na sociedade atual.

A Lei 10.639/03, pode ser analisada à luz dos estudos pós-coloniais e decoloniais, especialmente através das contribuições de Aníbal Quijano, Walter Mignolo. Quijano, com seu conceito de "colonialidade do poder", destaca como as estruturas de poder colonial continuam a influenciar as relações sociais e culturais na



América Latina, perpetuando a marginalização das culturas e religiões de matriz africana (Quijano, 2000).

A implementação da Lei 10.639/03 pode ser vista como uma forma de resistência decolonial, promovendo a valorização e o reconhecimento dos saberes e práticas ancestrais afro-brasileiras, pois decolonialidade busca dismantelar as estruturas do poder colonial (Quijano, 2007; Mignolo, 2011; Lugones, 2010).

Bittencourt (2004), enfatiza a necessidade de uma abordagem pedagógica que valorize as diferentes perspectivas históricas e culturais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Gomes (2005) discute a importância da implementação da Lei 10.639/03 e a necessidade de uma educação que promova a igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira.

Munanga (2004) aborda a importância de reconhecer e valorizar a contribuição dos afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira. Gonçalves e Silva (2005) contribui para a discussão sobre a implementação da Lei 10.639/03 e a educação das relações étnico raciais, enfatizando a importância de uma educação que promova a igualdade racial e a valorização da diversidade cultural. Cavalleiro (2000) discute a importância de uma educação de combate ao racismo e que promova a igualdade racial. Walsh (2009) propõe uma educação que valorize o diálogo e a interação entre diferentes culturas. A valorização das religiões de matriz africana no ensino de História pode promover essa interculturalidade, ajudando os alunos a reconhecer e valorizar a diversidade religiosa.

A reflexão a respeito das desigualdades exige predisposição à busca da igualdade, para estabelecer o reconhecimento de que todos os seres humanos são dotados de direitos. Entretanto, a igualdade, decorre da educação para o respeito e a igualdade que se consegue por meio de uma educação laica.

Valente (2018) ao tratar a questão da laicidade da educação religiosa no Brasil, menciona a escola pública e busca refletir sobre a prática do ensino religioso no currículo escolar. Ao aprofundar o debate sobre o ensino laico, a autora questiona o propósito e o lugar do ensino religioso dentro do currículo do Ensino fundamental. A administração pública realizada pelo Estado, a escola e seus princípios políticos da



república, devem ser pensados por tendências filosóficas iluministas ao se destinar o processo civilizatório.

Também em Portugal, segundo Pinto (2012) ao discutir o “Relatório Debray”, pontuando que a relação entre as religiões e a sociedade, precisa estar centrada no âmbito escolar, pois é por meio dela que os jovens adquirem valores e práticas cívicas, a escola é o lugar da busca de respostas para os anseios e soluções das famílias e da sociedade em geral. Neste aspecto, a laicidade está relacionada à separação entre o estado e a religião, assim, não se privilegia nenhuma religião, o que vem garantir a liberdade de crença, de tratamento a todos os cidadãos.

A disciplina Ensino Religioso consta na proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê que esta não seja confessional no Ensino Fundamental, porém ainda não existe uma versão final desse documento. As muitas possibilidades de abordar a questão da disciplina Ensino Religioso nas escolas públicas advêm de uma falta de regulamentação proveniente do Estado (Valente, 2010).

Autores como François Boespflug, Françoise Dunande e Jean-Paul Willaine, estudaram a memória das religiões, ainda no final do século XX, à procura de um equilíbrio no lugar das religiões na sociedade atual, tendo em vista as questões de erosão da identidade e o desaparecimento da cultura religiosa, centrando-se o conhecimento das mesmas nos saberes postulados pelas modalidades religiosas dentro e fora das escolas (Pinto, 2012).

Há necessidade de mais debates e trocas entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, a fim de solidificar e fortalecer um modelo de laicidade adequado ao Brasil. Por sua vez, esse modelo pode possuir inspirações estrangeiras, mas sempre levando em conta os aspectos culturais nacionais e tendo como alvo o convívio civilizado de pessoas de diferentes crenças na sociedade. Esse não é um processo linear, mas a laicidade brasileira, aos poucos, vai adquirindo contornos mais claros, como parte integrante da cultura nacional (Valente, 2018).

Hunt (2009) discorre a respeito da declaração dos direitos humanos e tece críticas aos interesses que trazem no bojo de tais declarações, que nem sempre atende aos interesses comuns de toda a sociedade.



Hartikainen (2021); Miranda (2021); Rufino e Miranda (2019); Morais (2022); Duarte (2022), Pilão e Faleiros (2022), Camurça e Rodrigues (2022), Vital (2022) discutem as ideologias raciais brasileiras e a hostilidade às religiões de matriz africana, pontuando a visão política do país. Neste contexto, o Brasil formado por variados grupos étnicos e culturais não desenvolveu um combate mais efetivo ao racismo, isso conduziu para o surgimento de uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), que teve como objetivo determinar o “reconhecimento das religiões de matriz africana como um direito dos afro-brasileiros” (Brasil 2003).

Para Miranda (2021) o racismo religioso é uma questão que precisa ser abordada com seriedade, para que sejam tomadas medidas a respeito das tristes ocorrências relacionadas ao racismo religioso contra os seguidores de religiões de matrizes africanas. Duarte (2022) discute a importância de colegiados para a participação da sociedade civil no Estado e para o incremento da própria democracia.

O problema da liberdade religiosa que afeta os países lusófonos que sofrem o preconceito religioso e que não é respeitada. Esses países também conhecidos como PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e, São Tomé e Príncipe. Esses países de colonização portuguesa sofrem mais com o racismo religioso, que gera violência contra o povo de religiões de matriz africana.

Hanretta (2013), ao analisar a situação das religiões no continente africano, destaca a dominação colonial exercida pelo Cristianismo e pelo Islamismo, que marginalizaram as religiões nativas. A abordagem, sustentada pela metáfora de Okot P'Bitek sobre os africanos como "fundamentalmente ateístas", revela as limitações das categorias europeias para compreender as práticas espirituais africanas. Nesta abordagem, defende-se que a religião funciona não como antítese da modernidade, mas como mediadora social, econômica e simbólica, capaz de expressar crises estruturais e culturais profundas. Dessa forma, a religião torna-se um espaço vital de agenciamento, reinvenção social e subjetiva, mostrando-se como sismógrafo das contradições da modernidade e das falências institucionais. Essa visão complexa reforça a necessidade de repensar a categoria “religião” também nos



contextos escolares, reconhecendo sua importância na construção de identidades e no enfrentamento das desigualdades.

O reconhecimento do racismo religioso nas Nações Unidas vem sendo debatido desde os anos 1960, para o filósofo africano Ngoenha (1995) há necessidade de se pensar filosoficamente as relações entre a religião e os preconceitos que não discutidos socialmente.

Com base nessas premissas teóricas, delinea-se a metodologia para investigar como a Lei 10.639/03 pode ser implementada no ensino de história, visando combater o racismo religioso contra as religiões de matriz africana no Paraná, através de práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar para que promovam a valorização da diversidade cultural.

Conclusões

A educação religiosa no Brasil estabelece que cada aprendiz, apresenta-se como um sujeito que se constitui enquanto ser de dimensão concreta e biológica, bem como de transcendência em sua dimensão subjetiva e simbólica. Essas dimensões possibilitam que os seres humanos se relacionem entre si, se relacionem com natureza e com a(s) divindade(s), percebendo-se como iguais e diferentes.

A criação de recursos e meios de combate ao racismo religioso nas escolas depende da vontade política, do debate, de tornar mais esclarecedor para os jovens o que tende a nublar o desenvolvimento no futuro. A formação de uma sociedade igualitária precisa ser construída com mais educação e respeito às leis, que existem, mas que muitos fazem questão de ignorar apenas para atender interesses comuns e particulares.

Referências

BAHIA, J.; AGUIAR, C.F.; NOGUEIRA, F.J. Marco Zero: intolerância religiosa, resistências e controvérsias no campo étnico-religioso em São Gonçalo, Rio de Janeiro. **Revista OQ: Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais**, v. 5, p. 82-99, 2022.



BANKS, James A. Handbook of research on multicultural education. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BITTENCOURT, Circe. A Lei 10.639/03 e a educação para a diversidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CAMURÇA, Marcelo; RODRIGUES, Ozaias. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. **Revista OQ: Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais**, v. 5, p. 6-30, 2022.

DUARTE, Thatiane dos Santos. O comitê nacional da diversidade religiosa e sua importância nos enfrentamentos aos racismos religiosos. **Revista OQ: Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais**, v. 5, p. 100-112, 2022.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre a Lei 10.639/03. São Paulo: Autêntica, 2005.



GOMES, Nilma Lino. Formação de professores e a educação das relações étnico-raciais. Brasília: Editora UnB, 2010.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. A importância da Lei 10.639/03 para a valorização da cultura afro-brasileira. São Paulo: Editora Afro-Brasil, 2003.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Identidade nacional e diversidade cultural. Salvador: Editora Malê, 2005.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Promoção da igualdade racial através da educação. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2004.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Transformação social e educação inclusiva. Brasília: Editora UnB, 2006.

HANRETTA, Sean. New religious movement. In: REID, Richard; PARKER, John (org.). The Oxford handbook of modern African history. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2013

HARTIKAINEN, Elina. Racismo religioso, discriminação e preconceito religioso, liberdade religiosa: controvérsias sobre as relações entre estado e religião no Brasil atual. **Debates do NER**, 2021.

HUNT, Lynn A invenção dos direitos humanos; unia história / Lynn Hunt; tradução Rosaura Eichenberg.— São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MAURÍCIO, George. O candomblé bem explicado (Nações Bantu, Iorubá e Fon)/Odé Kileyu e Vera de Oxaguiã. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MIGNOLO, Walter. The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

MIGNOLO, Walter. The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A " política dos terreiros" contra o racismo religioso E as políticas" cristofascistas". **Debates do NER**, 2021.

MIRANDA, Simão de. Estratégias didáticas para aulas criativas. Campinas, SP: Papyrus, 2016.



MORAIS, Mariana Ramos de. “Povos e comunidades tradicionais de matriz africana” no combate ao “racismo religioso”: a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Religião & Sociedade**, v. 41, p. 51-74, 2022.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

NGOENHA, Severino Elias. Filosofia Africana: das independências às liberdades. Maputo - Moçambique/África: Edições Paulistas, 1995

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Ana Paula. Resistência e religiosidade: as religiões de matriz africana no Brasil. Salvador: Editora Malê, 2015.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. Racismo religioso e ideologia do branqueamento no Brasil. 2019.

PILÃO, Valéria; FALEIROS, Juliana Leme. Racismo religioso na sociedade brasileira: reflexo da democracia restrita. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 15, n. 43, p. 77-96, 2022.

PINTO, Paulo Mendes. O ensino da Religião na Escola Laica: uma leitura do “Relatório Debray”. ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). **REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES – Ano XI, 2012 / n. 16/17 – 11-30.**

RUFINO, Luiz; DE MIRANDA, Marina Santos. Racismo religioso. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SILVA, Maria Aparecida. A Lei 10.639/03 e o combate ao racismo religioso nas escolas. São Paulo: Editora Afro-Brasil, 2010.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro. posições**. V. 29, N. 1 (86) | jan./abr. 2018.

VARGAS, Everson Jaques. A escrevivência e os indicadores de bem-estar para povos tradicionais: uma ferramenta de pesquisa em psicologia. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

VERGER, Pierre. Lendas africanas dos Orixás. Salvador – BA: Fundação Pierre Verger, 2019.



VITAL, Christina. Tem batuque na política: o caso da Frente Parlamentar de Matriz Africana no Congresso Nacional Brasileiro. **Revista OQ: Dossiê Racismo Religioso, Cuidado e Comunidades Negras Tradicionais**, v. 5, p. 31-60, 2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (De)Coloniales de Nuestra Época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.



EDUCAÇÃO INFANTIL E CULTURA AFRO- BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE, DOCÊNCIA E EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Antirracismo. Educação infantil.

ANA OFÉLIA FERREIRA DE SOUZA (UNESPAR)
anaoeliaferreira30@yahoo.com

CLAÚDIA REGINA NICHNIG (UNESPAR)
claudianichnig@gmail.com

Introdução

A educação infantil é a base para a formação de sujeitos conscientes, críticos e pertencentes a uma sociedade diversificada. Nessa fase inicial da vida, as crianças vivenciam seus primeiros contatos com valores, símbolos e representações sociais, o que influencia diretamente sua construção identitária e o respeito à diversidade. No Brasil, marcado por um passado colonial e escravocrata, as desigualdades raciais persistem nas estruturas sociais, inclusive no sistema educacional. A promulgação da Lei 10.639/03, em 2003, representou uma resposta histórica às demandas do Movimento Negro, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir, de forma obrigatória, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Porém mesmo após mais de vinte anos desde sua aprovação, notamos que sua implementação ainda enfrenta entraves estruturais, simbólicos e formativos. A lei, muitas vezes, é tratada como um apêndice curricular e não como um eixo estruturante da prática pedagógica. Este estudo propõe investigar como a cultura afro-brasileira está presente nas práticas pedagógicas da educação infantil, a partir da efetivação da Lei 10.639/03. Busca-se compreender como docentes da rede pública percebem e aplicam os fundamentos da lei, e quais são os limites e possibilidades para uma formação identitária que valorize as infâncias negras e seus repertórios culturais.



Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos e subjetivos. O método principal será a análise documental de planos de aula e Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de escolas públicas de educação infantil, complementada pela aplicação de questionários abertos com professoras(es) atuantes na rede escolar. A questão central é: “De que forma a escola contribui, na sua visão, para a construção da identidade racial de crianças negras?”. A análise dos dados será orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), organizada nas etapas de pré-análise, categorização temática e interpretação inferencial. A pesquisa também se fundamenta nos preceitos éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o anonimato e o consentimento livre e esclarecido dos participantes.

Resultados e Discussão

Mesmo se tratando de uma pesquisa em fase inicial, os dados coletados até o momento indicam que, embora a Lei 10.639/03 tenha sido incorporada formalmente ao currículo, sua efetividade prática é desigual e muitas vezes superficial. Em grande parte das instituições, a abordagem da cultura afro-brasileira se limita a atividades comemorativas em novembro, reforçando um tratamento pontual, e não contínuo, da temática racial. Autores como Nilma Lino Gomes (2005) apontam que a valorização da identidade negra precisa ser cotidiana e estruturante, e não periférica. A ausência de representações positivas da negritude no material didático, na literatura infantil e nos ambientes escolares compromete o sentimento de pertencimento das crianças negras. Bell Hooks (2013), ao refletir sobre a educação como prática da liberdade, nos lembra que a sala de aula deve ser espaço de transformação, e não reprodução de opressões. Kabengele Munanga (2014) reforça que o reconhecimento das heranças africanas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade democrática. A invisibilização das culturas afro-brasileiras na educação infantil contribui para a perpetuação de estigmas e reforça o eurocentrismo como padrão.



Também foi possível identificar a carência de formação inicial e continuada voltada às relações étnico-raciais, o que fragiliza a atuação docente frente às exigências da lei. Ao mesmo tempo, surgem práticas promissoras em escolas que desenvolvem projetos interdisciplinares, convidam mestres da cultura negra, ou incorporam a oralidade, a musicalidade e os saberes dos terreiros como formas legítimas de conhecimento.

Conclusões

Conclui-se até o presente momento, que a efetivação da Lei 10.639/03 na educação infantil ainda carece de políticas mais robustas de formação docente, revisão de materiais didáticos e escuta ativa das comunidades negras. O reconhecimento da infância negra como sujeito de direitos e saberes deve ser central em qualquer projeto educativo antirracista. A escola precisa ser um território de afirmação, onde a criança negra se veja, se reconheça e se sinta valorizada. A consolidação de uma educação antirracista depende de práticas pedagógicas coerentes com os princípios de justiça racial, memória, ancestralidade e pertencimento.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à pesquisa, que vem tornando a pesquisa possível, contribuindo para o desenvolvimento deste estudo.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP nº 003/2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.



BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial da União, 10 jan. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 19-34, 2005.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *O que é o racismo? E outros ensaios*. São Paulo: Editora Autêntica, 2014.



ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Palavras-chave: Ditadura Militar. Lugares de Memória. Mapeamento. Reparação Histórica.

LÍVIA MICAELA PERIN DA ROCHA (UNESPAR)
lmicaelaperindarocha@gmail.com

MARCIO JOSÉ PEREIRA (UNESPAR)
marciopereira@unespar.edu.br

Introdução

Este projeto de pesquisa tem como foco analisar historicamente as lutas sociais por justiça, verdade, memória e reparação histórica no Brasil, após a abertura política e a redemocratização. O estudo busca compreender como as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar seguem impactando a sociedade mesmo em contextos democráticos, progressistas e liberais. A proposta é construir uma narrativa histórica dos direitos humanos no Brasil entre 1988 e 2022, conectando passado e presente.

No contexto contemporâneo, os espaços de memória têm ganhado destaque como instrumentos de disputa simbólica e política. Esses lugares atuam como pontos de denúncia, reconhecimento e visibilidade de experiências silenciadas, reforçando a importância da memória como ferramenta de justiça social. Assim, eles se tornam fundamentais na consolidação de uma cultura de direitos humanos e no enfrentamento de desafios como a desigualdade, a impunidade e o negacionismo histórico.

A trajetória dos direitos humanos no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, fruto de lutas constantes. Não se trata de um processo linear, mas de uma construção coletiva, atravessada por conflitos e resistências. Nesse cenário, os espaços de memória funcionam como mediadores entre passado e futuro, conectando



lembrança e ação, e oferecendo possibilidades para a formação de uma cidadania mais crítica, consciente e inclusiva.

A pesquisa pretende mapear e georreferenciar lugares de memória relacionados aos direitos humanos e à reparação histórica, identificando arquivos, acervos, repositórios, instituições e associações. O objetivo é analisar a diversidade temática e temporal desses registros e disponibilizar as informações por meio de um mapa interativo de acesso público. Em tempos de negacionismos e ameaças à democracia, compreender como essas memórias são preservadas e mobilizadas é essencial para a afirmação de direitos e para a construção de futuros mais justos.

Metodologia

Este projeto adotará uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para garantir uma análise ampla e aprofundada dos lugares de memória e a trajetória histórica dos Direitos Humanos no Brasil. O trabalho será desenvolvido em quatro etapas principais, cada uma contribuindo para a construção de um mapeamento preciso e significativo.

Iniciamos com o levantamento bibliográfico e documental: pesquisa em bibliotecas, arquivos, bases de dados e sites especializados para identificar os locais de memória sobre direitos humanos e reparação histórica. Partindo para o georreferenciamento: utilização de ferramentas de georreferenciamento para mapear os locais identificados em um mapa interativo, permitindo a visualização e navegação dos usuários. De modo que possamos realizar a análise dos conteúdos levantados: análise dos registros presentes nos locais mapeados, considerando sua natureza, abrangência temporal e temática, bem como suas possíveis lacunas e desafios de preservação. Para pôr fim realizar a avaliação qualitativa: avaliação do impacto social e cultural dos locais de memória na construção da memória coletiva e na promoção dos direitos humanos.

Dessa forma, a combinação dessas etapas metodológicas permitirá não apenas a identificação e documentação dos lugares de memória, mas também uma análise crítica sobre seu papel na construção da história dos grupos silenciados e na



divulgação dos direitos humanos. A integração entre levantamento documental, georreferenciamento, análise de conteúdo e avaliação do impacto social garantirá uma abordagem abrangente, que valoriza tanto os registros históricos quanto às percepções e desafios contemporâneos. Além disso, ao disponibilizar um mapeamento acessível e interativo, este projeto busca ampliar o alcance dessas memórias, incentivando reflexões e conhecimentos sobre os lugares de memória brasileiros.

Análise e Discussão

A análise tem por foco alcançar os lugares de memória, que pela definição do historiador Pierre Nora (1984;1997) são locais onde a memória coletiva se cristaliza e se materializa. Argumenta que esses lugares são espaços físicos, como monumentos, edifícios históricos, museus e cemitérios, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos.

Portanto, buscamos estes lugares que estejam relacionados aos Direitos Humanos no Brasil e que representem espaços fundamentais para a preservação da história e a reflexão sobre as violações passadas. Esses locais não apenas materializam a memória coletiva, mas também desempenham um papel crucial na reparação histórica e na construção de uma consciência social sobre os Direitos Humanos.

Os desafios encontrados para esta pesquisa são diversos e significativos, principalmente num país cujo esquecimento parece ser mais ávido que o lembrar. Esses desafios, que vão desde o desinteresse político até a falta de financiamento adequado. Um dos principais obstáculos é o desmazelo estatal em manter esses espaços como referências para a educação e a justiça histórica. Muitos memoriais e arquivos enfrentam dificuldades financeiras e dependem de iniciativas privadas ou de organizações da sociedade civil para continuar suas atividades.

Outro desafio importante é a resistência de setores conservadores que questionam a necessidade de manter vivas as memórias das violações passadas. Esse negacionismo histórico dificulta a implementação de políticas públicas voltadas à



reparação e ao reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado. Além disso, a falta de uma cultura de valorização da memória coletiva no Brasil contribui para a fragilidade desses espaços, tornando-os vulneráveis ao esquecimento e até mesmo à destruição.

O mapeamento dos lugares de memória tem um impacto direto na conscientização sobre as violações passadas e na promoção dos Direitos Humanos. Como destaca Nora (1993), os lugares de memória funcionam como âncoras da memória coletiva, possibilitando que sociedades reflitam sobre suas trajetórias e consolidem narrativas que evitem a repetição de injustiças históricas. A criação de um banco de dados acessível ao público permite que pesquisadores, educadores e cidadãos tenham acesso a informações fundamentais para a compreensão das lutas sociais e políticas no Brasil.

Além disso, a georreferência desses espaços facilita o reconhecimento e a valorização desses locais como parte integrante da identidade nacional. Segundo Pollak (1992), a memória é um elemento constitutivo da identidade social e pode ser disputada em diferentes contextos históricos e políticos. Dessa forma, ao destacar a diversidade temática e temporal dos registros, o mapeamento contribui para uma narrativa mais inclusiva, que reconhece a trajetória de grupos historicamente marginalizados, promovendo a justiça de transição e a reparação histórica (SOARES; QUINALHA, 2011).

Práticas que articulam espaços de memória e direitos humanos são de suma importância para o campo da História Pública, pois ampliam o acesso social ao conhecimento histórico e promovem a participação ativa de diferentes sujeitos na produção e circulação de narrativas sobre o passado. Ao deslocarem a história para além dos limites acadêmicos, essas iniciativas atuam como produtoras indiretas de consciência histórica, contribuindo para que a sociedade compreenda as continuidades entre passados de violência e as desigualdades do presente. Nesse sentido, a História Pública não apenas democratiza o saber histórico, mas também potencializa sua função social e formativa, fortalecendo processos de reconhecimento, empatia e justiça social.



A publicização desses lugares também pode fortalecer iniciativas de reparação histórica, influenciando políticas públicas voltadas à preservação da memória coletiva. Segundo Antonini (2015), a visibilidade dos lugares de memória amplia sua função social e educativa, contribuindo para a criação de estratégias institucionais que garantam a manutenção desses espaços e sua inserção em processos pedagógicos. A conscientização gerada por esses registros ajuda a evitar a repetição das violações do passado e incentiva a participação cidadã na defesa dos Direitos Humanos.

Portanto, ao articular memória, história e justiça social, o mapeamento dos lugares de memória no Brasil reforça o compromisso com a verdade e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Como aponta Halbwachs (2004), a memória coletiva se constrói a partir de suportes materiais e simbólicos que garantem sua perpetuação e relevância para as novas gerações, tornando essencial a preservação e a valorização desses locais.

Considerações Finais

No Estado Democrático, considerar Lugares de Memória como bens culturais implica a gestão desses espaços de forma intergeracional. Isso envolve a produção e a apropriação do conhecimento dos elementos relevantes para valorizar a cultura e a história, além de conservar a memória e promover a sustentabilidade, inclusive econômica, da comunidade. Além de cumprir o dever do Estado de recordar e reparar as vítimas, os Lugares de Memória garantem à comunidade o direito de desfrutar dos benefícios, como o conhecimento do passado e a convivência com a verdade sobre os acontecimentos. (SOARES; QUINALHA, 2011, p. 84).

Este trabalho visa contribuir socialmente ao apresentar a trajetória dos Direitos Humanos no Brasil após a ditadura militar, um período marcado por ações governamentais contrárias aos Direitos Humanos, afetando diversos grupos sociais. Como resultado desejamos mostrar, sob uma perspectiva histórica, como as instituições jurídicas e sociais de defesa da dignidade humana foram criadas e



ampliadas progressivamente para combater a violência, o aviltamento, a exploração e a miséria no país.

Logo, espera-se que este projeto resulte em um mapa detalhado e acessível dos locais de memória sobre direitos humanos e reparação histórica no Brasil, proporcionando uma ferramenta valiosa para pesquisadores, educadores, ativistas e o público em geral que tenham interesse em conhecer novos espaços com significados profundos, a fim de aprofundarem-se na história do Brasil com foco nos públicos marginalizados que merecem ter destaque após anos de repreensão pelas políticas públicas.

Além de destacar locais já populares, o projeto busca trazer à luz espaços pouco conhecidos, reforçando a necessidade de valorização e preservação dessas histórias. Por meio disso, pretendemos não apenas preservar, divulgar e valorizar esses registros históricos, mas também promover uma maior conscientização sobre as relações sociais passadas e os desafios ainda existentes na efetivação dos direitos humanos e da justiça histórica.

Futuras pesquisas podem aprofundar-se em problemáticas dos motivos de alguns lugares de memória terem mais visibilidades, ou o motivo de determinadas localidades geográficas possuírem mais destes espaços que outros. Além disso, podem pesquisar mais espaços que não foram inseridos neste mapeamento a fim de deixá-lo mais completo e acessível.

Referências

ANTONINI, Anaclara Volpi. Os lugares de memória da ditadura militar no contexto da justiça de transição brasileira. In: Lutas, experiências e debates na América Latina, 2015, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: Imago Mundi, 2015. p. 60-70. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/4b3121a4-b8ec-4d27-9e24-36c8c2d1f8d7>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, v. 10, p. 75-86, 2011.



A PARTILHA DO SENSÍVEL E SUA DETERMINAÇÃO DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS RELATOS DE PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE (PR)

Palavras-chave: Poder. Memórias. Emoções.

FRANCIELLY ALVES COSTA (UNESPAR)
franciellyalvesc@gmail.com

Introdução

O presente artigo investiga como a partilha do sensível, conceito trabalhado por Jacques Rancière (2005) é definida no contexto escolar de Tuneiras do Oeste (PR). Com base nos relatos de professores da rede base, a partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada na História Oral (Portelli, 2016; Thompson, 1992), temos como objetivo observar as dinâmicas de poder (Foucault, 2004) que influenciam a disseminação do conhecimento, analisando as inclusões e exclusões ocorridas nesse processo e observando qual memória (Huyssen, 2000) e emoções são levantadas a partir destes questionamentos.

A partir disso, se propõe uma reflexão crítica sobre a relação Estado, escola e professores. O projeto utiliza como método a leitura bibliográfica aliada à realização de entrevistas com professores, as quais serão desenvolvidas ao longo da pesquisa. Desse modo, o estudo se insere no campo da História Pública e Oral, articulando teoria e experiência para compreender criticamente as dinâmicas de poder, emoções e memória na partilha do sensível no contexto escolar de Tuneiras do Oeste (PR). Portanto, temos como objetivos discutir como a partilha do sensível é determinada e vivida no contexto escolar à luz do que a memória e as emoções suscitam nos sujeitos entrevistados. A análise das experiências de professores e alunos, com foco nas práticas pedagógicas e na percepção da atuação dentro das escolas públicas da cidade, permitirá compreender as especificidades desse



contexto e oferecer uma contribuição ao campo da História Pública, da Filosofia da Educação e da Educação Básica. Com isso, o estudo apresenta reflexões acadêmicas sobre o uso de teorias filosóficas no ensino dentro da História do Tempo Presente e busca fornecer subsídios para a formação e reflexão contínua de professores, ajudando a aprimorar as práticas pedagógicas e a promover uma educação mais justa e democrática.

Metodologia

Adotaremos uma abordagem qualitativa, com ênfase na História Oral como principal método de investigação, seguindo o que constrói Alessandro Portelli (2016) em seus escritos, nos quais entende o relato oral como uma construção subjetiva de memória, atravessada por emoções, interpretações e contextos históricos. A escolha da História Oral justifica-se pelo interesse em compreender as experiências vividas pelos professores da rede pública de ensino de Tuneiras do Oeste (PR), buscando identificar como estes sujeitos percebem, vivenciam e ressignificam a partilha do sensível em seu cotidiano escolar, afinal “(...) as fontes orais são utilizadas como eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual as questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador.” (Portelli, 2016, p. 10).

Para a coleta de dados, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os participantes relatem suas memórias e emoções de maneira livre, mas com direcionamento para os temas centrais do estudo: a partilha do sensível, as dinâmicas de poder na escola e a construção de memórias institucionais e individuais. A conversação, enquanto abordagem de pesquisa, visa principalmente captar a narrativa de forma mais fluida e menos rígida, sem uma lista fixa de perguntas, o que impossibilita a previsão do rumo que a interação tomará, proporcionando mais liberdade à pessoa que compartilha sua experiência.

A escuta dos professores será conduzida sob uma perspectiva de autoridade compartilhada (Frisch, 1990), buscando garantir um espaço de diálogo aberto, no



qual os entrevistados extrapolam o “papel” de fontes de dados e se tornam coautores da produção do conhecimento. Após a transcrição, os relatos serão analisados por meio da técnica de análise temática de conteúdo, com base nas orientações de Bardin (2011), buscando categorias que evidenciem as relações de poder (Foucault, 2004), os processos de construção de memória (Huyssen, 2000) e, principalmente, as manifestações das emoções dentro do contexto escolar.

A análise final buscará construir uma narrativa que integre teoria e experiência, respeitando a singularidade de cada depoimento, ao mesmo tempo em que evidencia as estruturas coletivas que se perpetuam no espaço escolar.

Resultado e Discussão

Neste momento, a pesquisa encontra-se na etapa de preparação e organização das entrevistas, que serão realizadas com professores da rede pública de ensino de Tuneiras do Oeste (PR). A construção do roteiro das entrevistas segue os princípios da História Oral, conforme as orientações de Alessandro Portelli (2016), com questões abertas que permitam aos participantes expressar livremente suas memórias, emoções e percepções sobre as dinâmicas de poder e a partilha do sensível no espaço escolar. O foco na escuta atenta e respeitosa dos sujeitos envolvidos busca compreender como suas experiências individuais refletem e tensionam estruturas institucionais mais amplas.

Embora as entrevistas ainda não tenham sido efetivamente realizadas, a revisão bibliográfica realizada até o momento, aliada às discussões teóricas que fundamentam o projeto, já permite identificar a relevância social, política e educacional da investigação. A partir dos referenciais de Jacques Rancière (2005), compreende-se que a escola é um lugar de definição do visível, do audível e do pensável, onde se estabelece quem tem legitimidade para ocupar determinados espaços e posições discursivas. Nesse sentido, o espaço escolar se configura como um campo de disputa simbólica em que diferentes vozes e sujeitos concorrem pelo reconhecimento e pelo direito de participar ativamente da construção do conhecimento.



Os documentos oficiais e relatos institucionais analisados até aqui, bem como o acompanhamento de debates públicos sobre a educação no estado do Paraná, reforçam a percepção de que os professores têm enfrentado um ambiente cada vez mais marcado pela vigilância, pela cobrança de resultados e pela intensificação do trabalho. As políticas de controle e desempenho impostas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) constituem mecanismos que, segundo a teoria foucaultiana (2004), operam por meio da microfísica do poder e do biopoder, produzindo subjetividades docentes disciplinadas, frequentemente pressionadas por metas e por exigências burocráticas que esvaziam o sentido formativo da prática pedagógica.

Esse cenário se torna ainda mais alarmante à luz dos casos recentes das professoras Silvaneide Monteiro Andrade e Rosane Maria Bobato¹, que faleceram após quadros de adoecimento associados, conforme relatos de familiares, colegas e sindicatos, ao excesso de trabalho, à precarização das condições laborais e à pressão psicológica no exercício da docência (Botelho et al., 2025). Tais episódios trágicos não apenas evidenciam os impactos das políticas educacionais sobre a saúde física e emocional dos professores, como também reforçam a urgência de se ouvir e documentar as memórias e experiências desses profissionais.

Do ponto de vista metodológico, a escolha pela História Oral, articulada à análise temática de conteúdo (Bardin, 2011), possibilita a construção de uma leitura crítica das trajetórias docentes, valorizando suas subjetividades e seus modos de significar a realidade escolar. A memória, nesse contexto, não é compreendida apenas como repositório de informações, mas como uma prática social carregada de afetos, conflitos e disputas, conforme argumenta Andreas Huyssen (2000). Dessa forma, os relatos que serão colhidos não se limitam a narrativas pessoais, mas constituem entradas potentes para o entendimento das estruturas coletivas que conformam o cotidiano escolar.

¹ Silvaneide Monteiro Andrade faleceu no dia 30/05/2025 no Colégio Cívico-Militar Jayme Canet, em Curitiba. Rosane Maria Bobato também veio a óbito em Curitiba, no Colégio Estadual Santa Gemma Galgani, em 05/06/2025.



A abordagem qualitativa adotada permite captar nuances e contradições que escapam a métodos quantitativos, oferecendo um olhar mais profundo sobre as relações de poder que atravessam a escola e sobre os sentidos que os professores atribuem à sua prática. O projeto se propõe, assim, não apenas a registrar memórias, mas a problematizar os mecanismos institucionais que regulam o que pode ser dito, sentido e lembrado no ambiente escolar. A escuta das vozes docentes, nesse contexto, revela-se fundamental para a compreensão da cultura escolar e das estratégias de resistência que emergem diante das adversidades impostas pelo sistema educacional.

Mesmo na ausência de dados empíricos consolidados, a articulação entre teoria, contexto e observações preliminares permite afirmar a pertinência e a urgência desta pesquisa. Nenhum estudo se esgota, principalmente aquele que, vez ou outra, emergem em debates e questionamentos. Por isso, ao se debruçar sobre o cotidiano de professores da rede pública de ensino, o estudo contribui para mais uma reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da educação, ampliando a compreensão sobre os impactos das políticas educacionais e das dinâmicas de poder sobre os sujeitos que vivem e constroem a escola diariamente.

Conclusões

A pesquisa evidencia que a partilha do sensível no contexto escolar de Tuneiras do Oeste se configura como um processo atravessado por disputas simbólicas, relações de poder e condições históricas que moldam a cultura escolar, assim como ocorre em outros estabelecimentos de ensino no Estado. A partir dos referenciais teóricos de Rancière, Foucault, Huyssen e Portelli, observa-se que a escola não apenas transmite saberes, mas também regula quem tem o direito de falar, de ser ouvido e de ser reconhecido como sujeito do conhecimento. Os professores, inseridos em um cenário de crescente pressão institucional e mercantilização da educação, vivenciam disputas que impactam profundamente suas práticas pedagógicas e sua saúde emocional. A História Oral, adotada como metodologia, permite acessar as memórias e emoções desses sujeitos, revelando



trajetórias marcadas por resistência, silenciamento e ressignificação. A análise das narrativas docentes, mesmo em fase inicial, aponta para a relevância de compreender o cotidiano escolar como um espaço de produção de sentidos, onde as experiências individuais se entrelaçam às estruturas coletivas. Conclui-se que refletir sobre a partilha do sensível é também refletir sobre as condições de trabalho docente, sobre os limites e possibilidades da escola pública e sobre a necessidade de escutar e valorizar as vozes daqueles que a constroem diariamente. A pesquisa, assim, reafirma o compromisso com uma abordagem crítica, ética e sensível da educação, contribuindo para o fortalecimento de práticas que reconheçam a complexidade das experiências docentes no Brasil contemporâneo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOTELHO, Lucas; CALDAS, Ana Carolina; RAMIRES, Manoel. **Professores do Paraná protestam contra adoecimento e pelo fim da plataformização do ensino**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/12/professores-do-parana-protestam-contr-a-adoecimentos-e-pelo-fim-da-plataformizacao-do-ensino/>. Acesso em: 19/06/2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**: 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRISCH, Michel. A História Pública não é uma via de mão única. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo.; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 57-69.

FRISH, Michael. Audience expectave as resurce an challenge: Ellis Island as a case study. In: FRISH, Michael. **A shared authority**: essays on the craft and meaning of oral and public history. Albany: State University of New York Press, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnesia. In: **Seduzidos pela memória**. In: Rio de Janeiro (RJ): Ed Aeroplano, 2000. p. 9-40.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

I Encontro Nacional de História:
Ensino e públicos
V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.



A CONSTRUÇÃO DE MUSEU AFETIVO PELO OBJETO GERADOR

Palavras-chave: Educação museal. Luiziana (PR). Universidade sem Fronteiras.

CAROLINA OLIVA RODRIGUES DE OLIVEIRA (UNESPAR)
caahrolys@gmail.com

JOÃO VITOR DA SILVA CAMARGO (UNESPAR)
joaovitor dascamargo@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as ações que estão sendo realizadas no projeto extensionista “Histórias que Transformam”, referente ao programa Universidade Sem Fronteiras. O projeto realiza atividades referente aos Direitos Humanos, nos mais diversos espaços, através de ações educacionais voltadas ao incentivo à cidadania e à consciência histórica. Sob essa temática, foram pensadas atividades relacionadas à educação museal a serem desenvolvidas juntamente as turmas do 3º ano A e B do Colégio Estadual Aducto da Silva Rocha, instituição do município de Luiziana - PR onde o projeto também atua.

A primeira atividade realizada no dia 9 de maio, conversamos com os estudantes sobre os conceitos e definições que envolvem a noção de museu, refletindo sobre sua importância, como esta dialoga com a história e as políticas públicas museais em vigor hoje em dia, e sua importância. Como fio condutor do encontro, usamos o conceito de museu estabelecido pelo *International Council of Museums* (ICOM) Brasil que o define como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022, sem paginação).



No dia 14 de maio foram discutidos sobre os diferentes tipos de museus: artísticos, científicos, históricos, etnográficos, comunitários e de personalidades, apresentando exemplificação de museus existentes no Brasil e seu acervo de exposições.

No terceiro encontro, 27 de maio, visitamos remotamente o site do Museu da Pessoa (www.museudapessoa.org) com os estudantes para discutirmos sobre as histórias de vida expostas e identificarmos violações dos direitos humanos nelas. As turmas mencionaram ao longo da apresentação, sobre: evasão escolar, preconceito contra a população indígena, desigualdade social e a dupla jornada de trabalho das mulheres no Brasil, que não têm as tarefas domésticas que exercem reconhecidas.

Uma das atividades planejadas desde o início foi uma visita ao museu municipal da cidade de Campo Mourão, Deolindo Mendes Pereira. A atividade tem o objetivo de colocar os estudantes em contato com uma instituição museológica, visto que quando questionados na sala de aula muitos não tinham frequentado o museu ou uma parcela sequer sabia da sua existência. A visita serve também ao propósito de aproximar os estudantes das mais diversas características de funcionalidade do museu, visto que o produto final dessa série de ações é que os estudantes façam seu próprio museu afetivo, escolhendo seus materiais de exposição levando em conta o conceito de objeto gerador de Francisco Régis Lopes Ramos (2004) inspirado nas “palavras geradoras” de Paulo Freire, ou seja, objetos significativos para certos indivíduos que através desses conseguem fazer sua leitura de mundo (p. 32).

Metodologia

Para a organização dessas ações valorizamos primeiramente a construção de conhecimento histórico pela via da experiência do sujeito. Ao qual, o conhecimento é construído a partir daquilo que tem um sentido junto a vida cotidiana. A perspectiva parte do sentido de “Objeto Gerador”, teorizado pelo historiador Francisco Régis Lopes (2006), para o uso de objetos do dia a dia, para pensar sentidos e significados para o dono do objeto e como isso se amplia para uma visão mais geral de



temporalidade, relações de poder dentro da sociedade que produziu esse objeto. A partir disso, a construção entre passado, presente e futuro para a consciência histórica.

Em vista deste recorte mais específico, se faz necessário o trabalho com definições e conceitos bases para nortear e mobilizar os saberes prévios dos estudantes. Sendo assim, as aulas foram preparadas pensando: Qual o conceito universal de museu; os tipos de museus existentes; para aproximar da nossa história nacional, museus presentes no Brasil; quais são as possibilidades de abordagem a partir dos objetos expostos nesses museus.

É importante, considerar no desenvolvimento dessas aulas a participação ativa dos estudantes, pois é nos questionamentos levantados que conseguimos ampliar a dimensão e mediar como esses conceitos estão sendo construídos juntamente a realidade deles mesmos, durante a formação.

Para a construção dos conceitos apresentados foram utilizados os dados oferecidos pelo ICOM (sigla em inglês do Conselho Internacional de Museus), para definição de museu, seus deveres e inclusões de novas demandas sociais, visando a abordagem a partir dos diálogos realizados dentro dos Direitos Humanos, na formação dos estudantes.

Para a parte de desenvolvimento de atividades em sala de aula, foram propostas produções escritas, a fim de orientar as anotações dos estudantes durante as aulas expositivas. Os materiais necessários, foram folhas impressas contendo enunciados para o recorte das informações para responder às questões a partir das experiências dos estudantes.

O primeiro questionário era sobre os dados pessoais dos estudantes (data de nascimento; escolaridade; local de moradia; quem eram os responsáveis legais). Esse tipo de informação permite a construção de um horizonte de conhecimento da turma, para a construção do material didático.

No final de cada aula, foram propostas atividades para retomar o conteúdo apresentado. No final da primeira aula, o material entregue foi sobre os tipos de museus e como eles caracterizavam os 5 museus apresentados durante as aulas.



Resultados e Discussão

A última atividade proposta aos alunos foi realizada no encontro em que se discutiu o Museu da Pessoa e algumas histórias de vida expostas nele. O exercício consistiu em fazer os estudantes ponderarem sobre se pudessem colocar algum acontecimento ou parte de sua vida em exposição no Museu da Pessoa, qual seria e por quê? Suas respostas foram registradas em folhas distribuídas e em formato de um pequeno texto.

Os relatos dos estudantes variaram entre alguns afirmando que não teriam histórias dignas de exposição no site, alguns escrevendo pouquíssimas linhas e outros elaborando textos mais extensos e incorporados. Muitos aproveitaram para contar suas histórias de vida com foco em situações traumáticas e desafios que enfrentaram, como problemas relacionados ao núcleo familiar, convivência com a desigualdade social e perda de bens materiais.

No que concerne aos estudantes que pouco ou nada escreveram, e pior ainda os que não se consideraram importantes para contar trechos da sua vida que hipoteticamente poderiam estar expostos no museu, percebemos uma necessidade de dedicar maior atenção aos mesmos, visto que como mencionado o produto das ações será um museu afetivo composto por um acervo escolhido pelos próprios alunos com o conceito de objeto gerador em mente. Lopes Ramos (2004) destaca a necessidade de uma educação para a historicidade desses artefatos e o estímulo a reflexão crítica e que rompa com uma temporalidade linear.

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. (RAMOS, 2004, p. 21)

É a partir das contribuições e discussões propostas pelo autor que buscamos construir com os estudantes do 3º ano A e B o museu afetivo composto por um acervo de materiais que eles consideram como seus objetos geradores.



Conclusões

Ponderando sobre as ações realizadas com as turmas até o momento, mesmo sendo um número considerável de encontros, estamos percebendo áreas de discussão que podem ser mais bem exploradas com a finalidade de deixar o exercício do museu afetivo final mais completo e bem construído.

Quanto as visitas ao museu municipal da cidade de Campo Mourão, até o momento de finalização de escrita desse resumo somente a turma B conseguiu realizar em 04 de julho. Concluindo a etapa das excursões, uma revisita ao planejamento das ações provavelmente seja necessária para melhor redirecionar a equipe de bolsistas em uma colaboração juntamente as turmas na escolha de seus objetos geradores afetivos.

Agradecimentos

Agradecemos nosso orientador do projeto de extensão Prof. Dr. Márcio José Pereira e os colegas bolsistas que realizaram e realizaram as ações em conjunto Jeniffer Nayara Tiago, Lucas Alexandre de Lima, Nelson Henrique Rodrigues da Silva e Thiago Rodrigues da Silva. Agradecemos também a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Campo Mourão que promoveu o evento, ao Programa Universidade Sem Fronteiras e a instituição de fomento Fundo Paraná.

Referências

BRASIL, ICOM. **Nova Definição de Museu**. Disponível em: <<https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>>. Acesso em: 23 jun. 2025.
RAMOS, Francisco Régis Lopes. OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. v. **Revista Historiar**, n. 14, p. 70–90, 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A história nos objetos. *In*: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.



A HISTÓRIA SEM MEDIAÇÃO, O HISTORIADOR DESNECESSÁRIO: HISTÓRIA PÚBLICA E HISTORIADOR NA ERA DO DIGITAL

Palavras-chave: História Digital. Historiadores públicos. Historiadores acadêmicos. História Pública.

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com

No ano de 1998, os norte-americanos Roy Rosenzweig e David Thelen fizeram uma extensa pesquisa e publicaram um livro, e no ano 2000 o periódico *The Public Historian*, também norte-americano, organizou uma mesa redonda sobre o livro e publicou num de seus volumes em 2000. As discussões sobre os resultados do livro na mesa redonda foram debatidos.

O livro fora produzido, segundo Rosenzweig,² depois de uma declaração, em 1989, do então presidente da *Associação de Americana de História*, Louis Harlam, de que Americanos não se preocupavam com seu passado, declaração na qual Harlam deplorava a “ignorância pública existente de nossa herança cultural” (ROSENZWEIG, 1998, s.p) completada por uma repercussão junto a historiadores como: “Esta ignorância e indiferença têm alarmantes implicações para o futuro de nossa nação e de nossa profissão histórica”. (1998, s.p).

Comentando o processo de elaboração do livro, Roy Rosenzweig confirma que a pesquisa envolveu uma amostra aleatória de 808 adultos (de 18 anos ou mais e que foi concebida pouco depois da afirmação de Harlam em 1989). A

² Roy Alan Rosenzweig foi um historiador americano professor da Universidade George Mason, na Virgínia. Doutorou-se em História na Universidade de Harvard em 1978 e foi o fundador e diretor do *Centro de História e Novas Mídias* em 1994, até sua morte em outubro de 2007. O Centro criava projetos digitais que questionavam as fronteiras entre História e as Humanidades, tendo criado quase cem diferentes projetos usados por milhares de pesquisadores a cada ano.



pesquisa foi comandada de 1990 a 1992 por entrevistadores treinados, e feita por telefone em 1994, por um Centro de Pesquisa da Universidade de Indiana. O estudo procurava obter dados comparativos sobre como pessoas se envolvem *com* e *usam* (d) o passado. Foram conduzidas, em 1995, três pesquisas adicionais, com mais de 600 pessoas, para desenvolver amostras minoritárias de afro-americanos, mexico-americanos e americanos indianos. Em resumo, um total combinado de aproximadamente 1.600 pessoas foi entrevistado.³

A mesa redonda, o livro e seus autores de que trata este texto estão mencionados em Noiret (2015) dentro de um texto traduzido sobre os usos públicos do passado intitulado *História Pública Digital*. Não se trata de citação pequena, mas ajuda a abreviar o que temos a dizer e ajuda a economizar espaço e explicação.⁴

Só cinco anos depois do nascimento da Web e poucos meses depois de sua difusão nas universidades do mundo inteiro, em 1998, os dois historiadores americanos Roy Rosenzweig e David Thelen se perguntaram sobre a presença do passado na sociedade americana. Os resultados mais importantes e eloquentes de sua enquete nos iluminam ainda hoje sobre os modos de comunicação da história e das fontes do passado por intermédio da rede. *Essas indicavam uma nítida preferência do público americano por uma história sem mediadores e, querendo precisar ainda melhor, de uma história sem os historiadores acadêmicos como mediadores, para se aproximar do passado. O público americano - mas também o australiano e canadense* (depois de enquetes semelhantes feitas naqueles países sobre as formas da presença pública do passado e da história) – *preferia descobrir o passado por meio de instituições culturais da história pública, como os museus e os parques históricos, e conhecer o passado, por meio da experiência direta*

³ Os editores do periódico *the Public Historian*, periódico do poderoso Conselho norte-americano que agrupa a maioria dos historiadores públicos, o *National Council on Public History* [NCPH], assim justificam a mesa-redonda: “Na sessão plenária do encontro anual de 1999 do *National Council on Public History*, in Lowell, Massachussets, David Thelen e Roy Rosenzweig apresentaram uma resenha de seu recente livro, *The presence of the past: popular uses of History in American Life*. A casa cheia e as trocas vivas entre a audiência e os autores indicavam-nos que o interesse em suas descobertas é grande dentro da comunidade de história pública, e que, através do nosso formato de mesa-redonda, nós poderíamos fornecer um olhar mais extenso e detalhado nos métodos, descobertas e conclusões de Roy Rozenzweig e David Thelen” (Roundtable, 2000, p.13)

⁴ As eventuais traduções do inglês para o Português foram feitas por nós.



com seus traços, sem historiadores profissionais como mediadores (NOIRET, 2015, p.37 - itálicos nossos)⁵

O argumento de Noiret em 2015 já não era novo numa abordagem da relação entre História Pública e o advento da dita “História Pública Digital”, embora houvesse ali um ingrediente nada tranquilo para muitos profissionais historiadores. Este novo ingrediente era um tanto perturbador, pois, na vida pública norte-americana, canadense e australiana – e provavelmente na de outros países não mencionados – os historiadores publicamente estavam se tornando desnecessários para o conhecimento do passado, uma vez que a dinâmica e o *modus operandi* da Web 2.0 estavam alterando muitas coisas na relação dos públicos com suas vidas, inclusive com seus passados, suas memórias e suas histórias.

O acesso ao passado e aos documentos históricos estava favorecido pela Web 2.0 - em vista da facilidade de se produzir e postar conteúdos de acordo com os documentos acessados na Internet por quem tivesse um simples *smartphone* em mãos, caracterizando naquele momento uma outra esfera pública, agora digital, não mais a esfera pública criada pela expansão dos livros nos séculos XVIII e XIX liberais. Esta nova esfera perturbava o sentido unilateral oitocentista da História ciência em que historiadores produziam para usuários/consumidores do passado, os quais podiam esperar daqueles profissionais o que havia sido seu passado, qual o sentido de sua memória e o que lembrar que estivesse social e profissionalmente legitimado.

Numa situação de passado “na palma da mão” e possibilidade de dizer o que pensam e experimentam de seus passados, as memórias estavam perdendo a seletividade (im) posta por historiadores quase amadores que, no século XIX especialmente, não só criaram a ciência histórica e a profissão histórica, as quais mediavam o conhecimento do passado e definiam o que conhecer. Para se conhecer o passado, historiadores, com o digital, passavam a ser desnecessários, eis o drama.

Quase todas as problemáticas tradicionais do ofício do historiador, da delimitação de uma hipótese de pesquisa à descoberta, ao acesso e à gestão dos documentos e das fontes, até conseguir os fundamentos narrativos e,

⁵ Sobre museus e parques como instituições culturais para o conhecimento do passado sem mediação de historiadores acadêmicos na sociedade norte-americana, ver MERINGOLO, 2012



sobretudo, até a comunicação da história e dos resultados de pesquisa, e, finalmente, o ensino de história, passam agora em parte ou no todo, pela tela do computador. (NOIRET, 2015, p.33)

Na mesa-redonda aqui em discussão, a qual debatia o livro de Thelen e Rosenzweig e os impactos na vida público-cultural norte-americana, como norte-americanos estavam lidando com essa realidade, os debatedores, na maior parte, mais discutiram os impactos culturais da Web, elogiando o livro e realçando suas contribuições para o debate da História Pública.

A historiadora pública Rebeca Conard, pioneira quando do movimento da História Pública norte-americana no fim dos anos 1970, na mesa redonda frisa como historiadores acadêmicos e públicos poderiam se aproveitar da obra, e alega que “a falta geral de uma consciência histórica entre americanos parece ser de maior preocupação entre historiadores acadêmicos” (2000, p.16) mas que historiadores públicos também se afligiam com aquilo. E afirmava ainda que “*The presence of the past* fornece um nível de trabalho para diálogos focalizados sobre as audiências que participam de história, e deveria envolver historiadores públicos e acadêmicos assemelhados em conjunto” (CONARD, 2000, p.16). A autora pugnava por atenção às “narrativas de família e tradições familiares” – uma vez que eram muito importantes quando o negócio era saber o passado. Ainda cravava a autora (p.17)

De acordo com o estudo dos autores, (...) o ponto de partida para interpretação para o público em geral é família e experiência pessoal. Para historiadores públicos, isto sugere que a história comunitária, história regional ou estadual, e a história nacional, são mais efetivamente abordadas através da percepção que liga experiência pessoal a padrões mais amplos de história.

Spencer Crew trabalhou em instituições de História Pública por mais de vinte e cinco anos e também esteve na Mesa.⁶ Suas colocações para a Mesa Redonda eram numa perspectiva de museu. A princípio, criticou se a amostra de que os autores do livro usaram conseguia exprimir o que eles interpretavam de seus resultados, mas identificava benefícios pelo livro e neles é que focou suas considerações. Orgulhava-se

⁶ Spencer Crew foi presidente do Centro Nacional de Liberdade Ferroviária Subterrânea, por seis anos, e trabalhou no Museu Nacional de História Americana, na Instituição Smithsonian, por vinte anos.



de os entrevistados identificarem nos museus uma dignidade de fonte histórica sem precedentes, o que significava uma grande responsabilidade para os museus. Os museus eram mais importantes que os relatos de avós de família. “O público reconhece a influência que nosso trabalho tem, e está preocupado quando nossas visões não correspondem com suas próprias visões.” (CREW, 2000, p.24). Assegura Crew que o acesso direto ao passado pelo museu, hoje deixa-os certos de que, antes, “visitantes eram mais felizes quando esta ligação não era interrompida por interpretações polêmicas excessivas que firmemente defendiam uma perspectiva sobre a outra. Eles desejavam acesso a informações, mas queriam a oportunidade para tirar suas próprias conclusões” (p.24-25), valorizando uma leitura própria do passado, sem cair em distorções que cinemas e televisões apresentavam. E concluía Crew:

O que *The Presence of the past* realiza é dar-nos dados reais numa importante área relacionada a nossas audiências. Eu não penso que isto exige que façamos mudanças dramáticas enquanto museus. Isso indica que nós devemos dar mais atenção à natureza muito pessoal da história nas vidas de nossos visitantes. Nós então precisamos construir sobre suas conexões pessoais com o passado como parte de uma estratégia que nós usamos ao montar apresentações e exposições (p.25).

Já Ronald Grele⁷ (2000) deixou algumas colocações controversas no debate que o livro levantava, como:

Primeiro, a história deve ser concebida como uma atividade (coletar, ir a museus e exposições, gravar história oral, organizar reuniões de família etc) mais do que uma profissão. Desta maneira, história torna-se uma forma social de conhecimento e, assim concebida, tem suas próprias regras que podem, ou não, espelharem as regras da academia. (p.32)

Os objetivos da história como uma atividade eram “a família e a solidariedade comunitária, identidade, e a pesquisa do que os autores chamam uma relação ‘não mediada’” (p.32) com o passado. Muitas colocações de Grele iam no sentido de identificar a percepção/relação que os públicos têm com a História, em especial na

⁷ Ronald Grele foi o primeiro diretor do Escritório de Pesquisa em História Oral da Universidade de Columbia. Antes de ir para Columbia, ele dirigiu o Programa de História Oral da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e foi diretor assistente do Projeto de História Oral da Fundação Ford. Foi professor na Indonésia, onde conduziu oficinas sobre História Oral. Em 1988, foi eleito presidente da Associação de História Oral. Faleceu em 2023.



escola, uma vez que “a hostilidade [dos públicos para com] a história como ensinada na escola era seu sentimento de que ela [a história] era um processo fechado” (p.32).⁸

Mas houve um debatedor que discordou da tônica geral do debate elogioso ao livro, alegando que seus autores viram a realidade com “lentes róseas”. Era Michael Zuckerman.⁹ “Eu penso que, todos [os entrevistados] inconscientemente, eles mostram-nos uma cultura patológica, não-participativa e ahistórica, que apresenta dilemas assustadores” (p.19). Zuckerman alega que os entrevistados dos autores do livro são “privatistas radicais”, porque o único passado que lhes importa é o eu e a família. “Eles não fazem conexões morais, conexões políticas, nem conexões imaginativas com seus concidadãos. Eles não podem sair do presente. Eles olham apenas o que explica o eu no presente. Eles não podem conceber o outro simpaticamente de maneira alguma” (p.19) E Zuckerman sintetiza seu argumento:

O Outro é política, quer dizer, um negócio de lealdades maiores e o envolvimento do eu e da família em algo maior do que eles. Na evidência de sua pesquisa, americanos hoje não têm interesse e, de fato, têm uma ativa indiferença e hostilidade com tudo que acena para além do eu e da família. Tudo é “irrelevante” e “chato” (p.20)

Por isso Zuckerman, pergunta-se como é possível se fazer história com tais “privatistas radicais”. É essa a tônica com que ele interpreta o livro, destoando sua crítica dos demais participantes da mesa e dos autores.

Lembrar só de si mesmo, da família e de suas experiências pessoais é muito pouco para quem gosta e está envolvido com história, argumenta Zuckerman, e estes são os entrevistados no livro. Se o livro de Rosensweig e Thelen fazem lembrar as palavras de Susan Sontag, em Sarlo (2007) – que há muito valor à memória e pouco ao conhecimento, qual seja, muito lembrar e pouco saber – lembra-nos também da

⁸ Quando indagados no livro onde mais aprendiam história, a maioria do público respondeu “nos museus”, porque achavam a história na escola “boring” (chata) com memorização de uma sucessão de nomes de presidentes e personalidades públicas, dadas como “históricas”.

⁹ Zuckerman nasceu na Pensilvânia em 1939, e fez seu Ph.D. na Universidade de Harvard em Estudos Culturais Americanos. É professor de História na Universidade da Pensilvânia. Ensina cultura popular, caráter nacional – estuda o nacionalismo norte-americano – natureza humana e religião. Escreve sobre democracia, família, cultura de vida de negócios



colocação de Sarlo na mesma obra, ao ponderar que, não obstante lembrar não seja saber, no entanto, não é possível saber sem lembrar. O livro de Rosensweig e Thelen deixa esta dúvida: o digital transforma ou apaga a história, se o resultado for o de unicamente circunscrever o passado a lembranças e recordações de experiência própria? O que os historiadores acadêmicos precisariam saber desta dialética entre a História Ciência e a memória para melhor apreender os sentidos de uma história pública, cuja definição ainda não está pronta, pelo menos onde não há cursos de História Pública?

Referências

CONARD, Rebeca. Do You Hear What I Hear? Public History and the Interpretive Challenge. [Você escuta o que eu escuto? História Pública e desafio interpretativo. **The Public Historian**, Vol. 22, No. 1, Winter, 2000.

CREW, Spencer R. A Museum Perspective on "The Presence of the Past" [Uma perspectiva de museu em "A Presença do Passado"] **The Public Historian**, Vol. 22, No. 1, p.23-36 (Winter, 2000).

GRELE, Ronald J. Clio on the Road to Damascus: A National Survey of History as Activity and Experience [Clio na Estrada para Damasco. Uma pesquisa nacional de História como atividade e experiência] **The Public Historian**, Vol. 22, No.1, pp. 31-34, Winter, 2000.

MERINGOLO, Denise D. **Museums, monuments, and national parks: toward a new genealogy of public history** [Museus, monumentos e parques nacionais: para uma nova genealogia de História Pública]. Amherst: University of Massachusetts Press, 2012.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. Rio de Janeiro (RJ): **Liinc em Revista**, v.11, n.1, p.28=51, maio 2015.

ROSENSWEIG, Roy & THELEN, David. **The presence of the past: popular uses of history in American life.**

ROSENZWEIG, Roy. **Everyone a Historian [Cada um, um historiador]**, Afterthoughts [Prefácio] a *The presence of the past: popular uses of history in American life.*, 1998. In: <http://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>.



ROUNDTABLE: Responses to Roy Rosenzweig and David Thelen's *The Presence of the Past: popular uses of history in American life*. **The Public Historian**, v.22, n.1, p.13 winter 2000

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. SP: Cia das Letras; BH: Editora UFMG, 2007.

ZUCKERMAN, Michael. The Presence of the Present, the End of History. [A presença do passado, o fim de História] **The Public Historian**, v. 22, No. 1, pp. 19-22, Winter 2000.



POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA DOMINGOS PASSOS

Palavras-chave: Biografia. História Política. História em Quadrinhos.

CAMILA BAQUIN DO NASCIMENTO (UNESPAR)
camila.historiapublica@gmail.com

RICARDO TADEU CAIRES SILVA (UNESPAR)
rictcaires@gmail.com

Introdução

Este projeto tem como finalidade a escrita e divulgação da biografia política do sindicalista negro Domingos Passos (1894-1948), conhecido como o “Bakunin brasileiro”.

Descendente de ex-escravos e autodidata, este militante anarquista exercia o ofício de oficial carpinteiro e trabalhava na construção civil no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Foi neste meio que conheceu e se aproximou da União Geral dos Operários em Construção Civil (UGCC), onde prontamente teve contato com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Por seu ativismo apaixonado e envolvente oratória, Passos destacou-se no contexto das greves de 1917-1918. Como resultado, foi eleito para a direção colegiada do sindicato dos operários da construção civil em 1919, sendo encarregado de representar a entidade no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920. A partir de então, sua militância só intensificou nos meios operários do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que o tornou figura conhecida da classe operária em todo o país no contexto da Primeira República.

Por sua intensa e aguerrida militância em prol da classe operária, Domingos Passos foi perseguido pelas autoridades governamentais e preso em diversos momentos. O mais notável deles talvez tenha sido o experienciado na Colônia Agrícola de Clevelândia, considerada como o “Inferno Verde” do Oiapoque, no atual Estado do Amapá e de onde conseguiu fugir para continuar sua luta (SAMIS, 2002).



Mas, por mais que sua trajetória tenha sido reconhecida pelos coevos, a sua história de vida e atuação política ainda é pouco conhecida no Brasil. Dessa forma, acreditamos que a escrita e divulgação de uma biografia política desse importante membro do anarquismo brasileiro é de suma importância para o conhecimento do grande público em nosso país.

A perspectiva do nosso trabalho se insere na primeira modalidade: a História para o grande público. Nessa modalidade, a preocupação está voltada para a necessidade da academia se abrir para o diálogo com o grande público a partir de iniciativas outras que não os meios tradicionais de divulgação, como as obras científicas em formatos de livros e artigos – os quais na maioria das vezes são escritos numa linguagem hiperespecializada.

Em História Pública e Consciência Histórica (2011), Sara Albiéri, ao tratar da divulgação histórica associada à História Pública, defende que cabe ao historiador público pensar na divulgação do conhecimento histórico como uma prática que deve ser levada a cabo considerando os múltiplos conhecimentos e as necessidades diversificadas do público. Público este que, inclusive, é formado por sujeitos ativos nos processos produtivos dos conhecimentos históricos e não meros consumidores passivos.

Levando-se em conta a aceitação e difusão de diferentes linguagens na sociedade atual, pensamos em produzir a biografia política de Domingos Passos e em seguida transformá-la para a linguagem dos quadrinhos. Cabe destacar que tal estratégia é bastante utilizada por diferentes profissionais na divulgação de biografias de personagens da história brasileira e mundial.

Objetivo

Geral:

Elaborar e divulgar a biografia política do anarquista negro Domingos Passos, cuja trajetória é pouco conhecida dentro e fora dos meios acadêmicos.



Específicos:

Compreender a relação entre Domingos Passos e o movimento sindicalista brasileiro, com destaque para a presença das ideias anarquistas;

Identificar e problematizar as ideias políticas de Domingos Passos;

Roteirizar a história em quadrinhos da trajetória e militância política de Domingos Passos, voltada ao público jovem/adulto.

Metodologia

As principais fontes para a realização deste projeto são os jornais publicados nas três primeiras décadas do século XX, bem como as notícias veiculadas nos jornais brasileiros do período que compreende os anos 1910-1930, em especial aqueles de orientação anarquista – dentre os quais podemos destacar: A Plebe (SP); A Pátria (RJ), deseja-se analisar cerca de 20 colunas que traz Domingos Passos como tema principal, será observada a forma que Domingos Passos era retratado nesses jornais do período em que atuou como anarquista militante.

Os jornais citados estão disponíveis pelo acervo digital da Biblioteca Terra Livre. Além disso, um livro (cerca de 100 páginas) escrito por Domingos Passos – Textos Reunidos, editados pela Imprensa Marginal, de orientação anarquista, ademais a obra se encontra disponível impressa, pretende-se analisar a trajetória de Domingos Passos, como intelectual e participante dos movimentos sociais do período. Será utilizada a metodologia de José d' Assunção Barros (2023) e da autora Tânia de Luca (2005) para fichamento e análise dos jornais como fonte histórica.

Uma vez coletadas e sistematizadas as informações contidas nas fontes darão suporte à escrita do texto biográfico de Domingos Passos, o passo seguinte, é a roteirização da trajetória do mesmo para ser finalmente adaptada ao universo dos quadrinhos, pretende-se elaborar a HQ ao público jovem/adulto, a partir de Brian Michael Bendis (2020).

Este projeto está associado a História para o grande público, de acordo com Ricardo Santhiago (2016), pois estamos preocupados em abrir o diálogo para o público a partir de outras iniciativas que não o meio tradicional de divulgação, por



consequência, pretende-se roteirizar uma história em quadrinhos a partir da escrita da dissertação acerca da trajetória de Domingos Passos, para ampliar o público e promover uma nova forma de divulgação do conhecimento.

Renata Shittino (2016) traz o conceito de público e o compartilhamento da história, será fundamental para compreender o público a que se pretende destinar a história em quadrinhos e a forma que esse partilhar se destina.

Resultados E Discussão

Este projeto tem como principal objetivo escrever a biografia política de Domingos Passos, em virtude disso, será utilizado Jorge Ferreira (2011) como principal referência para a escrita de biografias, sua forma leve e cativante de escrever amplia as audiências e torna a escrita mais acessível aos públicos.

O autor Andreas Huyssen (2014) analisa os impactos políticos e culturais de diferentes realidades (espacial e temporal), em virtude disso, será primordial para analisar a trajetória política de Domingos Passos e seus impactos.

Para compreender o início do movimento operário e da história social do trabalho será utilizado: Edward P. Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (2010).

Para a discussão de memória e identidade Joel Candau (1998).

O autor Gilberto Velho (2003), traz contribuições pertinentes para compreendermos as especificidades dos indivíduos, sendo essencial para analisar as transformações sociais que estavam ocorrendo e se elas influenciaram Domingos Passos.

A pesquisa será realizada a partir da análise da vasta bibliografia sobre o movimento operário brasileiro, em especial sobre o anarquismo, para este fim será utilizado os seguintes autores: Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe (2002), Carlos Augusto Addor (2009), Caio Julio Costa (1980), Alexandre Samis (2002), C. H. M. Batalha (2000), George Woodcock (2007), C. H. M. Batalha (2000) e John W. F. Dulles (1980).



Conclusões

As biografias ajudam a humanizar figuras públicas, desmistificando suas experiências e decisões, o que torna suas histórias mais acessíveis e relevantes para o público. Ao explorar as escolhas, os valores e as circunstâncias que influenciaram uma pessoa, a biografia também funciona como um meio de reflexão sobre a sociedade, a cultura e os eventos históricos.

Ademais, as biografias que contemplam os "esquecidos" da história são fundamentais para uma compreensão mais completa e justa do passado. Muitas vezes, as narrativas históricas são moldadas pelas vozes dos vencedores ou das elites, o que resulta na marginalização ou apagamento de certos grupos e indivíduos. Ao resgatar as histórias dessas pessoas, podemos corrigir distorções e expandir nossa visão sobre a complexidade das experiências humanas ao longo do tempo.

O anarquismo questiona as hierarquias e as formas tradicionais de autoridade, como o Estado, o capitalismo e as instituições religiosas. Ao estudar o anarquismo, podemos refletir sobre as formas como as sociedades modernas estruturam o poder e explorar alternativas à centralização do controle. Apesar de ser marginalizado e mal compreendido, o anarquismo teve um impacto significativo em várias lutas sociais ao longo da história.

A biografia política de Domingos Passos se faz necessária, principalmente, para compreendermos a partir de sua trajetória de vida aspectos sociais, culturais e econômicos que fizeram parte do desenvolvimento desse indivíduo.

Agradecimentos

A História Pública conecta a história com o público, tornando-o mais acessível e significativo para diferentes grupos e comunidades, sendo assim, esse projeto tem como objetivo final divulgar a trajetória política de Domingos Passos através da construção de uma narrativa em formato de História em Quadrinhos, porquê acreditamos que através desse meio de divulgação será possível ampliar as audiências, e fazer com que a história desse intelectual não seja esquecida, e que por meio dela seja possível atrair mais leitores e estudiosos da área.



Essa pesquisa não seria possível sem o Programa de Pós-Graduação em História Pública da UNESPAR – campus de Campo Mourão, e todos os seus colaboradores e doutores que estão sempre presentes nos auxiliando e colaborando com nossos projetos, agradeço a UNESPAR que me auxiliou com a bolsa institucional, com a qual foi possível realizar grande parte de minha pesquisa e participar de eventos de divulgação desta. Em especial, agradeço meu orientador Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva pelo apoio e incentivo continuamente.

Referências

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.). História do Anarquismo no Brasil. Volume II. Achiamé. Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARROS, José D'Assunção. O jornal como fonte histórica. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENDIS, Brian Michael. Escrevendo para Quadrinhos: a arte e o mercado para HQs e Graphic novels. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

BATALHA, C. H. M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

COSTA, Caio Tulio. O que é anarquismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DULLES, John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FELIPE, Cláudia Tolentino Gonçalves. Revisão crítica da historiografia anarquista brasileira: proposições para uma análise transnacional. Revista História: Debates E Tendências, 22(1), 26-43, 2002.

FONTES, P.; CHALHOUB, S. História Social do Trabalho, História Pública. Perseu: História, Memória e Política, v. 4, p. 217-228, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: São Paulo: Ed. da Unesp, 2024.



HOBBSAWM, Eric. El bolchevismo y los anarquistas. Revolucionarios: Ensayos contemporáneos. Crítica: Barcelona, 2010.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? O Público e seus passados. In. Introdução à História Pública. (Org) – Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31 – 52.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalho, vida urbana e experiência de exploração. In: Idem. Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, N o 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992.

SAMIS, Alexandre. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre. «Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil». In: Colombo, Eduardo (org.). História do Movimento Operário Revolucionário. São Paulo: Imaginário. pp. 125–189, 2004.

SAMIS, Alexandre (2007). «Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos». In: Ferreira, Jorge & Reis, Daniel Aarão (org.). As esquerdas no Brasil, vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 91–111

THOMPSON, Edward P. (1987), A Formação da classe operária inglesa. 3 volumes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WOODCOCK, George. História das ideias e movimentos anarquistas, vol. I: a ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007.



TERRA BOA HISTÓRICA: UMA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA LOCAL DE TERRA BOA-PR

Palavras-chave: História Pública. História Oral. Memória Coletiva. Redes Sociais. Terra Boa.

GABRIEL LUCAS FERNANDES GATTO (UNESPAR)
gabriel.gatto@unespar.edu.br

O presente trabalho propõe a criação e desenvolvimento do projeto “Terra Boa Histórica”, uma iniciativa de divulgação da história pública local do município de Terra Boa – PR por meio das redes sociais, especialmente o Instagram. A pesquisa parte da constatação de que, embora o contato com narrativas históricas globais seja recorrente no cotidiano, as histórias locais muitas vezes permanecem invisibilizadas para a própria população. A proposta visa, portanto, recolher, produzir e divulgar conteúdos históricos acessíveis sobre o município, por meio de vídeos curtos (reels), combinando história oral, documentos históricos e identidade visual, em uma abordagem fundamentada nos pressupostos da História Pública.

A introdução do projeto justifica-se pela crescente relevância das redes digitais na comunicação social e pelo potencial que elas oferecem para o historiador público atingir públicos amplos e diversos. De acordo com Bruno Leal (2016), as redes sociais passaram a desempenhar um papel central na divulgação científica, oferecendo meios eficazes de interação entre historiadores e públicos não especializados. A experiência brasileira recente na área da História Pública, especialmente após a criação da Rede Brasileira de História Pública em 2012, mostra uma tendência crescente de valorização das iniciativas que saem do meio acadêmico e dialogam com a sociedade por meio de linguagens e plataformas mais acessíveis (SANTHIAGO, 2016).

A metodologia adotada está dividida em três grandes etapas. A primeira consiste na leitura e análise de uma bibliografia selecionada que sustenta teoricamente o trabalho. Entre os principais autores utilizados, destacam-se Jacques Le Goff, com suas reflexões sobre memória coletiva; Alessandro Portelli, no que tange



à importância da história oral; e autores contemporâneos como Márcio Pereira e Bruno Leal, que discutem o papel do historiador público e o uso das mídias digitais na prática histórica. O trabalho também se apoia em estudos sobre comunicação visual e construção de identidade digital, como os de Rafael Bona (2015), essenciais para estruturar a presença online do projeto.

Na segunda etapa, serão realizadas entrevistas com moradores da cidade que participaram de momentos históricos importantes, como festas populares, construções significativas, movimentos culturais e transformações urbanas. Essas entrevistas, combinadas com pesquisa documental em arquivos públicos e fontes secundárias, compõem a base narrativa dos vídeos que serão produzidos. A abordagem metodológica aqui se ancora na história oral, não apenas como fonte, mas como forma de valorização das experiências individuais e coletivas, conforme argumenta Portelli (1997), permitindo dar voz a sujeitos muitas vezes ausentes da historiografia tradicional.

A terceira etapa compreende a criação da identidade visual da página “Terra Boa Histórica” no Instagram, a roteirização dos conteúdos, a produção e edição dos vídeos, bem como a publicação e acompanhamento do engajamento nas redes. Inspirando-se em conceitos de storytelling, como os discutidos por Nassar e Cogo (2013), os vídeos buscam criar narrativas envolventes que despertem o interesse do público local. Além disso, o projeto se preocupa em documentar o próprio processo metodológico e reflexivo da construção da história pública digital, a fim de oferecer um guia que possa ser replicado por outros historiadores interessados na prática pública da história.

A escolha do Instagram como plataforma principal se baseia em dados recentes de pesquisas de opinião, como os da Opinion Box (2024), que apontam o Brasil como o segundo país com maior número de usuários da rede. Isso torna o Instagram um canal estratégico para atingir o público-alvo do projeto, especialmente os jovens e adultos que consomem conteúdo por meio de vídeos curtos e interativos. A combinação entre a linguagem visual, a narrativa histórica e o engajamento digital configura um terreno fértil para a atuação da História Pública contemporânea.



Espera-se que o projeto “Terra Boa Histórica” contribua para a valorização da memória e do patrimônio cultural local, promovendo a construção de identidades e o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os moradores. Além disso, pretende-se que os materiais produzidos sirvam de apoio para o ensino de história local nas escolas da região e estimulem outras iniciativas semelhantes em cidades do interior. Ao final do processo, os dados, análises e resultados serão sistematizados em um artigo acadêmico, com vistas à publicação e à disseminação dos aprendizados do projeto.

Por fim, este trabalho se insere em um campo de atuação em expansão dentro da historiografia brasileira: o da História Digital e da História Pública em ambientes virtuais. Ao unir teoria, prática e engajamento comunitário, a pesquisa propõe uma forma de fazer história que ultrapassa os muros da academia e dialoga diretamente com a sociedade, cumprindo a função social do historiador em tempos de informação acelerada e múltiplas formas de consumo de memória.

Referencias

BONA, Rafael José. *O processo de desenvolvimento de uma identidade visual*. 2015. Disponível em:

https://www.academia.edu/2016888/O_processo_de_desenvolvimento_de_uma_identidade_visual. Acesso em: 4 fev. 2025.

CARNEIRO, Adéle; BARROS, Amon. Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 12, p. 1-13, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/134408>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 175-197, 2016.

FITALab. *A importância da edição de vídeo para o marketing em redes sociais*. 2023.

Disponível em: <https://fitalab.com.br/a-importancia-da-edicao-de-video-para-o-marketing-em-redes-sociais>. Acesso em: 4 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira. 10. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.



LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 151-168.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. A consolidação da História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 13-32.

NASSAR, Paulo; COGO, Rodrigo Silveira. *Memória e narrativa organizacional como expressões da cultura organizacional: o poder do storytelling*. São Caetano do Sul: Difusão, 2013.

OPINION BOX. *Pesquisa sobre o Instagram: dados e insights sobre a rede social*. 2024. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PEREIRA, Márcio José. *História pública: entre conceitos, lugares e experiências*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University of New York Press, 1997.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021.

Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SHARPE, Jim. História “vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 45-63.



HISTÓRIA DO SANTUÁRIO DE SANTA ANA ANGOLA CAXITONA INTERFACE COM A MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DOS FIÉIS LOCAL

Palavras-chave: Santuário Santa Ana. Caxito. Memórias. História Pública.

JOAQUIM MANUEL FRANCISCO (UNESPAR)
joaquimmanuelfrancisco35@gmail.com

Introdução

Os estudos no campo da memória, no âmbito do fenômeno religioso, revelam-se de grande relevância na contemporaneidade. A atenção específica dedicada à questão da memória nas comunidades religiosas, considerando não apenas a rememoração de seu passado histórico, mas também sua relevância no contexto atual, tem contribuído para o desenvolvimento de uma consciência indenitária religiosa tanto em nível individual quanto coletivo. Como afirma Hermann (1997, p. 331),

As práticas religiosas estão sempre atreladas à necessidade de superação das dificuldades materiais imediatas e algumas vezes individuais logo que, conferia-se à religião um sentido pragmático, mas, sobretudo, social, na medida em que possuía o papel de reestruturar a vida do grupo.

Dessa forma, sob a perspectiva sociológica, as religiões exercem uma influência significativa na formação de consciências coletivas. Conseqüentemente, o papel social das crenças e práticas religiosas emerge de múltiplas áreas do conhecimento, as quais integram categorias relacionadas às dinâmicas sociais e à estrutura da sociedade. Este estudo abordar sobre a história do Santuário de Santa Ana Angola Caxito- na interface com a memória e experiência dos fiéis local, está sendo desenvolvida na província do Bengo.

Tem por objetivo produzir conhecimentos históricos em diálogo, com os fiéis para acolher as memórias e experiência por meio da autoridade compartilhada Michael Frisch, (2016). Para isso, é fundamental dialogar com os teóricos da memória,



para nos ajudarem a entender como e que as comunidades constroem, preservam e transmitem suas lembranças coletivas ao longo do tempo.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na história oral, na rememoração e na construção de um conhecimento histórico dialógico.

Este estudo dialoga com os princípios da história pública, como elucidada por Jill Liddington (2011), evidencia um compromisso com a produção de conhecimentos e saberes voltados tanto para a comunidade investigada quanto para o público acadêmico e a sociedade civil. É uma produção de conhecimento feita com e para o público. Santhiago (2016)

Que foi construído a partir da concepção de Walter Benjamin (1985), que compreende a memória como uma experiência viva, capaz de construir narrativas que transcendem a lógica cronológica e linear da história oficial. A metodologia inclui entrevistas semiestruturadas, com os fiéis local de Caxito, pesquisa- ação e observação participante.

O Santuário de Santa Ana é um espaço sagrado que acarreta múltiplos significados na vida dos fiéis local de Caxito, Pierre Nora ressalta que (1984), "os lugares de memória não são apenas objetos de recordação, mas também espaços de resistência e afirmação cultural". O santuário, é um espaço de memória que reforça a identidade religiosa e cultural dos fiéis local.

Pierre Bourdieu (1990), em "**a dominação masculina**", destaca que as práticas culturais e religiosas são formas de reprodução social, que contribuem para a manutenção das estruturas de poder e identidade. Assim, as memórias dos fiéis, ao serem narradas e preservadas, também participam desse processo de reprodução cultural e social.

Para Ricoeur, [...] caso se admita que não há história que não seja constituída pelas experiências e pelas expectativas dos homens que agem e sofrem ou, ainda, que ambas as categorias tomadas conjuntamente tematizam o tempo histórico, supõe-se que a tensão entre horizonte de expectativas e espaço de experiência deve ser preservada para que continue havendo história (Ricoeur, 2010, p.366).



Os interlocutores envolvidos nesta pesquisa não atuaram apenas como fontes de informação passivas, mas também como produtores de conhecimento, cuja a memória e experiências carregadas de vidas e sentidos, contribuem de forma ativa na construção das interpretações do conhecimento da história cultural de Angola.

Sendo assim Walter Benjamin ressalta que experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorrem todos os narradores. (Benjamin, 2012.p.214). A partilha de memória e experiência dos fiéis, revelou como a adoração a Santa Ana ressignifica a vida daqueles que buscam sua intervenção no contexto local. Outrossim Galzerani (2008, p.227), ressalta que rememorar é "(...) trazer imagens do passado vivido, como opção de esquecimento das relações e sensibilidades sociais, como uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídas, sobretudo, no presente"

Neste sentido, adotou -se uma postura ética fundamentada nos princípios do consentimento livre e esclarecido, garantindo a autonomia dos participantes e o respeito aos seus direitos sobre os dados coletados e os resultados produzidos desta pesquisa. Reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades na produção do conhecimento, alinhada aos princípios da ética em pesquisa e às perspectivas de epistemologias participativas."

As práticas simbólicas realizadas dentro do Santuário de Santa Ana de Caxito.

Os resultados do estudo indicam que as práticas simbólicas realizadas no Santuário de Santa Ana têm exercido uma influência benéfica na vida dos fiéis locais, manifestando-se por meio de diversos objetos que os devotos levam ao interior do santuário, com o objetivo de solicitar a intervenção de Mama Santa Ana em suas vidas de diferentes formas.

Funge Prato Tradicional Angolano

O Funge é um alimento tradicionais de Angola, geralmente feitos de farinha de milho ou mandioca, muitas vezes moldados em formas específicas. As devotas, que confeccionam alimentos para venderem ao perceberem que suas vendas de alimentos não estão indo bem, levam esses alimentos ao altar do santuário



de Santa Ana, pedindo que a Mama Santa Ana abençoe a venda de seus produtos, buscando proteção e prosperidade para seus negócios. Como forma de agradecimento pela bênção recebida, muitas dessas devotas trazem várias oferendas ao santuário, demonstrando sua gratidão pela ajuda e proteção de Santa Ana **(Pároco do Santuário de Santa Ana, padre, João Adão Bernardo, 2023)**.

Água ardente

A água ardente, levada das mãos das fiéis ao altar, é um elemento carregado de simbolismo. Para muitas mães, ela representa a força, a coragem e a purificação. Ao oferecer água ardente, elas pedem que a Mama Santa Ana proteja seus filhos contra o alcoolismo, afastando as influências negativas e fortalecendo a saúde física e espiritual das crianças. Essa prática também reflete a esperança de que a fé possa transformar e proteger, usando um elemento que, apesar de ser uma bebida alcoólica, é considerado uma oferenda de força e proteção na cultura local **(Pároco do Santuário de Santa Ana, padre, João Adão Bernardo, 2023)**.

Pistolas de brinquedo

Levar brinquedos, especialmente pistolas de brinquedo, é uma prática simbólica que visa afastar os filhos do mundo da criminalidade. As mães acreditam que, ao oferecer esses brinquedos, estão pedindo à Santa Ana que proteja seus filhos de influências negativas, de violência e de comportamentos que possam levá-los ao caminho do crime. Os brinquedos representam esperança de um futuro mais seguro, de paz e de uma vida livre de perigos. Essa ação também reforça a ideia de que a fé e a proteção divina podem transformar o destino das crianças, afastando-as de caminhos perigosos. Além desses itens, as mães têm levados outros objetos ou símbolos, como velas, imagens ou objetos



personais, todos com o objetivo de fortalecer suas orações e pedidos de proteção. Cada elemento leva um significado específico, sempre relacionado à busca por saúde, segurança, proteção contra o mal, e fortalecimento dos laços familiares. **(Pároco do Santuário de Santa Ana, padre, João Adão Bernardo, 2023).**

História pública e a sua configuração.

Neste contexto, a história pública se configura não apenas como um campo de investigação acadêmica, mas também como um espaço de disputa política e epistemológica. Conforme questiona Liddington (2011), "história pública para quem? E para que?". No caso dos fiéis locais de Caxito, responder a essa indagação requer que a produção de conhecimento não se limite à mera elaboração de narrativas externas, mas que seja construída em diálogo com os interlocutores da pesquisa, respeitando suas epistemologias, seus tempos e suas formas de expressão e de constituição de suas identidades.

Conclusões

O santuário de Santa Ana tem um grande significado na vida dos fiéis de Angola Caxito, especialmente para aquelas, que enfrentaram dificuldades para ter filhos. Varais devotas conseguiram ter o seu primeiro filho por intercessão de nossa senhora Santa Ana nas suas vidas. Além de seu papel religioso, o santuário também funciona como um espaço educativo, onde práticas religiosas são transmitidas de geração em geração.

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRISCH, Michael. Autoridade compartilhada. In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 2009.



LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R de; ROVAI, Marta G. de O. Introdução à História Pública. São Paulo (SP): Editora Letra e Voz, 2011. p.31-53.

BENJAMIM, Walter. Experiência e pobreza. In: Obras escolhidas I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias (orgs). In: O historiador e seu tempo. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

HALBWCHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vetíce, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Tradução, AUN KHOURY, T. Y. (2012).

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidade. In: Cardoso, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). Domínios da História: Ensaio de teorias e metodologias. Rio de Janeiro: Campus. (1997).

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. São Paulo: Letras e Voz, 2016.



MEMÓRIA, GASTRONOMIA E IDENTIDADE: A FESTA DA LEITOA FUÇADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JANIÓPOLIS/PR

Palavras-chave: Economia local. Saberes tradicionais. Comunidade. Desenvolvimento Sustentável. Patrimônio imaterial

MARLA DIAS DA ROCHA (UNESPAR)
marla_rocha_29@hotmail.com

Este texto apresenta reflexões iniciais do projeto de pesquisa, sobre a Festa da Leitoa Fuçada, um evento tradicionalmente realizado em Janiópolis, Paraná. Onde a proposta inicial é analisar de como a festa como pode ser considerada uma manifestação de patrimônio cultural imaterial, ligada ao desenvolvimento sustentável da região e envolvendo a gastronomia local. A Festa da Leitoa Fuçada é percebida como um espaço formativo que integra história, memória e identidade local. Assim envolvendo a compreensão e o diálogo com as discussões de Hobsbawm e Ranger (1984) sobre a criação de tradições e a formação de identidades coletivas. Entretanto a gastronomia, como um elemento central da festa, é entendida e compreendida segundo Montanari (2004), como um elo entre o passado e o presente, capaz de ativar memórias e experiências comunitárias, conforme Halbwachs (2006) a memória coletiva, desempenha um papel fundamental ao revelar de como a história se manifesta em práticas sociais e culturais. Estabelecendo como um lugar de memória, de acordo com Nora (1993), onde as recordações individuais e coletivas se entrelaçam, promovendo o aprendizado intergeracional e alinhando-se aos princípios da Convenção da UNESCO (2003) para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Contudo, a escassez de registros históricos e documentais sobre a origem e evolução do prato típico da festa representa um desafio significativo para sua preservação como patrimônio imaterial. Diante disso, o texto propõe a valorização das tradições locais e a implementação de estratégias que garantam a continuidade cultural da festa, articulando identidade comunitária, memória e sustentabilidade.



Objetivo Geral:

Analisar a Festa da Leitoa Fuçada como um espaço de formação de memórias e identidades, investigando suas dinâmicas culturais, históricas e sociais.

Objetivos Específicos:

1. Identificar a história, os elementos culturais e os saberes tradicionais envolvidos na produção da leitoa fuçada em Janiópolis/PR.
2. Investigar a relação entre a festa e o fortalecimento do senso de pertencimento e identidade local, analisando seus impactos sociais e econômicos e seu potencial para o desenvolvimento sustentável.
3. Avaliar como a Festa da Leitoa Fuçada pode ser ressignificada e promovida como um patrimônio cultural dinâmico e inclusivo, considerando suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, e propondo estratégias para sua valorização e sustentabilidade a longo prazo.

Metodologia

As reflexões estão em discussão e em fase de elaboração metodológica a ser definida, assim como os referenciais teóricos que abordarão a alimentação e sua expressão cultural dentro da memória coletiva. Os levantamentos preliminares incluem materiais jornalísticos e registros fotográficos já iniciados, além de alguns materiais cedidos pela Biblioteca Municipal de Janiópolis. Está prevista a utilização da metodologia da história oral e da observação participante, com foco nos saberes locais relacionados à Festa da Leitoa Fuçada. Utilizaremos abordagens combinadas para iniciar a investigação sobre a gastronomia tradicional, usando a Festa da Leitoa Fuçada como um estudo de caso, buscando compreender este espaço como valorização e preservação das práticas gastronômicas tradicionais que podem impulsionar os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Iniciaremos com as pesquisas bibliográficas para embasar teoricamente o estudo, como a gastronomia tradicional, o desenvolvimento local e regional da região de Janiópolis, assim como abordagens de patrimônio imaterial e festas populares. A



etapa subsequente focará na coleta de dados empíricos, priorizando o resgate de memórias, saberes e práticas associadas à Leitoa Fuçada. A história oral será o método principal de coleta, com entrevistas semiestruturadas com moradores, organizadores da festa, produtores e outros indivíduos com conhecimento sobre o tema. Todas as etapas de coleta de dados com seres humanos seguirão as diretrizes éticas da legislação brasileira e do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas, com o consentimento dos participantes, formando um acervo para análise. A observação participante complementar a história oral, permitindo o registro direto das práticas e rituais da festa. A participação em eventos e atividades da Leitoa Fuçada possibilitará a observação das interações sociais, aspectos culturais e práticas gastronômicas em seu contexto real. Serão realizados registros fotográficos e audiovisuais.

Para a análise dos dados, será utilizada a análise de conteúdo, buscando identificar temas, padrões e significados relacionados à gastronomia tradicional, desenvolvimento sustentável e à Festa da Leitoa Fuçada nas entrevistas e observações. Um levantamento de dados secundários, como documentos municipais e materiais de divulgação, fornecerá informações sobre o contexto local e a história da festa. A combinação dessas técnicas e a análise de dados secundários permitirá uma compreensão abrangente da relação entre gastronomia tradicional e desenvolvimento sustentável em Janiópolis.

Resultados e Discussão

Ao focar na Festa da Leitoa Fuçada, este projeto de pesquisa propõe reflexões e análises sobre a importância da gastronomia na construção da identidade e no fortalecimento dos laços sociais. A partilha da comida é vista como um ato de generosidade que fortalece vínculos comunitários e fomenta o diálogo intercultural.

Festas populares, impulsionadas por rituais alimentares, atuam como mecanismos de resistência à homogeneização global, valorizando a diversidade cultural. A gastronomia possui interfaces com diversas áreas, como o turismo, no



desenvolvimento territorial e cultural. Em Janiópolis, a Festa da Leitoa Fuçada representa um ponto de encontro entre tradição e modernidade. Sua relevância reside no papel como espaço de afirmação identitária, fortalecimento de laços sociais e promoção do turismo cultural, especialmente em pequenas cidades, conforme a UNESCO (2003).

O cronograma da pesquisa está delineado em quatro semestres. O primeiro será voltado ao planejamento, revisão bibliográfica e submissão ao Comitê de Ética. O segundo semestre contemplará a coleta de dados e a análise preliminar. O terceiro focará na análise profunda e na triangulação dos dados. O quarto semestre será dedicado à redação final, revisão e divulgação.

A ausência de registros históricos sobre a origem da festa é uma limitação que a pesquisa busca enfrentar. Compreender como essa lacuna afeta a memória coletiva é essencial para propor estratégias eficazes de salvaguarda. Fontes primárias, como entrevistas e registros locais, serão fundamentais. Fontes secundárias, como artigos acadêmicos, estudos de caso e documentos da UNESCO, darão base teórica e comparativa. A combinação desses elementos permitirá analisar a festa como patrimônio dinâmico e inclusivo.

Dados preliminares indicam o forte potencial da Festa da Leitoa Fuçada como vetor de identidade e patrimônio. O preparo tradicional da leitoa, transmitido entre gerações, revela-se como prática de preservação de saberes e de fortalecimento do pertencimento. Há também indícios de impacto positivo no turismo e na economia regional. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar tais dinâmicas e propor estratégias sustentáveis para a valorização da festividade.



Imagem 01 – Preparação do Prato Leitoa Fuçada



Foto : Cedida pela Biblioteca Municipal de Janiópolis

Imagem 02 (Participação Comunitária da População na Festa)



Foto : Acervo Foto : Cedida pela Biblioteca Municipal de Janiópolis



Imagem 03 – Leitoa Fuçada (Prato pronto e seus acompanhamentos)



Foto de Divulgação da Prefeitura da Festa

Conclusões preliminares

Consolidar a Festa da Leitoa Fuçada como um patrimônio cultural imaterial de Janiópolis/PR é essencial para a formação de memórias e identidades locais. A transmissão dos saberes tradicionais do preparo da leitoa fuçada garante a continuidade desse valioso patrimônio. A festa pode contribuir para o fortalecimento e a promoção do senso de pertencimento e da identidade comunitária, incentivando o diálogo e a visibilidade das narrativas locais. Acredita-se que poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável de Janiópolis/PR e para a salvaguarda dessa herança cultural. A pesquisa ainda está em fase inicial e busca valorizar a Festa da Leitoa Fuçada como patrimônio imaterial por meio do resgate de memórias, saberes gastronômicos e identidades locais. Como as reflexões se encontram em fase inicial, a continuidade da pesquisa permitirá aprofundar os dados empíricos e teóricos, visando à construção de uma proposta de salvaguarda cultural baseada no diálogo entre comunidade, memória e desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Campo Mourão, e ao professor Rafael



Afonso Gonçalves, por acreditar no projeto de pesquisa e aceitar esse desafio nesta caminhada junto comigo no Mestrado em História Pública.

Agradeço, também, ao Município de Janiópolis pelo apoio com fotos do acervo da Biblioteca Municipal e ao Secretário de Cultura, Nelson Silva, pelo conteúdo jornalístico do seu acervo privado, e ao apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Referências

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Tradução de Letícia Martins de Andrade. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003.



HISTÓRIAS, ARTES E PÚBLICOS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Palavras-chave: História Pública. Arte Pública. Audiovisual.

MICHEL KOBELINSKI (UNESPAR)
mkobelinski@gmail.com

RITA GABRIELE DE GODOI LIMA (UNESPAR)
ritalogodi@gmail.com

Introdução

As artes públicas — pintura, escultura, muralismo, cinema, fotografia, performance, audiovisual — constituem formas potentes de ativação da memória coletiva, criação de pertencimento e reconfiguração simbólica dos territórios. Capazes de nos sensibilizar e nos convocar ao debate, tais manifestações também tensionam os limites entre estética e política, especialmente quando articuladas à história pública.

O minicurso surgiu a partir de dois projetos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), propondo integrar experiências em curadoria crítica e produção audiovisual com foco na escuta de memórias subalternizadas.

Em primeiro plano, discutimos a exposição *Como Sérgio Panceri via e sentia o mundo?*, realizada no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira (MDMP), em Campo Mourão, em 2024. Em segundo, apresentamos o documentário *Memórias e seus retratos: os caminhos da população negra andiraense*, produzido a partir de entrevistas com duas mulheres negras da cidade de Andirá (PR). Essas ações foram desenvolvidas sob o princípio de que a história pública deve ser feita para, com e pelo público (SANTHIAGO, 2016), e de que a arte, quando compartilhada eticamente, atua como mediação e intervenção, e não como explicação.



Tanto o projeto expositivo quanto o audiovisual confrontaram silenciamentos históricos, promovendo experiências participativas de escuta e produção de sentidos sobre o passado. Ao fazê-lo, afirmaram também a arte como campo de disputa, cuidado e reinvenção, reafirmando que o historiador público não apenas pesquisa o passado, mas participa de forma proativa na sociedade.

Metodologia

No documentário, a metodologia adotada foi a da história oral, com base na proposta de Sônia Maria de Freitas (2006). As entrevistas foram conduzidas com Adriana Duarte e Carmem Lima Ramos, mulheres negras residentes em Andirá. Essa abordagem buscou respeitar os ritmos e as subjetividades das colaboradoras, oferecendo espaço para narrativas profundas e inesperadas (PORTELLI, 2016).

As entrevistas foram estruturadas para acolher narrativas pessoais e coletivas, memórias afetivas e denúncias de opressão. Temas sensíveis vividos por Carmem na infância, a maternidade atípica de Adriana com filhas autistas, o trabalho infantil, o racismo estrutural e o estigma territorial emergiram de forma orgânica, exigindo da equipe sensibilidade interpretativa e cuidado ético.

No minicurso, o ponto de partida foi o reconhecimento da potência de uma tela esquecida no acervo do museu (Mundo Paralelo). A curadoria, em 2024, propôs não apenas a exibição do acervo do artista, mas sua ativação por meio de práticas colaborativas e produção de livreto em formato Leitura Fácil. No minicurso foram realizadas intervenções sobre obras inacabadas de Panceri e produção de material audiovisual com declamações de poesias, inspiradas em estratégias museológicas de inclusão.

Além disso, os participantes puderam compartilhar ideias sobre produção audiovisual nas interfaces entre o ensino de História e a História Pública, ampliando o alcance pedagógico e social da proposta.



Resultados e Discussão

Mais do que abordar a memória e a importância da população negra para a cidade de Andirá, o documentário *Memórias e seus retratos: os caminhos da população negra andiraense* lidou com relatos sensíveis que revelam a luta de toda uma vida, denunciando desigualdades, silenciamentos e preconceitos enfrentados pelas colaboradoras. As histórias de Carmem e Adriana tornaram visível aquilo que muitas vezes é excluído da narrativa oficial, revelando camadas profundas de dor, resistência e reinvenção da vida negra em um espaço marcado por racismo estrutural, apagamento histórico e desigualdade social.

A produção audiovisual ancora-se nos fundamentos da história pública como prática coletiva, política e colaborativa. Para Rodrigo de Almeida Ferreira (2016), a história sempre se propôs a ser pública, e um de seus aspectos mais relevantes é justamente “a preocupação em ampliar os públicos da História para além do saber especializado da produção acadêmica” (p. 133). A intersecção entre cinema e história pública organiza-se a partir de um tripé — fazer, divulgar e interferir social e politicamente — permitindo a ressignificação do conhecimento histórico como experiência de impacto público (FERREIRA, 2016, p. 146).

Nessa perspectiva, compreendemos a história pública como uma forma de ativismo e enfrentamento das desigualdades. O documentário se inscreve, assim, como uma ferramenta de resistência às “imagens de controle” historicamente impostas às mulheres negras (COLLINS, 2019). Essas imagens funcionam como mecanismos simbólicos que naturalizam a subordinação e o apagamento, negando às mulheres negras agência, complexidade e humanidade.

Nesse ponto, a obra também dialoga com bell hooks (2019), que defende a urgência de uma intervenção radical no campo da representação. Para isso, é necessário estar disposto a pensar criticamente as imagens e tensionar os regimes tradicionais de visibilidade. Essa disposição está no cerne do documentário. A participação ativa de Adriana e Carmem no projeto não apenas construiu um



contraponto à memória oficial, mas fundou um espaço insurgente onde a negritude se apresenta com autonomia, sensibilidade, força e multiplicidade.

O que emerge dessas vozes é uma denúncia contundente da interseccionalidade das opressões — de raça, classe, território e deficiência — e da força criativa com que essas mulheres resistem. Em relação à difusão do documentário em Andirá, o público respondeu de maneira viva, interagindo com as protagonistas, reconhecendo-se em suas narrativas e ativando memórias pessoais. Nesse sentido, o material audiovisual constitui uma política de empoderamento, conforme propõe Collins, pois não apenas revela as violências, mas afirma a agência e a possibilidade de transformação das mulheres negras enquanto sujeitos históricos centrais.

Refletir sobre os desdobramentos da exposição *Como Sérgio Panceri via e sentia o mundo?* foi igualmente fundamental para o minicurso, uma vez que a mostra provocou formas potentes de engajamento e reinvenção estética. Os participantes do minicurso não apenas visualizaram as obras de Panceri, mas contribuíram ativamente para sua reinterpretação. Eles foram incentivados a pintar sobre imagens reproduzidas das obras de Panceri, gravando em vídeo, declamações de seus poemas presentes no livro *O Null*. A obra *Mundo Paralelo*, antes esquecida no acervo do museu, tornou-se catalisadora de múltiplas leituras, nas quais o fazer artístico operou como prática de escuta e criação partilhada.

A curadoria que sustentou essas experiências baseou-se em uma concepção relacional e performativa do ofício historiográfico e museológico. Em vez de apenas falar sobre o passado, ela o encena com os públicos, compartilhando autoridade e afetos. David Dean (2018) observa que, nesse modelo, curadores tornam-se “contadores de histórias corporificados”, mediando entre fontes, tecnologias e audiências por meio de gestos de escuta e co-presença. Nina Simon (2010) acrescenta que tal prática desloca o museu de templo a “plataforma participativa”, onde o conflito e o dissenso tornam-se matéria-prima do engajamento cívico. Tula Giannini (2019) reforça essa visão ao propor o museu como “espaço contestado” em



ecossistemas digitais, onde os públicos deixam de ser receptores passivos para atuar como co-criadores críticos de narrativas.

Ao enfatizar a vulnerabilidade como força, Martinon (2020) defende exposições “confessionais”, capazes de revelar tanto presenças quanto ausências no acervo. Silvia Alderoqui (2021), por sua vez, convoca uma virada pedagógica que reconhece os visitantes como sujeitos de experiência, e não apenas espectadores. Assim, curar torna-se um gesto ético de cuidado — mais próximo de hospedar memórias do que de exibir objetos — no qual se articulam criação coletiva, justiça cognitiva e responsabilidade pública.

Ambas as experiências reafirmam que a história pública e a arte colaborativa podem funcionar como formas de insurgência contra as narrativas dominantes, oferecendo não apenas crítica, mas imaginação e criação de novos mundos possíveis. Ao intervir nos campos da memória, da imagem e da escuta, esses projetos desafiam fronteiras disciplinares, políticas e afetivas, convocando-nos a uma ética do cuidado, da escuta e da participação.

Conclusões

As experiências apresentadas neste minicurso — a exposição *Como Sérgio Panceri via e sentia o mundo?* e o documentário *Memórias e seus retratos: os caminhos da população negra andaraense* — demonstram a potência transformadora da articulação entre história pública, arte colaborativa e escuta ativa. Ambas as ações assumem a memória como campo de disputa simbólica, cultural e política, abrindo espaço para narrativas historicamente marginalizadas e para a construção coletiva de sentidos.

A escuta de vozes subalternizadas e o engajamento ético com os públicos evidenciam que curadoria e produção audiovisual podem ser mais do que práticas expositivas. Elas são gestos de partilha, afeto e resistência. Nessa perspectiva, a arte não apenas comunica, mas convoca — mobiliza públicos, amplia repertórios e fortalece vínculos com o território.



Concluimos que os caminhos da história pública, quando atravessados pela arte, apontam para formas plurais de conhecimento, participação e transformação social. Que essas experiências inspirem novos modos de fazer história com e para o público — modos mais sensíveis, horizontais e insurgentes.

Referências

ALDEROQUI, Silvia. *Museu e educação: conceitos e métodos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

DEAN, David. *Performing Public History*. London; New York: Routledge, 2018.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema e a história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 135-147.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2006.

GIANNINI, Tula. Contested Space: Activism and Protest. In: GIANNINI, Tula; BOWEN, Jonathan P. (org.). *Museums and Digital Culture: New Perspectives and Research*. Cham: Springer Nature, 2019. p. 91–115.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KOBELINSKI, Michel; LIMA, Rita Gabriele de Godoi; OLIVEIRA, Alexsandro Araújo; REBERTI, Ariane Vissotto de Figueiredo; SOUZA, Cícero Pereira de; RODRIGUES, Janete Alves Ferreira; MALYSZ, Paula Angélica; SANTANA, Sueli Costa L. A.; FERREIRA, Rafael Alves; GAMBA, Silvestre Lissekeivo Manuel. *O inacabado como estética da ruptura: Sérgio Egidio Guevara Panceri (1988–2017)*. [audiovisual]. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2025. 1 vídeo (3 min 48 s), color. Apresentado no I Encontro Nacional de História: Ensino e Públicos e na V Semana Acadêmica de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

MARTINON, Jean-Paul. *Curating As Ethics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2020.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SIMON, Nina. *The Participatory Museum*. Santa Cruz: Museum 2.0, 2010.



HISTÓRIA DOS POVOS VATWA NA INTERFACE COM AS TRADIÇÕES DE CAÇA, MÚSICAS E DANÇAS

Palavras-chave: Curoca. Memória coletiva. Resistência cultural.

SILVESTRE LISSEKEIVO MANUEL GAMBA (UNESPAR)
silvestregambagamba@gmail.com

Introdução

A história dos povos Vatwa, habitantes das localidades de Cilaukila e Ciheke/Ondefe, no município do Curoca, província do Cunene, em Angola, permanece marginalizada tanto nos registros oficiais quanto nas narrativas acadêmicas. Trata-se de um grupo que, apesar de as adversidades impostas por processos históricos de colonialismo, neocolonialismo e globalização, resiste na preservação de seus saberes ancestrais, expressos nas práticas de caça, músicas e danças.

As práticas culturais dos Vatwa não se configuram apenas como expressões artísticas ou atividades econômicas, mas como verdadeiras tecnologias sociais de produção e transmissão de conhecimento. Nas palavras de Amadou Hampâté Bâ (2010), no continente africano, em suas comunidades, quando um velho morre, é uma biblioteca que se queima, visto que os anciãos são bibliotecas vivas. Este alerta ecoa na perspectiva de Ki-Zerbo (2009), que defende que a oralidade, longe de ser vista como deficiência, é um sistema epistêmico completo, carregado de significados, éticas e pedagogias próprias.

No entanto, a modernidade capitalista, aliada às heranças coloniais, tem imposto desafios significativos às comunidades Vatwa. A expansão do agronegócio, a criação de reservas ambientais sem consulta prévia e as políticas estatais uniformizadoras ameaçam tanto os territórios quanto os modos de vida desses povos.



Esta realidade evidencia aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2019) conceitua como *epistemicídio*, ou seja, a destruição sistemática dos saberes não hegemônicos.

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar como as práticas de caça, músicas e danças dos povos Vatwa se constituem em estratégias de resistência sociocultural, de preservação da memória coletiva e de produção de conhecimentos próprios. Além disso, busca-se compreender como esses saberes dialogam com as epistemologias insurgentes no contexto da história pública e dos desafios contemporâneos.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na história oral, na rememoração e na construção colaborativa do conhecimento. Fundamenta-se na concepção de Walter Benjamin (1985), que entende a memória como experiência viva, capaz de construir narrativas que escapam à lógica cronológica e linear da história oficial. A metodologia inclui entrevistas abertas, rodas de conversa e observação participativa nas comunidades de Cilaukila e Ciheke/Ondefe.

O conceito de *autoridade compartilhada*, desenvolvido por Michael Frisch (1990; 2016), é um dos pilares metodológicos. Isso significa que os sujeitos da pesquisa não são apenas informantes, mas cocriadores dos saberes, contribuindo ativamente na construção das interpretações e análises. Neste sentido, adota-se uma postura ética que assegura o consentimento livre e esclarecido, bem como o direito das comunidades sobre os dados e resultados produzidos.

A metodologia também dialoga com os princípios da história pública, conforme discutido por Tomas Cauvin (2016) e Jill Liddington (2011), destacando-se o compromisso com a produção de conhecimento voltado tanto para a comunidade pesquisada quanto para a sociedade em geral. Para além da pesquisa textual e bibliográfica, prioriza-se a oralidade como tecnologia de transmissão e preservação da memória (HUYSSSEN, 2000).



As práticas culturais como tecnologia social

Os dados apontam que as práticas de caça dos Vatwa são muito mais do que uma atividade de subsistência. Envolvem saberes sofisticados sobre os ciclos da natureza, o comportamento animal, as técnicas de deslocamento no território e os rituais de preparação e agradecimento. A caça, portanto, não é apenas uma atividade econômica, mas um processo simbólico, espiritual e pedagógico, que fortalece os laços comunitários e reafirma a relação com o território.

As músicas e danças são elementos centrais na vida comunitária. Elas operam como dispositivos pedagógicos, transmitindo conhecimentos, valores, histórias e princípios éticos às gerações mais jovens. As canções narram feitos ancestrais, explicam a origem dos clãs, orientam sobre a organização social e reforçam os vínculos afetivos e espirituais. Segundo Hampâté Bâ (2010), esses saberes orais são, na realidade, bibliotecas vivas, cuja manutenção depende da continuidade das práticas culturais.

Colonialidade, epistemicídio e resistência

O contexto atual dos Vatwa é marcado por processos intensos de colonialidade do saber, do ser e do poder (SANTOS, 2019; WALSH, 2009; QUIJANO, 2000). A criação de áreas de conservação ambiental, frequentemente realizada sem a consulta prévia das comunidades, tem resultado na criminalização de práticas ancestrais como a caça, que passa a ser vista como ameaça ambiental, ignorando seu caráter sustentável e simbólico.

Além disso, as políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado priorizam modelos produtivos exógenos, que desconsideram os sistemas de saberes locais. Isso gera não apenas impactos econômicos e territoriais, mas também profundos traumas culturais, visto que fragiliza os mecanismos tradicionais de transmissão de conhecimento.

Conforme aponta Huyssen (2000), vivemos uma era em que a memória se torna fetiche, mas paradoxalmente convivemos com a desvalorização das memórias



que não se enquadram nos paradigmas eurocêntricos. Este paradoxo se reflete na forma como as práticas culturais dos povos Vatwa são, por um lado, romantizadas por projetos culturais e turísticos, e por outro, sistematicamente deslegitimadas no âmbito das políticas públicas e ambientais.

História pública como campo de disputa

Neste cenário, a história pública se apresenta não apenas como um campo acadêmico, mas como um território de disputa política e epistêmica. Como questiona Liddington (2011), *história pública para quem?*, no caso dos Vatwa, responder a essa pergunta exige que a produção de conhecimento não apenas contemple suas narrativas, mas seja construída com eles, respeitando suas epistemologias, seus tempos e seus modos de dizer e de existir.

Este processo implica, também, na produção de materiais educativos, cartilhas, vídeos e outros formatos que sejam úteis para as próprias comunidades, fortalecendo seus processos internos de ensino-aprendizagem e de resistência cultural. Assim, a história pública se converte em uma ferramenta de enfrentamento ao epistemicídio e de promoção da justiça cognitiva (SANTOS, 2019).

Entre os desafios encontrados estão as dificuldades de acesso às comunidades em períodos de conflito territorial, a resistência de alguns segmentos externos à valorização dos saberes tradicionais e as próprias limitações impostas pela academia ocidental na validação de epistemologias que não se enquadram nos modelos clássicos de produção de conhecimento.

Ainda assim, o trabalho demonstra que, apesar dessas limitações, as práticas culturais dos Vatwa seguem vivas, potentes e resistentes, oferecendo lições fundamentais sobre sustentabilidade, coletividade, autonomia e cuidado com a vida.

Conclusões

As práticas de caça, músicas e danças dos povos Vatwa constituem-se como tecnologias sociais de resistência. Elas preservam a memória coletiva, reafirmam a



relação com os territórios e asseguram a transmissão dos saberes ancestrais. Esses saberes dialogam com as epistemologias do Sul, desafiando a colonialidade e o epistemicídio. A pesquisa reafirma a história pública como instrumento de justiça cognitiva, social e epistêmica.

Agradecimentos

A Deus, pelo amparo constante. Aos meus pais, José Manuel Gamba e Bernadete Micaela Tyivinda, e a toda a família Gamba, pelo apoio incondicional. Aos povos Vatwa de do município do Curoca, nas localidades de Cilaukila e Ciheke/Ondefe, pela generosa partilha de saberes. Ao Programa de Pós-Graduação em História Pública da UNESPAR, pelo suporte acadêmico. Aos mestres da tradição oral, cuja voz e memória foram essenciais nesta pesquisa.

Referências

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO Joseph. História da África, I: Metodologia e Pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAUVIN, Tomas. Campo nuevo, prácticas viejas: promesas y desafíos en la Historia Pública. Hispania Nova, n. 14, 2016.

FRISH, Michael. Audience expectave as resurce an challenge: Ellis Island as a case study. In: FRISH, Michael. A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history. Albany: State University of New York Press, 1990.

FRISCH, Michael. Autoridade compartilhada. In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnesia. In: Seduzidos pela memória. In: Rio de Janeiro (RJ): Ed Aeroplano, 2000. p. 9-40.

KI-ZERBO, Joseph. História de África Negra-I. 4ª ed. Publicações Europa-América, 2009.



LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R de; ROVAI, Marta G. de O. Introdução à História Pública. São Paulo (SP): Editora Letra e Voz, 2011. p.31-53.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos otros y epistemologías del sur. Ecuador Debate, n. 75, p. 25-50, 2009.



ENTRE BUROCRACIAS E MEMÓRIAS: TENSÕES NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E A DESPROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO NO CASO DO PALACETE SCARPA (SOROCABA/SP)

Palavras-chave: Palacete Scarpa. Fracasso licitatório. Patrimônio tombado municipal.

WAGNER FONSECA SOUZA (UNESPAR)
wagner.ppghp@gmail.com

Introdução

A preservação do patrimônio cultural, embora assegurada por dispositivos legais como o Decreto-Lei nº 25/1937 e o artigo 216 da Constituição Federal, ainda carece de efetividade no plano da gestão pública. Essa fragilidade se acentua quando os bens tombados, submetidos aos ritos da Lei nº 14.133/2021, enfrentam um modelo licitatório que, embora orientado por princípios como isonomia e economicidade, revela-se muitas vezes incompatível com as especificidades técnicas, simbólicas e históricas desses bens. O caso do Palacete Scarpa, em Sorocaba/SP, torna visível essa dissonância entre o reconhecimento formal do patrimônio e sua efetiva proteção por meio das políticas públicas.

Ao longo dos anos, o imóvel passou por reformas parciais, geralmente motivadas por denúncias ou pressões pontuais, sem que se consolidasse um plano de restauro de caráter continuado. O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio (CMDP) emitiu diversas deliberações entre 2019 e 2024 alertando sobre riscos à integridade física e simbólica do bem. Ainda assim, sucessivas licitações foram fracassadas, revelando um impasse estrutural na aplicação das normas gerais de contratação pública ao campo patrimonial. Márcia Chuva (2009; 2010) alerta que o reconhecimento do patrimônio, quando não é acompanhado de instrumentos operacionais consistentes, transforma-se em mera inscrição simbólica. Arroyo (2010), por sua vez, destaca a necessidade de articular políticas de preservação à vivência



social do patrimônio e à memória ativa das comunidades. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos dos processos licitatórios na preservação do Palacete Scarpa, destacando como os mecanismos administrativos, em vez de assegurar a salvaguarda do bem, têm contribuído para sua ruína programada, seja pela omissão, seja pela inadequação normativa. A partir de um estudo de caso documental e empírico, busca-se compreender as consequências dessa lógica burocrática para o direito à memória e para a gestão do patrimônio cultural no nível municipal.

A análise do caso do Palacete Scarpa evidencia que a fragilidade da política de preservação não reside apenas na ausência de recursos, mas, sobretudo, na forma como os instrumentos administrativos são estruturados e aplicados. Entre 2019 e 2024, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP) alertou sistematicamente para os riscos estruturais da edificação, inclusive com registros documentados da queda de parte da cobertura e do forro interno (ATA CMDP, 2020). Ainda assim, as tentativas de contratação esbarraram em fracassos licitatórios sucessivos, revelando um padrão de paralisia institucional. As atas do CMDP analisadas revelam um ciclo de reconhecimentos simbólicos e inoperância técnica: o bem é reiteradamente qualificado como “patrimônio identitário”, mas permanece sem intervenções efetivas. A classificação recorrente de intervenções como “reformas” e não como “restauros” técnicos demonstra, como observa Arroyo (2010), o descompasso entre o discurso da preservação e a prática administrativa que o sustenta. Essa diferenciação terminológica, longe de ser neutra, viabiliza a adoção de projetos genéricos e simplificados, muitas vezes incompatíveis com os critérios exigidos para bens tombados, especialmente no que se refere à responsabilidade técnica e às exigências do IPHAN ou de órgãos correlatos.



Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, estruturada sob o método do estudo de caso (YIN, 2015), tendo como objeto empírico o Palacete Scarpa, edificação tombada localizada em Sorocaba/SP. A escolha do caso se justifica por sua recorrente presença nas deliberações do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio (CMDP) entre os anos de 2019 e 2024 e pelos sucessivos fracassos licitatórios que inviabilizaram sua preservação material.

Figura 1 – Placa de obra em frente ao edifício Palacete Scarpa.



Fonte: FELIPPE, F.; FARAH, A. P. A atuação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (1994-2019). Campinas: PUC-Campinas, 2020.

Foram analisados documentos administrativos — como atas do CMDP, editais, pareceres técnicos e registros de processos licitatórios disponíveis nos portais da transparência da Prefeitura Municipal de Sorocaba e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo —, bem como entrevistas semiestruturadas com especialistas atuantes na área de patrimônio cultural. As entrevistas foram conduzidas com base em roteiro temático e envolveram gestores públicos, arquitetos, membros de conselhos e restauradores, como Sayuri Yamada, Márcia Chuva, Michele Arroyo e Letícia Julião.

A interpretação dos dados seguiu o procedimento de análise documental e análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), visando identificar categorias recorrentes relacionadas à fragilidade normativa, falhas licitatórias e



desarticulação institucional. O corpus foi triangulado com referenciais teóricos da História Pública, da gestão patrimonial e do direito administrativo, especialmente autores como Arroyo (2010), Chuva (2009; 2010), Dantas (2021) e Hobsbawm (1995).

A documentação licitatória do período analisado mostra que os editais elaborados para o Palacete Scarpa priorizavam o critério de menor preço e utilizavam projetos básicos deficientes, desconsiderando as especificidades técnicas exigidas por intervenções em bens protegidos. Como indica Dantas (2021), a nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) ainda opera com princípios gerais que colidem com as exigências técnicas e patrimoniais dos restauros, uma vez que não prevê mecanismos diferenciados para bens culturais. O resultado é um cenário em que os processos de contratação pública, mesmo bem-intencionados, fracassam por inadequação normativa.

As entrevistas com especialistas como Márcia Chuva, Michele Arroyo e Sayuri Yamada reforçam essa leitura. Para Chuva, “o reconhecimento jurídico do patrimônio é insuficiente se não estiver acompanhado de instrumentos operacionais que deem conta de sua dimensão simbólica e prática” (CHUVA, 2010, p. 82). Arroyo (2010) ressalta que a recorrência de processos desertos ou fracassados evidencia não apenas falhas operacionais, mas uma lógica institucional que relega o patrimônio ao plano da espera. Já Sayuri Yamada, arquiteta responsável por projetos de preservação na região de Campo Mourão - PR, destacou, em entrevista, que “a falta de articulação entre as secretarias, os órgãos de controle e o conselho de patrimônio cria uma zona cinzenta de responsabilidades, em que todos respondem parcialmente e ninguém responde integralmente” (YAMADA, entrevista concedida ao autor, 2024).

Além disso, há que se considerar o papel limitado dos conselhos municipais, cuja função é muitas vezes consultiva, sem poder vinculante nas decisões finais. A depender da composição política das gestões municipais, recomendações técnicas podem ser ignoradas ou postergadas indefinidamente, fragilizando ainda mais o sistema de proteção. Como demonstra Hobsbawm (1995), a memória histórica é



constantemente reconfigurada conforme os interesses do presente e, quando o Estado abdica de sua responsabilidade de preservação, “a ruína torna-se inevitável — não como destino natural, mas como produto da omissão institucional” (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Dessa forma, o caso do Palacete Scarpa revela uma lógica estruturante de desproteção patrimonial: o reconhecimento legal não é suficiente para garantir a preservação quando o processo licitatório — pilar da gestão pública — é operado de modo descolado das especificidades culturais e técnicas do bem protegido. O fracasso licitatório, portanto, não é um episódio pontual: é a expressão administrativa de um pacto tácito com o esquecimento.

Conclusão

O estudo do Palacete Scarpa permite compreender como os instrumentos normativos e administrativos de preservação do patrimônio cultural, embora formalmente constituídos, podem se mostrar ineficazes quando aplicados de maneira genérica, desconsiderando as singularidades dos bens tombados. As evidências documentais e os depoimentos de especialistas demonstram que a legislação de compras públicas, ao priorizar critérios como menor preço e procedimentos padronizados, tem contribuído para a reprodução de uma lógica de ruína institucionalizada.

Mais do que denunciar o descaso, esta análise aponta a urgência de se rever os marcos legais e operacionais das licitações públicas em relação aos bens culturais protegidos, promovendo articulação entre órgãos de controle, conselhos de patrimônio e núcleos técnicos especializados. A ausência de critérios específicos e a descontinuidade administrativa não apenas comprometem a integridade física dos bens, mas esvaziam seu valor simbólico como referência de memória coletiva, contrariando o espírito do artigo 216 da Constituição Federal.

Ao evidenciar o caso do Palacete Scarpa, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas públicas que integrem a gestão do patrimônio



à lógica da responsabilidade cultural do Estado, articulando memória, técnica e direito. O fracasso licitatório, portanto, não deve ser interpretado como evento isolado, mas como sintoma de um modelo que ainda precisa ser requalificado sob a ótica da preservação e do pertencimento social.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Pública da UNESPAR e à CAPES pelo apoio institucional e financiamento da pesquisa. Registro meu especial reconhecimento ao professor Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes, cuja orientação rigorosa e comprometida foi essencial para este trabalho.

Sou grato às pesquisadoras e gestores que contribuíram com entrevistas e reflexões, especialmente Márcia Chuva, Michele Arroyo, Sayuri Yamada e Letícia Julião. Aos colegas do ST de História Pública da UNESPAR, agradeço pelos valiosos diálogos que enriqueceram esta apresentação.

Por fim, expresso minha gratidão à minha esposa e filhos, que são minha maior motivação nesta caminhada acadêmica.

Referências

ARROYO, Michele. A materialidade da cultura: patrimônio cultural e preservação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARROYO, Michele. Entrevista concedida a Wagner Fonseca Souza durante o bate-papo “Licitando a História”. Campo Mourão, 24 jun. 2024, 20h08. Arquivo pessoal do autor. Duração: 2 h 46 min 12 s.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 06 dez. 1937.



BRASIL. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 01 abr. 2021.

CHUVA, Márcia. Entrevista concedida a Wagner Fonseca Souza durante o bate-papo “Licitando a História”. Campo Mourão, 13 jan. 2025, 17h00. Arquivo pessoal do autor. Duração: 1 h 15 min 24 s.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural e seus usos: reflexões a partir do Brasil. In: IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. p. 77-89.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 35. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 71-88.

CMDP – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio de Sorocaba. Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias (2019–2024). Sorocaba: Prefeitura Municipal.

DANTAS, Fabiana Santos. Patrimônio cultural e a nova Lei de Licitações: entre o custo e o valor. In: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F. de (org.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2021. p. 127-145.

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

JULIÃO, Letícia. Entrevista concedida a Wagner Fonseca Souza durante o bate-papo “Licitando a História”. Campo Mourão, 2 abr. 2025, 19h02. Arquivo pessoal do autor. Duração: 1 h 8 min 40 s.

YAMADA, Sayuri. Entrevista concedida a Wagner Fonseca Souza durante o bate-papo “Licitando a História”. Campo Mourão, 26 nov. 2024, 15h30. Arquivo pessoal do autor. Duração: 1 h 28 min 55 s.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p. ISBN 978-85-8260-232-4.



O USO DE FOTOGRAFIAS COMO VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA FAMILIAR COM ESTUDANTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL (PR)

Palavras-chave: Ensino de História. Escola. Fotografia. História. Memória.

ELIANE DE SOUZA NEVES (UNESPAR)
elis9neves@gmail.com

DIVANIA LUIZA RODRIGUES (UNESPAR)
divania.rodrigues@unespar.edu.br

Introdução

A presente proposta de pesquisa, em estágio inicial, foi apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, *Campus* de Campo Mourão). Seu objetivo principal é compreender e valorizar a memória e a história familiar por meio da análise e produção de fotografias, envolvendo estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal Pequeno Príncipe, do município de Quinta do Sol, no Estado do Paraná.

A escolha da Escola Municipal Pequeno Príncipe e do município de Quinta do Sol se deve ao fato de serem lugares de memória muito importantes para a pesquisadora. Nesta escola, estudei desde a pré-escola, e meus três filhos também estudaram nela até o quinto ano do Ensino Fundamental. Desde 2024, tenho a honra de atuar como professora do Ensino Fundamental na mesma escola. Na cidade de Quinta do Sol, nasci, fui criada e vivo. Pelo significado desses lugares, reconheço sua importância não apenas para a história local, mas também para refletir sobre a realidade de muitos municípios e escolas de pequeno porte no nosso país.

Quanto à escolha do trabalho com fotografias, com base nos conceitos de lugares de memória de Pierre Nora, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs, buscamos



investigar de que forma os alunos compreendem e preservam a memória de suas famílias por meio dos álbuns fotográficos. Afinal, a fotografia é uma fonte histórica que tem relação direta com a História, ajudando a entender e a valorizar as nossas próprias memórias e identidades.

A preservação da memória, muitas vezes associada aos museus como lugares de memória, pode deixar lacunas no sujeito, que acaba sendo visto apenas como um agente passivo da História. Isso acontece porque, ao valorizar principalmente a memória coletiva, muitas vezes se deixa de lado a individualidade e as particularidades de cada pessoa. Por isso, nosso objetivo é destacar a história e a memória dos estudantes, contando suas próprias histórias por meio das fotografias. Essas imagens serão usadas como fonte e método de ensino de História, ajudando a valorizar tanto a memória coletiva quanto a individual.

Propomos que os(as) estudantes sejam protagonistas do próprio processo, participando da criação de fotografias inspiradas em grandes nomes da fotografia, como Ágnes Varda (1928-2019) e Sebastião Salgado (1944-2025). Além disso, pensamos em conectar o processo criativo da fotografia com o do cinema, incentivando uma abordagem mais integrada. Assim, eles poderão explorar diferentes formas de expressão e aprender História de maneira mais envolvente e criativa.

A experiência de os estudantes produzirem suas próprias fotografias pode incentivar que novos registros e imagens transmitam suas percepções da realidade. Dessa forma, eles podem expressar suas visões de mundo de maneira autêntica e criativa, tornando o aprendizado de História mais envolvente e significativo.

Dessa forma, escolhemos a fotografia como objeto de rememoração, e, com base nos escritos de Francisco Regis Lopes Ramos e Ecléa Bosi, mostramos que os objetos são “geradores” e “biográficos”, pois podem gerar memórias, contar histórias de vidas, ajudando a materializar nossas lembranças. A proposta do nosso projeto é criar um curta-metragem usando fotografias como elemento central, considerando-as tanto como objetos geradores (Ramos, 2004; 2016) quanto como objetos biográficos



(Bosi, 2003). Essas imagens têm o potencial de tocar a sensibilidade das pessoas através do que elas veem, ou seja, pela combinação de imagens e de sonografia que utilizamos.

Nessa perspectiva, concordamos com Fresquet (2020), pois trabalhar com um olhar que aguça a percepção na produção cinematográfica para promover reflexões sobre temas que permitem ao outro recordar e se emocionar são fundamentais. Como afirma Fresquet (2020), esse olhar, através da câmera, ao registrar o que vemos, pode nos ajudar a desaprender visões cristalizadas da realidade e reconhecer outras formas de ser e estar no mundo, mais abertas ao cuidado e à transformação.

Assim, entendemos que uma fotografia vai muito além de ser apenas um documento. Ela também possui um valor artístico e funciona como uma captura da memória, uma imagem que fica impressa e materializada em um objeto que podemos manipular, ou seja, a própria fotografia. Em resumo, uma fotografia é uma visão única de alguém sobre a realidade, transformada em algo que podemos ver, tocar e sentir.

Após essas reflexões iniciais, delineamos os seguintes objetivos específicos para esta pesquisa: apresentar e analisar a fotografia como uma fonte histórica; compreender, de forma conceitual, o que são os lugares de memória; estimular a preservação da memória familiar por meio de registros fotográficos; relacionar as fotografias com acontecimentos históricos; produzir registros fotográficos que possam servir como fontes de história e memória.

Metodologia

A pesquisa será realizada com estudantes do 5º ano “C” da Escola Municipal Pequeno Príncipe, utilizando a fotografia como recurso didático no ensino de História e na valorização da memória familiar. Fundamenta-se em autores como Ana Maria Mauad, Roland Barthes e Fresquet (2020), destacando o potencial das imagens na construção da memória histórica.

Serão realizadas oficinas temáticas sobre fotografia e cinema, com estudo de obras de Sebastião Salgado e Agnès Varda, além de conteúdos curriculares sobre



memória e fontes históricas. Os alunos participarão de entrevistas com familiares e profissionais das áreas de fotografia e vídeo, desenvolvendo registros fotográficos que expressem suas memórias e sentimentos.

As atividades incluirão: letramento visual e análise de imagens; rodas de conversa sobre memórias familiares; produção fotográfica orientada pelos estudantes; apresentações orais das fotografias pessoais com significado afetivo; reunião com pais para apresentação do projeto e autorização de uso de imagens; interação com profissionais das áreas envolvidas; elaboração de um filme e exposição final com produções fotográficas dos alunos.

A culminância será uma exposição escolar, intitulada “Memória familiar: histórias de vidas e experiências de vida familiar”, com participação da comunidade, em que os alunos apresentarão e discutirão suas produções. Após o evento, será promovida uma roda de conversa para avaliação das aprendizagens e experiências vividas.

Resultados e Discussão

A proposta busca levar os(as) estudantes a compreenderem a fotografia como fonte histórica, capaz de revelar histórias de vida e experiências familiares, aprofundando a compreensão do contexto individual e coletivo. Ao valorizar a memória familiar e estimular a produção de imagens pelos próprios alunos, pretende-se fortalecer o vínculo entre experiência pessoal e narrativa histórica.

Espera-se que essa abordagem contribua para uma prática pedagógica significativa no Ensino de História, promovendo a consciência crítica dos estudantes como sujeitos históricos capazes de interpretar e transformar sua realidade. Ao explorar a relação entre fotografia, História e memória, buscamos promover o desenvolvimento do conhecimento histórico entre os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.

Para isso, propomos a realização de uma exposição interativa que reúna fotografias dos próprios alunos e de suas famílias. Essa iniciativa tem o potencial de



fortalecer o vínculo dos estudantes com sua história pessoal e coletiva, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e contextualizado. Por meio dessa abordagem, espera-se que os estudantes possam compreender a importância das imagens na construção da memória e na compreensão do passado, estimulando uma relação mais próxima e participativa com a História.

Conclusões

Tendo em vista que esta pesquisa ainda se encontra em fase inicial, cujo objetivo principal é compreender e valorizar a memória e a história familiar por meio da análise e produção de fotografias com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I, do município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, é possível vislumbrar o potencial formativo da proposta pedagógica.

A expectativa é que, ao longo do desenvolvimento das atividades, os estudantes possam reconhecer a fotografia como uma fonte histórica significativa, compreendendo a importância tanto de sua produção quanto de sua preservação. A fotografia, nesse contexto, revela-se como um meio capaz de ativar memórias adormecidas, despertar o interesse pela história familiar e promover reflexões sobre os acontecimentos históricos vivenciados por diferentes gerações.

Espera-se, ainda, que os estudantes passem a se reconhecer como sujeitos históricos, compreendendo que suas experiências, registradas e narradas por meio das imagens, fazem parte da construção da memória individual e coletiva. Assim, a fotografia assume um papel central como recurso de preservação da memória e como instrumento pedagógico no ensino de História.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Divania Luiza Rodrigues pela orientação e apoio; aos profissionais do ProfHistória/UNESPAR - *Campus* de Campo Mourão, pelo incentivo acadêmico; e à Escola Municipal Pequeno Príncipe, em Quinta do Sol, pela colaboração no desenvolvimento do trabalho. Estendo minha gratidão à



PRPPG/UNESPAR pela concessão da bolsa de estudos, essencial para a realização desta pesquisa.

Referências

BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação**: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Através da Figura: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.73-98, 1996. Disponível em:
https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

_____. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 247-262.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em:
[file:///C:/Users/linev/Downloads/12101-Texto%20do%20artigo-29004-1-10-20121015%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/linev/Downloads/12101-Texto%20do%20artigo-29004-1-10-20121015%20(1).PDF). Acesso em: 17 mar. 2025.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto Gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 8, n. 14, 2016. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/234>. Acesso em: 22 fev. 2025.



HISTÓRIA, INFÂNCIA E IMIGRAÇÃO: PRÁTICAS DE ENSINO E MEMÓRIA DA PRESENÇA POLONESA NO PARANÁ A PARTIR DA OBRA DE JÓZEF STAŃCZEWSKI

Palavras-chave: Ensino de história. Imigração polonesa. Memória. História local. Educação patrimonial.

PAULA ANGÉLICA MALYSZ (UNESPAR)
paula_lyszt@hotmail.com

MICHEL KOBELINSKI (UNESPAR)
mkobelinsk@gmail.com

Introdução

A imigração polonesa para o Brasil teve início no final do século XIX e se intensificou no começo do século XX, impulsionada por fatores políticos e econômicos que provocaram uma grande onda migratória, especialmente para a região Sul do país. Esses imigrantes trouxeram consigo tradições culturais importantes, como a língua e a religiosidade. Contudo, por volta da década de 1930, o Brasil passou por um processo de nacionalização que buscava fortalecer o sentimento patriótico. Esse movimento acabou gerando, entre diversos grupos de imigrantes, o apagamento de suas línguas de origem.

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre o ensino de História no 5º ano do Ensino Fundamental I como ferramenta para compreender as primeiras formas de escolarização dirigidas aos imigrantes, com foco nos poloneses. Para isso, toma-se como fonte principal a obra *Presépio paranaense: O mistério do Natal na vida dos colonos poloneses no Paraná e a ressurreição da Polônia em três atos e duas imagens vividas* (1923), de autoria do professor polonês Józef Stańczewski, em processo de tradução.

A proposta didática decorrente da pesquisa prevê o uso da obra como ponto de partida para a realização de atividades interpretativas e autorais com os



estudantes, a fim de aproximá-los da história local, promover a valorização da diversidade cultural e estimular a produção de narrativas que contribuam para o fortalecimento da identidade e reconhecimento dos alunos como sujeitos históricos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com características de intervenção pedagógica, na qual a professora-pesquisadora propõe atividades em sala de aula a partir da obra de Józef Stańczewski.

A análise da fonte documental, livros e autores que abordam o tema, permite articular com os conhecimentos da fonte principal e promover uma proposta didática de forma a articular o conteúdo da obra ao contexto histórico da imigração polonesa, destacando processos de resistência cultural e linguística no início do século XX. A partir da tradução e adaptação da narrativa para linguagem acessível às infâncias, os estudantes serão convidados a interpretar a história por meio de desenhos, dramatizações teatrais e atividades de leitura e escrita. Como culminância, produzirão um livreto autoral sobre suas origens familiares, a ser lançado em uma noite de autógrafos.

Resultados e Discussão

Józef Stańczewski foi um educador polonês que desempenhou um papel relevante na formação educacional dos filhos de imigrantes poloneses no Brasil, especialmente na primeira infância. Segundo Wabrzesno, Stańczewski destacou-se também como escritor e prosador, atuando intensamente em atividades comunitárias voltadas à preservação da cultura polonesa. Sua trajetória evidencia o entrelaçamento entre práticas pedagógicas e ações culturais que marcaram a presença polonesa no Brasil no início do século XX.

De acordo com: Krul e Klein:

A imigração polonesa no estado do Paraná teve início no final do século XIX e se intensificou no início do século XX. Com a Proclamação da República, o



governo brasileiro passou a promover uma campanha publicitária para atrair estrangeiros, destacando as possibilidades de acesso à terra e liberdade. Essa propaganda teve forte apelo junto à população polonesa, que vivia sob um regime autoritário e enfrentava dificuldades em sua terra natal, o que motivou muitos a buscar no Brasil a oportunidade de se estabelecer como proprietários e viver em liberdade (KRUL; KLEIN, 2020, p. 325).

Nesse contexto, a imigração polonesa para o Brasil configurou-se como um processo marcado por motivações políticas e pelo desejo de transformação de vida. Impulsionados pelas adversidades em sua terra natal, como aponta Krul (2020) muitos imigrantes arriscaram a travessia oceânica em busca de melhores condições. No entanto, tanto a viagem quanto o processo de desembarque, fixação e adaptação no novo território foram permeados por inúmeros desafios.

Kobelinski (2020) aponta que nesse cenário de instabilidade e vulnerabilidade que a figura de Józef Stańczewski se configura como primordial para a comunidade de imigrantes poloneses. Sua atuação como educador, escritor e agente cultural contribuiu significativamente para a construção de vínculos sociais e para o fortalecimento da identidade coletiva desses grupos. Ao promover a educação bilíngue e incentivar a preservação da língua e das tradições polonesas, Stańczewski tornou-se uma referência para os imigrantes, oferecendo não apenas suporte pedagógico, mas também um sentimento de pertencimento e continuidade cultural em meio às dificuldades do processo migratório.

Para Kobelinski (2020), Stańczewski foi vital ao fortalecer o ensino bilíngue no Brasil, apesar da falta de apoio governamental. Conforme aponta o autor, “Com o decreto de nacionalização, os suportes educativos de leitura e divulgação foram restringidos”, dificultando a continuidade de práticas pedagógicas que valorizavam a língua e a identidade polonesa. Nesse cenário, a atuação de Stańczewski ganha ainda mais relevância, pois evidencia uma forma de resistência cultural e educativa frente à homogeneização imposta pelas políticas estatais.

Dentro desse contexto de resistência cultural e linguística, a trajetória de Stańczewski evidencia o papel fundamental do professor como agente de transformação social e preservação identitária. Sua atuação, mesmo diante das



restrições impostas pelo decreto de nacionalização, demonstra que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas participar ativamente da construção de saberes significativos e conectados à realidade dos estudantes. Essa perspectiva dialoga diretamente com Chevallard (1997), para quem o ato de ensinar envolve escolhas conscientes sobre o que ensinar, por que ensinar e como ensinar, considerando os sentidos que esse conhecimento adquire no espaço escolar. A transposição didática, nesse sentido, é compreendida como um gesto político e epistemológico, pois exige que o professor reflita sobre os saberes que leva à sala de aula e sobre o impacto formativo que eles geram.

Nesse mesmo horizonte, as práticas de Stańczewski também se aproximam do pensamento de Larrosa (2002), ao compreender o ensino como experiência. Mais do que repassar conteúdos, ele promoveu vivências que tocavam os estudantes, por meio da valorização da língua e da cultura polonesa como elementos formadores de identidade. Para Larrosa, a experiência exige tempo, escuta e abertura para ser verdadeiramente vivida — e não apenas consumida de forma superficial. Da mesma forma, Paulo Freire (1987) entende que a educação só se realiza plenamente quando parte da escuta e do reconhecimento do outro como sujeito histórico, com saberes próprios e dignos de diálogo. Ao ensinar com compromisso ético e afetivo, Stańczewski permitiu que seus alunos se reconhecessem em sua própria história e cultura, mesmo em um contexto de negação e apagamento, tornando o ato de educar um gesto de resistência, pertencimento e libertação.

Toda essa discussão sobre a prática pedagógica de Stańczewski e sua resistência à imposição linguística e cultural pode ser relacionada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de História com foco na valorização da diversidade cultural, na promoção do respeito às diferenças e no reconhecimento dos sujeitos históricos em suas múltiplas identidades.

Articular uma abordagem crítica e sensível à realidade histórica dos imigrantes no Brasil é um caminho necessário para fortalecer práticas escolares que dialoguem com as competências gerais da BNCC (2017) como a valorização da cultura



e do conhecimento histórico como elementos fundamentais na construção da identidade e da cidadania. No cenário educacional atual, marcado por desafios diversos e por uma pluralidade cultural cada vez mais presente no cotidiano escolar, torna-se urgente o reconhecimento e a valorização das narrativas de diferentes grupos sociais, especialmente daqueles historicamente silenciados no processo de formação nacional.

Nesse sentido, a trajetória do professor polonês Józef Stańczewski oferece uma inspiração potente para pensar o papel docente hoje. Atuando em um contexto de repressão cultural, Stańczewski assumiu uma postura pedagógica de resistência, promovendo o ensino da língua e da cultura polonesa mesmo diante das políticas de nacionalização que buscavam apagar a diversidade étnico-linguística no Brasil. Sua prática nos lembra que o professor não é apenas transmissor de conteúdos, mas também mediador de memórias, identidades e sentidos históricos.

Inspirada por esse legado, proponho, enquanto professora-pesquisadora, o desenvolvimento de um projeto pedagógico que envolva os estudantes em uma experiência significativa de escrita e escuta. A partir da investigação de suas próprias origens, histórias de vida e memórias familiares, os alunos serão convidados a produzir textos autorais que expressem suas identidades, seus vínculos culturais e suas percepções sobre o pertencimento. Essas produções comporão um livro coletivo a ser publicado e lançado em uma noite de autógrafos, momento simbólico de valorização da diversidade cultural presente na escola.

Trata-se, portanto, de transformar a sala de aula em espaço de escuta, reflexão e produção de conhecimento, onde cada voz importa e cada história tem valor.

Conclusões

Frente ao exposto, a figura de Stańczewski assume um valor inestimável no reconhecimento e na valorização da educação voltada aos filhos de imigrantes poloneses no Brasil. Sua atuação representa não apenas o ativismo pedagógico em favor da preservação cultural, mas também o significado da resistência silenciosa de



um grupo marcado pela dor do deslocamento e pela luta para manter vivas suas raízes. Por meio de suas práticas, Stańczewski transformou sentimentos de perda em afeto, de ausência em presença, conferindo dignidade e importância às trajetórias individuais dentro de um novo espaço que estavam ajudando a construir.

Nesse sentido, a proposta de levar para a sala de aula o sentido de pertencimento local, por meio do trabalho com essa fonte de pesquisa, visa permitir que os estudantes se compreendam como sujeitos históricos, capazes de reconhecer suas próprias origens e experiências como partes legítimas da história. Ao promover essa conexão entre memória, identidade e território, o projeto amplia o campo da aprendizagem e fortalece o vínculo entre o conhecimento escolar e a vivência dos alunos, contribuindo para uma educação mais sensível, plural e significativa.

Referências

AGENDA CULTURAL POLÔNIA BRASIL. *Boletim Tak!* n. 18, nov./dez. 2020.

BATISTA DA SILVA, Vivian. Histórias e memórias da educação no Brasil. *Revista História da Educação*, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 27, p. 269–275, jan./abr. 2009.

Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627134010>. Acesso em: 8 jun. 2025. ISSN 1414-3518.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CHEVALLARD, Yves. ¿Por qué la transposición didáctica? In: CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. 3. ed. Córdoba: AIQUE Grupo Editor, 1997.

DREWNOWSKI, Viviane Maria. *Detrás daquela porta há uma história para contar: currículo e cultura escolar no Colégio Polaco Mikołaj Kopernik de Mallet-PR (1911–1938)*. 2020. 446 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DROZDOWSKA-BROERING, Izabela. *Produção literária dos imigrantes e a imprensa de expressão polonesa no Brasil: desde os últimos anos de partilhas até anos 1920*.



Revista X, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. ISSN 1980-0614. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4371-0427>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FERREIRA, Alicja Maria Goczyła. *A presença da língua polonesa na Colônia Dom Pedro II em Campo Largo, Paraná*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

KRUL, Daniele; KLEIN, Roseli B. Escola polonesa e a ‘Praktyka Edukacyjna / Pedagogiczna’ (prática educativa/pedagógica) no sul do Paraná (1914). *Revista X*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 15, n. 6, p. 323–340, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufpr.br/letras>. Acesso em: 8 jun. 2025.

KOBELINSKI, Michel. Józef Stańczewski: educador, poeta e ativista. *Boletim Tak!*, São Paulo, n. 18, p. 2–3, nov./dez. 2020. Disponível em: <https://tak.art.br/boletins>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Experiência, tempo e subjetividade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 133–158.

MARTINIAK, Vera Lucia. A produção científica sobre imigração e educação no Brasil: análise historiográfica das instituições escolares étnicas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 64, p. 147–158, set. 2015. ISSN 1676-2584.

PABIS, Neila Antonia; MARTINS, Mário de Souza. A escola como preservação da cultura: o modelo polonês. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 181–195, jun. 2014. ISSN 2316-383X.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
RAFIŃSK, Stefan. Memorial Józef Stańczewski. *Rocznik Gdański*, Gdańsk, v. LXXXII, 2022. Disponível em: <https://www.czasopisma.bg.ug.edu.pl/index.php/rocznikgdanski/article/download/8864/7888/12696>. Acesso em: 8 jun. 2025. ISSN 0080-3456.

RENK, Valquíria Elita. *Aprendi falar português na escola!: o processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. [S. l.]: ResearchGate, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41598363>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SEVERO, Cláudia. *Livros que o tempo não fez desaparecer: impressos para as escolas polono-brasileiras no acervo da Sociedade Polônia (1920–1937)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2022. Orientadora: Maria Stephanou.

STAŃCZEWSKI, Józef. *Jasełka Parańskie*. Curitiba: Nakładem Związku Spolek – Księżyca, 1929.

WĄBRZEŻNO. *Józef Stańczewski*. Disponível em: <https://wabrzezno.com.pl/jozef-stanczewski/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

STAŃCZEWSKI, Józef. *Józef Stańczewski. Wąbrzeźno – Ludzie, cultura e arte*. Publicado há 5 meses (em torno de janeiro/fevereiro de 2025). Disponível em: <https://wabrzezno.com.pl/ludzie/jozef-stanczewski>. Acesso em: 18 jun. 2025.



MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL DE GOIOERÊ

Palavras-chave: Identidade local. Preservação. Bens Culturais. Diálogo intergeracional.

SUELI COSTA LEITÃO DE ALBUQUERQUE SANTANA (UNESPAR)
santana.sueli@escola.pr.gov.br

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com

Em meio às mudanças que transformam nossas cidades e a vida em sociedade, a preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural surge como um desafio relevante para a manutenção da identidade e do senso de pertencimento nos espaços urbanos. Goioerê, município localizado no Noroeste do estado do Paraná, vivencia essa dinâmica de desenvolvimento, que inevitavelmente influencia a forma como suas memórias são preservadas e seu patrimônio cultural é valorizado.

“A preservação dos espaços de sociabilidade e do patrimônio material e imaterial contribui para aflorar afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade”, afirma Pelegrini (2009, p. 35). Isso reforça que a ação de preservar transcende a mera conservação de bens palpáveis; ela atua diretamente na esfera emocional e social dos indivíduos, fortalecendo seus laços com o lugar e com os outros. É notório, portanto, que, para além da dimensão física e tangível, a preservação dos locais onde as pessoas se encontram e do que consideram seu patrimônio cultural possui um efeito profundo nos sentimentos e na identidade da comunidade.

Complementando essa perspectiva, a mesma autora (Pelegrini, 2009, p. 23) também ressalta a importância das memórias e referências do passado como elementos que “fundamentam a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias”. Essa ideia reforça o papel do patrimônio cultural como um elo que conecta as pessoas através do tempo e das experiências



compartilhadas, construindo um senso de identidade coletiva. As memórias e as referências culturais atuam como uma teia que conecta as vivências individuais em uma narrativa comunitária mais ampla, fortalecendo os laços coletivos. Nessa mesma linha de pensamento, Michael Pollak (1992, p. 204) reforça essa ideia argumentando que “a memória configura-se como um elemento fundamental na construção do sentimento de identidade, tanto no âmbito individual quanto no coletivo”. A perspectiva de Pollak expande a compreensão ao enfatizar o papel central da memória na própria formação da identidade, seja na experiência pessoal de cada indivíduo, seja na construção da identidade compartilhada por um grupo ou comunidade.

Em contrapartida, a dinâmica da acelerada modernização e as transformações socioeconômicas contemporâneas carregam a capacidade de obscurecer ou descuidar dos elementos que naturalmente moldam a história e a identidade de uma comunidade.

Diante de estudos que mostram a importância da preservação da identidade local através do reconhecimento e valorização de bens materiais e imateriais, torna-se necessário realizar uma reflexão mais aprofundada sobre as estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade de Goioerê, bem como verificar como acontecem as relações estabelecidas entre a comunidade e tais patrimônios. Sendo assim, o ponto principal dessa reflexão reside na busca por identificar as complexas maneiras pelas quais a comunidade estabelece relações significativas com seus bens culturais – os laços afetivos, as memórias compartilhadas, os valores simbólicos atribuídos –, pois é nessa compreensão que reside a chave para ações de preservação mais eficazes e ressonantes com a vivência coletiva. Considerando que a escola reúne a capacidade de auxiliar os alunos a descobrirem o patrimônio cultural de maneira relevante, ela se apresenta como um ambiente privilegiado para intermediar esse conhecimento e atribuir-lhe um significado mais profundo, tanto para os estudantes quanto para a comunidade. Dotada de um potencial pedagógico para mediar e ressignificar a compreensão do patrimônio cultural de Goioerê, essa instituição se estabelece como um elo vital entre as novas gerações e suas raízes culturais. Ao



estimular a valorização do patrimônio desde a infância, a escola atua como um pilar fundamental na construção e transmissão da memória local.

Nesse sentido, o próprio cotidiano da sala de aula, as atividades pedagógicas planejadas e os espaços de interação dentro e fora da escola, se configurarão como o palco privilegiado para as intervenções e a ressignificação do conhecimento. Sendo assim, este resumo expandido detalha uma pesquisa inicial que se propõe a investigar a relação entre as memórias coletivas e o patrimônio cultural do município de Goioerê. A investigação terá como protagonistas os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I, da Escola Cívico Militar Monteiro Lobato. Partindo do reconhecimento sobre importância da preservação da identidade local através da valorização tanto de bens materiais (edificações históricas, espaços urbanos significativos, acervos documentais) quanto imateriais (práticas culturais, saberes tradicionais, festividades, expressões artísticas), o presente trabalho delinea um estudo sobre como esses elementos são percebidos, vivenciados e transmitidos através das gerações na comunidade goioerense, com o objetivo de investigar a inerente relação entre as memórias coletivas e individuais e o patrimônio material e imaterial do município de Goioerê, visando identificar e compreender os elementos significativos para a comunidade, e analisar como essa relação contribui para a construção e manutenção da identidade local, a fim de propor reflexões sobre estratégias de preservação e valorização para as futuras gerações. Para alcançar este objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

2. Identificar os principais elementos que compõem o patrimônio cultural material de Goioerê, incluindo edificações históricas, monumentos, espaços urbanos de relevância (praças, ruas, parques), acervos museológicos e documentais, e analisar seu estado de conservação.
3. Reconhecer os principais elementos que constituem o patrimônio cultural imaterial de Goioerê, abrangendo práticas culturais (festas religiosas, eventos tradicionais), saberes tradicionais (artesanato, culinária típica, conhecimentos



- sobre a natureza), expressões artísticas (música, dança, teatro), e analisar sua vitalidade e transmissão entre as gerações.
4. Analisar a intrínseca relação entre as memórias dos moradores de Goioerê e os elementos identificados como patrimônio cultural, buscando compreender como as experiências individuais e coletivas se conectam aos bens materiais e imateriais, e como essa relação contribui para a construção e manutenção da identidade local. Investigar como as narrativas orais, as lembranças afetivas das pessoas e as práticas cotidianas formam a percepção e o valor atribuído ao patrimônio pela comunidade local.
 5. Entender como as experiências de cada pessoa e da comunidade se conectam com esses bens materiais e imateriais.
 6. Discutir e propor estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural de Goioerê, enfatizando a importância do diálogo e da troca de experiências entre diferentes gerações como forma de fortalecer a identidade cultural e o senso de pertencimento.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, buscando aprofundar a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos ao patrimônio cultural e às memórias coletivas pelos moradores de Goioerê. A pesquisa se estrutura em diversas etapas complementares, começando pela revisão bibliográfica, sobre memória, patrimônio cultural e estudos locais, dialogando com Walter Benjamin, Jacques Le Goff, François Hartog, José D' Assunção Barros, Sandra C.A. Pelegrini, entre outros. E estudos específicos sobre a história e a cultura de Goioerê, como consultas de documentos históricos, arquivos municipais, fotografias e outros registros que possam fornecer informações sobre a evolução da cidade e seu patrimônio.

A pesquisa envolverá visitas a espaços significativos da cidade de Goioerê, como a Casa da Memória, a Casa da Cultura, praças e outros espaços urbanos que possuam relevância histórica e cultural para a comunidade. Serão realizadas análises de fotografias antigas e atuais da cidade, buscando verificar transformações e



permanências nos espaços e nas práticas sociais ao longo do tempo, bem como o registros fotográficos a serem realizados pelos alunos envolvidos na pesquisa, documentando o patrimônio cultural existente na percepção das novas gerações e os significados atribuídos à eles.

Serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com moradores de diferentes faixas etárias de Goioerê. A escolha de participantes de várias gerações visa capturar as diferentes camadas de memória e as distintas percepções sobre o patrimônio cultural da cidade, bem como as formas como esse patrimônio é transmitido ou se perde ao longo do tempo. As entrevistas permitirão identificar as memórias afetivas dos moradores ligadas a locais específicos, práticas culturais marcantes e personagens relevantes na história da cidade, além de suas opiniões e sugestões sobre a preservação e valorização do patrimônio existente. Serão utilizados roteiros de entrevista flexíveis, permitindo que os participantes expressem suas experiências e perspectivas de forma aberta e detalhada, enriquecendo a pesquisa.

A análise dos dados coletados será realizada de forma qualitativa, buscando identificar padrões, recorrências e singularidades nas narrativas dos entrevistados, nas observações de campo e nas informações obtidas nas demais etapas da pesquisa.

Espera-se que esta pesquisa proporcione um mapeamento amplo do patrimônio cultural material e imaterial de Goioerê, revelando os elementos que são considerados mais significativos para a sua comunidade. A análise das narrativas e das experiências dos moradores deverá fornecer percepções valiosas sobre a ligação entre memória e patrimônio, e como essa relação contribui para a formação e a manutenção da identidade local. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar a elaboração de estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural de Goioerê, com a participação ativa da comunidade e o diálogo intergeracional. A identificação dos mecanismos de transmissão do patrimônio poderá orientar ações educativas e de divulgação, visando fortalecer o senso de pertencimento e a valorização da história local.



Além disso, espera-se que este estudo possa agregar valor significativo para a literatura que aborda a importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento social e a construção de identidades em contextos urbanos. A análise do caso de Goioerê poderá oferecer elementos para a compreensão de dinâmicas semelhantes em outras cidades de porte pequeno no Brasil, acrescentando informações relevantes à produção científica na área da memória e do patrimônio cultural. A pesquisa também poderá gerar produtos como artigos científicos, relatórios técnicos, exposições fotográficas, buscando disseminar os resultados para um público mais amplo e sensibilizar a comunidade para a importância da preservação de seu patrimônio cultural.

Em suma, esta pesquisa inicial busca mostrar a importância da memória e do patrimônio cultural da cidade de Goioerê, levando em consideração as formas como as relações entre comunidade e patrimônios ocorrem. Sem deixar de reconhecer a relevância de tais relações na construção da identidade local, e no senso de pertencimento. Almejando contribuir para a preservação e a valorização desses bens culturais para população atual e as futuras gerações.

Referências

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural**: Consciência e Preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e história**: o tempo e os sentidos do passado. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 197–221.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261–273, jul./dez. 2006. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/250992200_Tempo_e_patrimonio. Acesso em: 17 maio 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.



LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Lugares de memória**. São Paulo: Edusp, 2001.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-215, 1992.



PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO

Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Docência.

ÉDER DIAS DO NASCIMENTO (UNESPAR)
ederptga@gmail.com

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com

Introdução

O presente texto apresenta os primeiros passos da pesquisa de doutorado denominada, provisoriamente, “O que os professores de história pensam sobre a integração da inteligência artificial generativa no ensino?”, iniciada neste ano de 2025 e vinculada ao Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Estadual do Paraná, sob a orientação do professor Dr. Bruno Flávio Lontra Fagundes. O trabalho conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil, por meio de bolsa de pesquisa, e busca compreender como professores de História avaliam a adoção de inteligência artificial generativa¹⁰ (IA-gen) no ensino, considerando aspectos da formação acadêmica, expectativas pessoais e do exercício da docência.

A pesquisa possui três objetivos: (1) analisar as percepções dos participantes sobre a automatização de atividades anteriormente realizadas de forma analógica¹¹,

¹⁰ Inteligências artificiais generativas são tecnologias capazes de produzir textos, sons, imagens e vídeos de modo instantâneo a partir das instruções de seus usuários (HOLMES; MIAO, 2023, p. 8).

¹¹ Para Annika Bergviken Rensfeldt e Lina Rahm, é difícil dissociar tecnologia e docência, já que a automação sempre esteve presente na educação. Todavia, apesar da promessa de aliviar tarefas repetitivas, segundo as autoras, estudos mostram que a automação raramente reduz o trabalho humano, pois costuma aumentar a carga e transformar sua natureza (2023, p. 26). Em razão disso, as mudanças no trabalho docente precisam ser avaliadas da perspectiva de assimilação dos potenciais da inteligência artificial e das implicações negativas da atuação de agentes autônomos que podem, em alguns casos, aumentar os níveis de sofrimento e



como pesquisa, escrita e síntese de ideias; (2) avaliar os problemas, limitações e avanços atribuídos à IA-gen como recurso no ensino de História; e (3) investigar como esses profissionais avaliam as possibilidades de intervenção docente em cenários marcados pelos usos, permitidos ou dissimulados, dessa tecnologia na educação básica.

Metodologia

A pesquisa proposta enfoca professores da educação básica com matrícula ativa ou egressos do Profhistória, que reúne, em sua rede, universidades conveniadas de diversos estados brasileiros. Em sua primeira etapa, ela utilizará o aplicativo *Google Forms* para a elaboração e aplicação de um questionário pré-estruturado sobre os usos da inteligência artificial, adaptado do trabalho de André Luiz da Silva (2024). A partir desses dados, serão selecionados os participantes da segunda etapa: a das entrevistas. A seleção dos entrevistados considerará, como critério principal, a demonstração de experiência prévia com o uso de inteligência artificial generativa em tarefas acadêmicas, no ambiente escolar ou em outros contextos não institucionais.

As entrevistas buscam aprofundar a compreensão das opiniões dos sujeitos em relação à inteligência artificial, com ênfase nas dimensões que articulam suas compreensões de ensino, tecnologia e de história. Para tanto, o estudo seguirá as orientações do artigo “A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise”, de Carla Leitão (2021). As recomendações de Leitão abrangem desde a elaboração das perguntas até a postura do entrevistador, o tratamento dos dados e o estatuto científico dessa metodologia.

No terceiro momento, o de sistematização, os dados coletados por meio do questionário serão cruzados com os das entrevistas, em articulação com o levantamento bibliográfico, de modo a identificar relações entre as experiências dos

sobrecarga, acaso não sejam regulados. Desse ponto de vista, acreditamos que a mudança do analógico para o digital, do manual para o automático e do humano para o não humano, ao menos no campo da educação, precisa estar acompanhada de preocupações claras e objetivas com a preservação do protagonismo humano.



sujeitos, os dados quantitativos da investigação e os resultados de outras pesquisas. A abordagem quantitativa, nesse contexto, busca identificar padrões e tendências nas respostas dos professores, com enfoque na análise de frequência e nas correlações entre formação acadêmica e percepções sobre os possíveis desafios e contribuições da IA Gen para o ensino de história.

Para a análise qualitativa, as entrevistas transcritas serão submetidas à análise de conteúdo, conforme propõe a metodologia proposta por Laurence Bardin (1977), estruturada em três etapas: pré-análise; exploração do material, com categorização ou codificação; e tratamento dos resultados, com inferências e interpretação. Essa abordagem permitirá identificar marcadores, categorias e temas recorrentes nas falas dos participantes, proporcionando, assim, uma compreensão mais aprofundada de suas opiniões, práticas, concepções e expectativas.

Resultados e discussão

Ilmar Rohloff de Mattos (2007) entende a aula de História como a expressão de um texto moldado por dinâmicas e interações contínuas entre professor, estudantes e o contexto social, ou seja, criação atravessada pelas leituras, experiências coletivas e individuais, debates e transformações em curso no mundo contemporâneo. Os professores, imersos nesse fluxo, criam suas estratégias de ensino com base nas diferentes realidades escolares, currículos e escolhas pessoais. Logo, a prática denominada aula vai além da mera transmissão de conhecimentos científicos e historiográficos ao possibilitar, pelo seu enraizamento na vida da sociedade, a constituição de espaços formativos¹² em que os alunos têm a oportunidade de aprender a valorizar as diferenças, construir identidades e, principalmente, escrever sua própria história (2007, p.13-15). Dessa perspectiva, a condição do professor de

¹² Na visão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a aula de História implica o “deslocar dos alunos de seus lugares, de seus espaços, para vivenciar lugares e espaços outros definidos por regras, costumes, formas de pensar, relações econômicas e sociais, concepções éticas e estéticas diversas e diferentes daquelas que conformam o presente” (2016, p.30).



História como autor da sua própria aula não nasce apenas de aspectos individuais ligados à sua boa vontade e originalidade.

Entender a relação entre o conhecimento (historiográfico, disciplinar, curricular etc.), a IA Gen e a autoria¹³ docente da aula configura um problema emergente para o campo do ensino de História. Para Carlos Marcelo, o conhecimento é um fator de legitimação da docência, transformado em aprendizagem quando professores e estudantes interagem (2009, p. 8). Contudo, caso se considere os avanços tecnológicos da atualidade, surge a questão de como a IA-gen interage com as percepções docentes, sobretudo quando se leva em conta que a capacidade de mobilizar o conhecimento científico e escolar — arduamente conquistada pelos professores — passou a ser, em certa medida, replicada¹⁴.

Maurice Tardif (2002, 2013), Lee Shulman (2005), António Nóvoa (1992, 2017, 2019) e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (2001, 2007, 2013), junto a inúmeros outros autores, nas últimas décadas, dedicaram atenção aos docentes como objeto de pesquisa, com base no estudo do relacionamento deles com os saberes escolares, as disciplinas que ensinam, o currículo, os estudantes, o cotidiano escolar, os marcos

¹³ Adriana Soares Ralejo et al., em diálogo com o trabalho de Mattos (2006), denominam “lugar de docência” às condições reais em que os professores exercem seu ofício, interagindo com a cultura escolar e a esfera social mais ampla. Na visão delas, os docentes assumem o papel de autores ao criarem enunciados sociais, política e culturalmente disponíveis, entre limitações e possibilidades de criação. Nesses termos, em uma aula, os “conhecimentos/enunciados sobre processos e fenômenos do mundo, que expressam discursivamente sentidos atribuídos por diferentes autores, estudiosos e demais sujeitos, são (re)articulados a partir de compreensões, experiências, características e expectativas de aprendizagem presentes no contexto escolar” (2023, p. 20).

¹⁴ Segundo Matteo Pasquinelli e Vladan Joler, o “projeto moderno de mecanizar a razão humana claramente se transformou, no século XXI, em um regime corporativo extrativista do conhecimento e um colonialismo epistêmico. Isso não é surpreendente, uma vez que os algoritmos de aprendizado de máquina [*machine learning*] são os mais poderosos para a compressão de informações” (2020). Para Pasquinelli e Joler, essa compressão está relacionada à capacidade das máquinas de manipular grandes volumes de dados com fins práticos, sempre dentro dos limites da matemática e dos recursos computacionais disponíveis. Posto assim, a máquina não produz conhecimento científico nem pensa como um ser humano, mas sim gera representações baseadas em estatísticas e probabilidade, restritas aos parâmetros da sua programação. Desse modo, a inteligência artificial é um recurso útil, dinâmico e inovador, porém, possui limitações evidentes na tentativa de emular o pensamento, a imaginação e a criatividade humanos, pois não interage com o mundo indo além das correlações encontradas nos dados. Ela pode, por exemplo, gerar textos sofisticados, entretanto, tende a falhar diante do imprevisto que não pode ser traduzido de acordo com as regras puramente lógicas e matemáticas dos algoritmos.



legais, entre outros aspectos. Embora a tecnologia seja um tema recorrente nas investigações atuais, a automação de atividades anteriormente exclusivas dos professores, impulsionada pela IA-gen e pela intensificação do processo de plataformação da educação básica, suscita inúmeros debates e inquietações. Nesse cenário, os professores de História seguem valorizando a preservação da autonomia diante das “decisões” das máquinas.

Os dados de Silva (2024) validam esse ponto de vista. Ele analisou a opinião de 69 graduandos de licenciatura em História, de instituições públicas e privadas, sobre os impactos da IA no ensino de História e na produção historiográfica. Quase a totalidade deles se opôs à possibilidade dos professores de História serem substituídos pela tecnologia, mas concordou com o seu uso para fins escolares (2024, p.1312). A aceitação dessa tecnologia pelos acadêmicos, de acordo com Silva, está condicionada à manutenção da centralidade da figura do professor no processo e ao “[...] enfoque humanista e ético na intersecção entre história e inteligência artificial” (2024, p.1320).

Se esses dados forem considerados para o caso de profissionais já integrados ao mercado de trabalho, faz sentido a hipótese de que a reafirmação da capacidade intelectual dos professores regula a adesão ou recusa a inteligência artificial. Nessa direção, a pesquisa, na tentativa de testar essa hipótese, busca compreender de que forma esses profissionais percebem o alinhamento desse recurso aos interesses das suas aulas, considerando-se a influência da formação acadêmica e em serviço nos processos de interação com estudantes, nos estudos e na preparação das aulas. A investigação de doutorado em questão, centrada nestes aspectos, está na fase inicial do levantamento bibliográfico de trabalhos em língua portuguesa, espanhola e inglesa e de elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

Conclusões

A hipótese destacada no presente texto nasce de reflexões acerca do problema da relação dos professores de História com a IA-gen, que pode ser compreendido sob



duas lógicas quando se pensa nos processos de autoria da aula: delegação e cooperação. A primeira ocorre quando os professores transferem tarefas à máquina de modo acrítico e mecânico sem dedicar atenção a suas diferentes implicações; a segunda, quando esses profissionais e agentes autônomos constroem interações significativas baseadas na ampliação do alcance da autonomia intelectual humana. Em ambos os casos, há sempre a necessidade de uma concepção de História e de aprendizagem histórica que fundamente o ensino, seja para assimilar os potenciais dessa tecnologia ou até mesmo restringir sua utilização pelos estudantes.

Segundo Daniel Abud Seabra Matos e José Rubens Lima Jardimino¹⁵ (2016), o conceito de percepção nas pesquisas educacionais está relacionado à maneira como as pessoas “[...] avaliam e agem com relação ao fenômeno pesquisado” (2016, p. 30). Nesses termos, o estudo das percepções ligadas ao conceito de história e de aprendizagem histórica pode esclarecer como são concebidas as possibilidades de mudança, continuidade ou ajuste de determinadas práticas disciplinares. No entanto, considerando-se que a autoria da aula é uma construção não dependente apenas dos professores, surgiu a preocupação de incluir, em busca de uma compreensão abrangente do problema proposto, a visão dos estudantes da educação básica no conjunto geral de reflexões da pesquisa, mudança ligada à revisão das ideias iniciais do projeto de doutorado.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

HOLMES, Wayne; MIAO, Fengchun. **Guidance for Generative AI in Education and Research**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693>. Acesso em: 2 out. 2024.

¹⁵ Mattos e Jardimino (2016) observam que termos como concepção, percepção, representação e crença são, frequentemente, usados em estudos educacionais com um mesmo propósito: descrever como as pessoas percebem, avaliam e reagem ao fenômeno investigado. Tal compreensão orienta o conceito de percepção empregado.



JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: GABRIEL, Carmen T.; MONTEIRO, Ana Maria F.C.; MARTINS, Marcus L. Bomfim (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro** nas aulas de História. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2016.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise. **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação**: Abordagem qualitativa de Pesquisa, v. 3, 2021. Acesso em: 1 out. 2024.

Marcelo, Carlos. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. Sísifo, Lisboa: Universidade de Lisboa, n. 8, p. 7-22, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Mas não somente assim! Leitores, autores, aula como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 15-26, 2007.



MULHERES NOS LIVROS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NARRATIVAS ESCOLARES

Palavras-chave: Ensino de história. Representações femininas. Gênero.

ANA PAULA MENOTTI (UNESPAR)
menotianapaula@gmail.com

BRENDA MARÇAL (UNESPAR)
marsalbrenda@hotmail.com

FÁBIO ALEXANDRE DA SILVA (UNESPAR)
fabio.silva@unespar.edu.br

Introdução

Durante muito tempo, os livros didáticos eram vistos puramente como instrumentos auxiliares no processo de ensino e aprendizagem, voltados para o uso docente, sem que se reconhecesse neles um potencial enquanto fontes legítimas de pesquisa. No entanto, essa percepção tem sido progressivamente revista. Pesquisas recentes, sobretudo na área do ensino de História, vêm destacando o caráter formativo – e até deformativo – dos manuais escolares no desenvolvimento da consciência histórica de professores e estudantes (Silva, 2023). A partir dessa ótica, o livro didático deixou de ser apenas uma ferramenta pedagógica para se tornar também objeto de estudo acadêmico, especialmente a partir da década de 1960, quando historiadores e historiadoras passaram a investigar suas implicações sociais, ideológicas e educacionais (Choppin, 2009).

Inicialmente, as análises sobre livros escolares careciam de rigor teórico e metodológico, apresentando conclusões frágeis e muitas vezes infundadas. Foi a partir dos anos 1970 e 1980 que o campo ganhou força, com o avanço de publicações na área da História da Educação e o desenvolvimento de tecnologias de armazenamento e intercâmbio de dados. Esses fatores permitiram não só a ampliação do volume de documentos analisados, mas também o surgimento de redes colaborativas, novas temáticas e abordagens, promovendo o amadurecimento das pesquisas sobre o livro didático enquanto documento histórico.



Dentro desse processo, consolidou-se uma nova visão sobre o manual escolar: além de seu caráter pedagógico, passou a ser compreendido como artefato produzido e consumido dentro de um sistema técnico e econômico que influencia diretamente seu conteúdo e forma (Choppin, 2002). Isso significa que o livro didático está condicionado pelas técnicas e valores de sua época, pelas diretrizes curriculares e pelas decisões editoriais, além de ser reflexo das políticas de Estado e das concepções ideológicas dominantes. Nesse sentido, torna-se também uma fonte privilegiada para o estudo da cultura histórica, pois veicula os conhecimentos e valores considerados fundamentais por uma sociedade (Bittencourt, 1993).

Dada a presença marcante do Estado no controle sobre a produção e publicação desses materiais desde o século XIX (Choppin, 2009), é imprescindível interrogar criticamente essas obras. Questões como as ideologias predominantes, os sujeitos históricos priorizados ou invisibilizados, a inclusão das minorias sociais e a representação do feminino nas narrativas escolares ganham destaque. Qual é o papel reservado às mulheres nesses textos? Como elas são retratadas? Há avanços significativos ou permanências na abordagem de gênero nos compêndios escolares?

Questões como essas integram a proposta desta pesquisa (vide nota 1), que se dedica a refletir, numa perspectiva diacrônica, sobre a representação da figura feminina a partir da análise de livros didáticos de História (LDHs) voltados ao Ensino Fundamental II¹⁶, publicados entre os anos 1990 e 2020. Obras de diferentes autores, editoras e contextos de produção, o que permite observar as mudanças e continuidades na abordagem sobre as mulheres, bem como os impactos dessa representação no processo pedagógico.

A complexidade do livro didático é, portanto, evidenciada por sua natureza multifacetada: ele carrega não só conteúdos escolares, mas também concepções de mundo, escolhas historiográficas e recortes interpretativos que moldam a forma como o passado é apreendido. Assim, compreendê-lo como documento histórico implica considerar os condicionantes que interferem na sua composição e os sentidos que ele propaga no processo de ensino e aprendizagem.

¹⁶ Estágio educacional que compreende, hoje, do 6º ao 9º ano escolar.



Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter documental, ancorada na análise de quatro compêndios escolares de História para o Ensino Fundamental II, publicados nos anos de 1997 (Cotrim), 2006 (Apolinário *et al.*), 2015 (Boulos Jr.) e 2022 (Karnal *et al.*). A metodologia fundamenta-se na perspectiva diacrônico-comparativa, sob a qual se observam as representações historiográfico-didáticas das figuras femininas. A análise também foi orientada pelos critérios de um livro didático ideal, conforme os princípios definidos por Jörn Rüsen (2010), considerando clareza estrutural, intencionalidade didática e pluralidade de sujeitos históricos. O *corpus* da pesquisa foi analisado à luz de autores que discutem o papel do livro didático como produto político-ideológico na formação das identidades históricas, como Bittencourt (1993, 2008), Choppin (2002, 2009), Munakata (1997) e Manke e Silva (2022).

Resultados e Discussão

Entre os instrumentos pedagógicos historicamente empregados em sala de aula, o livro didático ocupa papel central, especialmente no que tange à formação política dos estudantes (Rüsen, 2010). Com base nessa premissa, o presente resumo apresenta uma singela análise de quatro compêndios escolares. Como já apontado, o objetivo é evidenciar como a figura da mulher é abordada em tais obras, tanto em termos narrativos quanto iconográficos, e quais concepções historiográficas sustentam essas abordagens.

O primeiro livro analisado, *História e consciência do Brasil: da Independência aos dias atuais*, de Gilberto Cotrim (1997), apresenta uma abordagem renovada para a época, dando espaço a novos temas. Não obstante, a representação feminina é escasseada, restringindo-se a momentos pontuais, como o movimento operário e a conquista do sufrágio. O autor cita personagens como Olga Benário e Patrícia Galvão, mas a abordagem permanece tangencial, a partir de imagens pouco



representativas e narrativas periféricas, o que revela uma visão ainda tradicional e androcêntrica da história do Brasil.

Já no *Projeto Araribá: História*, coordenado por Maria Raquel Apolinário (2006), o apagamento das mulheres continua evidente. Mesmo com uma historiadora na supervisão editorial, a obra mantém um viés tradicional, reproduzindo silêncios em relação à participação feminina. A representação das mulheres, quando ocorre, é simbólica ou desconectada da narrativa principal, perpetuando estereótipos e escamoteando as experiências femininas das tramas históricas significativas. Esse silenciamento compromete não só a representatividade como também a formação crítica e identitária dos alunos, especialmente das meninas.

Por outro lado, o manual *História, Sociedade e Cidadania* (2015), de Alfredo Boulos Júnior, apresenta avanços significativos. Com uma abordagem pluridimensional e uma maior valorização de fontes históricas – como mapas, charges, blogs e jornais –, o livro inclui, com mais frequência, as mulheres como sujeitos históricos. Ainda que a representação feminina permaneça em posição secundária em alguns momentos, como nas narrativas sobre a Primeira Guerra Mundial, há uma tentativa concreta de integrá-las ao texto principal e de ampliar a diversidade de vozes. Exemplos como Santa Dica e Maria Bonita demonstram esforços no sentido de pluralizar as referências históricas e fomentar uma aprendizagem mais inclusiva e reflexiva.

O último exemplar em análise é *Viver História com Leandro Karnal* (2022), voltado para o 6º ano e alinhado às diretrizes da BNCC. Apesar de trazer uma proposta interdisciplinar e acenos à consciência histórica e às pretensas “metodologias ativas”, a publicação apresenta limitações quanto à representatividade feminina. Nos textos, há pequenas menções à autonomia de mulheres em sociedades antigas, como o Egito e a Pérsia, mas essas narrativas são frequentemente apresentadas sob o olhar masculino e as imagens reforçam a centralidade dos homens. A ausência de uma ótica feminina efetiva, somada à recorrente associação das personagens femininas à figura de homens (como no caso de Lívia Drusa), enfraquece a potencialidade crítica do ensino de história.

Portanto, as análises evidenciam que, apesar de alguns avanços ao longo do tempo, os livros didáticos ainda reproduzem narrativas excludentes, nas quais os sujeitos femininos são, por vezes, marginalizados. Essa exclusão compromete a função pedagógica



dos manuais didáticos enquanto manancial de maturação da consciência histórica. Como destaca Rüsen (2010), é por meio da narrativa histórica que os indivíduos articulam suas identidades e orientam suas perspectivas de futuro. Logo, uma história escolar que marginaliza as mulheres limita também as possibilidades de formação crítica e cidadã dos estudantes, reiterando um modelo historiográfico desigual que, embora tensionado por avanços contranarrativos, ainda resiste em ser superado.

Conclusões

Neste resumo, propusemo-nos a realizar uma análise da forma como o feminino tem sido representado em manuais didáticos de História, observando quatro compêndios com diferentes autorias e contextos produtivos. Buscamos compreender como as mulheres aparecem nas narrativas textuais e na iconografia dessas obras, considerando seu impacto na formação do pensamento histórico de professores e alunos.

Percebemos que, apesar das particularidades teóricas e ideológicas de cada obra, todas compartilham a predominância de figuras masculinas e de uma abordagem centrada na história política tradicional, de viés positivista. Com isso, as mulheres surgem de maneira periférica e/ou são completamente ausentes dos textos, o que contribui para a consolidação de estigmas sociais que ainda persistem no presente, reforçando identidades historicamente marginalizadas.

Embora sejam notados avanços recentes – especialmente na ampliação das perspectivas analíticas e na inclusão de figuras femininas com maior protagonismo –, a presença de mulheres nos livros didáticos ainda é insuficiente para promover uma educação histórica verdadeiramente crítica e emancipatória. Defendemos, portanto, a necessidade de narrativas mais plurais e inclusivas, que possibilitem aos estudantes reconhecer a diversidade de sujeitos históricos e enxergar-se como agentes transformadores da realidade.

Referências

Fontes Documentais

APOLINÁRIO, Maria Raquel (ed.). **Projeto Araribá: história**. São Paulo: Moderna, 2006.



BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania**. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil: da independência aos dias atuais**. v. 2. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

KARNAL, Leandro *et. al.* **Viver história com Leandro Karnal**. São Paulo: Moderna, 2022.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a história na prática. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 15, v. 2, p. 264-278, 2010. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2380>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. 2013. 398 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutorado em História, Porto Alegre, 2013.

MANKE, Lisiane Sias; SILVA, Fábio Alexandre da. O texto didático: da escrita à mediação da leitura. *In*: SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas; SANTOS, Magno

I Encontro Nacional de História: Ensino e públicos V Semana Acadêmica de História

21 a 23 de maio de 2025
Unespar - campus de Campo Mourão



Francisco de Jesus (org.). **Oficinas de história**: desafios do ensino em tempos de pandemia. Aracaju: Criação Editora, 2022. p. 91-105.



EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE A GRANDE GUERRA

Palavras-chave: Guerras Modernas. Experiências. História vista de baixo.

LÚCIO FELLINI TAZINATTO (UNESPAR)
lucioft29@gmail.com

O começo da jornada está no presente e não no passado

Este artigo nasceu da vontade de refletir sobre a prática docente desenvolvida ao longo dos últimos dez anos, desde a conclusão da graduação em 2013, o início da pesquisa de mestrado na Unioeste e a sua conclusão em 2016 e a atuação na educação básica no estado do Paraná.

Trata-se, portanto, de um texto bastante intimista, marcado por um olhar reflexivo sobre o próprio passado. O ato de rememorar e narrar o processo de trabalho com turmas de nono ano e do ensino médio, abordando o tema das guerras modernas – conflitos armados dos séculos XX e XXI – a partir de reflexões que buscam destacar a dimensão humana desse tema nos debates em sala de aula, foi, ao mesmo tempo, prazeroso e desafiador. Prazeroso porque, ainda no ensino médio, escolhi ser professor e historiador, e desde então cultivo uma paixão pela arte de investigar e ensinar a história. Desafiador porque passei anos afastado da academia – não por escolha, mas em razão das dificuldades enfrentadas pela educação pública nos últimos anos, como a falta de estímulo e de condições básicas para que os professores realizem formações continuadas nas universidades públicas, além da jornada exaustiva, da sobrecarga de trabalho e das inúmeras cobranças. Esse afastamento, somado ao desafio de escrever e relatar, nos moldes científicos aceitos pela comunidade acadêmica, as experiências vividas no ensino de história, me deixou, por assim dizer, um pouco “enferrujado”. Como todo trabalho realizado por um historiador, a questão que norteia este olhar sobre as atividades que venho desenvolvendo com os estudantes acerca das guerras modernas — em especial a Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) — nasceu no presente, e não no passado. Essa questão emergiu a partir das pistas trazidas pelos próprios



alunos (GINZBURG, 1989), oriundas dos saberes históricos que construíram por meio da imprensa, que frequentemente transforma as tragédias humanas provocadas pelas guerras em espetáculos apocalípticos, e da ficção – como filmes, séries, animes e jogos de videogame – que retratam guerras históricas ou fictícias sob uma ótica fortemente militarista.

Ao refletir sobre as consciências históricas dos alunos (CERRI, 2011), busquei desenvolver oficinas de análise de fontes com eles – utilizando fotografias de trincheiras e trechos de diários e cartas produzidos por soldados e enfermeiras que vivenciaram a Grande Guerra – como forma de confrontar os saberes prévios dos estudantes com as experiências concretas dos sujeitos históricos que enfrentaram a dura realidade de uma guerra moderna.

Sobre o trabalho do detetive

O que você faria se encontrasse um soldado inimigo ferido e desarmado na trincheira? Essa pergunta surgiu após dois anos trabalhando com trechos de uma carta escrita por um soldado britânico durante a Grande Guerra, que apresentarei mais adiante neste texto. Percebi que alguns estudantes demonstravam dificuldade em compreender os motivos que levariam um militar a prestar auxílio a um inimigo ferido.

Entendo que o professor de História é também um pesquisador junto de suas turmas, empenhado em conhecer, compreender e criar intervenções didáticas – como propõe Paulo Freire com a ideia de pesquisa-ação (FREIRE, 1986). Nesse sentido, o trabalho do professor-pesquisador pode ser comparado ao de um detetive, que investiga *pistas* e busca compreender a realidade que elas revelam. O *método indiciário de pesquisa* se baseia em dados, indícios, sinais e fontes, muitas vezes negligenciáveis, para reconstruir uma realidade complexa, não diretamente experimentável (GINZBURG, 1989, p. 152-153). Esse método promove uma comunicação entre a *razão* e a *sensibilidade* do pesquisador, unindo *erudição, criatividade, imaginação e rigor*, e possibilitando análises que partem dos detalhes para alcançar a totalidade da realidade social (RODRIGUES, 2005, p. 220).

A diferença geracional entre o professor e seus alunos exige uma investigação sensível, capaz de captar as consciências históricas dos estudantes e de incorporar suas experiências em sala de aula, sem excluí-las ou julgá-las (THOMPSON, 2002, p. 13). As



pistas que revelam essas consciências podem surgir de forma imprevisível ao longo do ano letivo, a partir de piadas, comentários, perguntas ou memes trazidos pelos estudantes. É fundamental que o olhar (ou o *faro*) do professor-investigador seja apurado o suficiente para perceber essas pequenas pistas. Questionários podem ajudar na investigação sobre o que os alunos sabem sobre as guerras modernas, mas muitas vezes não são suficientes. Quando menos se espera, os sinais surgem, e se o "detetive" estiver distraído, pode deixar escapar uma fonte valiosa de reflexão e descobertas.

A investigação

O tema central que guiou as aulas foi a compreensão das experiências vividas pelos soldados nas trincheiras. Para isso, em um primeiro momento, propus uma pesquisa realizada pelos alunos, organizados em duplas, com o objetivo de apreender as origens de suas consciências históricas e provocá-los com a pergunta já mencionada: *O que você faria se encontrasse um soldado inimigo ferido e desarmado na trincheira?* A partir da análise das respostas, pude identificar referências frequentes a jogos, filmes e elementos de cunho nacionalista, que tratam a guerra como um episódio de heroísmo e bravura, em que o soldado deve matar seu inimigo por dever patriótico. Em 2024, em uma turma de 9º ano com dezesseis alunos, sete afirmaram que matariam o inimigo – *Terminaria de matar, porque de qualquer forma continua sendo meu inimigo*, justificou um deles. Um aluno respondeu que o ignoraria e o deixaria morrer, e dois disseram que o capturariam e o levariam como prisioneiro de guerra. Com base nessas pistas, busquei construir oficinas de análise de fontes, de modo a cotejar as consciências históricas dos alunos com os saberes produzidos pela historiografia, colocando-os no papel de historiadores:

Não compete ao trabalho da história na escola formar a consciência histórica dos alunos – eles já chegam com suas consciências formadas em seus traços fundamentais –, mas possibilitar o debate, a negociação e a abertura para a ampliação e complexificação das formas de atribuir sentido ao tempo que os alunos trazem com eles (CERRI, 2011, p. 116).

Em uma segunda etapa trabalhamos com o livro didático *História: Sociedade & Cidadania*, a partir de um roteiro de análise que orientava os estudantes na elaboração de um mapa mental sobre o tema. A análise do material didático revelou que a abordagem da Grande Guerra é bastante tradicional, centrando-se nas disputas imperialistas como o



principal foco das tensões do período. Ao longo do capítulo 4, a guerra é apresentada sob uma perspectiva positivista, centrada nas ações das lideranças políticas e militares (BOULOS JR, p. 91-93, 2022) e tratando os países como sujeitos históricos – *A entrada dos EUA e a saída da Rússia* (BOULOS JR, p. 96, 2022) – o que acaba por homogeneizar as sociedades e classes sociais presentes nessas nações. Além disso, há apenas duas fotografias de soldados, ambas localizadas na seção de atividades, ao final do capítulo, invisibilizando os próprios soldados (BOULOS JR, p. 103-104, 2022).

Nas etapas seguintes, organizei uma oficina com fotografias de soldados nas trincheiras, incluindo duas imagens das Tréguas de Natal de 1914-1915, além de uma atividade em duplas para que os estudantes analisassem trechos de uma carta escrita por um soldado britânico em 1916, durante sua experiência nas trincheiras na França.



Soldados alemães montando uma árvore de Natal na trincheira em 1914. “The Illustrated London News”, 9 de janeiro de 1915.

Diante da ausência, e talvez ocultamento, das experiências daqueles que lutaram e sofreram na guerra, construí um caminho teórico-metodológico pautado na perspectiva de uma *história vista de baixo*, para que a guerra pudesse ser recontada para os alunos – que já possuem visões e opiniões sobre o tema – pela perspectiva de sujeitos excluídos da história oficial, tanto aquela presente na ficção com a qual eles têm contato quanto na narrativa do livro didático. Afinal, ainda hoje, a maior parte da história no passado é escrita para a glorificação das classes dominantes (HOBSBAWM, 1998, p. 216). O caminho para realizar esse trabalho foi de trazer fontes históricas sensíveis, que permitissem aos alunos conhecer



as experiências dos soldados, seja pelo olhar de um fotógrafo, seja pela escrita de próprio punho de um militar durante a guerra.

Ao ouvir alguns gemidos quando eu ia para as trincheiras, olhei para um abrigo ou buraco cavado ao lado e achei nele um jovem alemão. Ele não podia se mover porque suas pernas estavam quebradas. Implorou-me que lhe desse água, eu corri atrás de alguma coisa e encontrei um pouco de café que logo lhe dei para beber. Ele dizia todo o tempo *'Danke, Kamerad, danke, danke'* (Obrigado, Camarada, obrigado, obrigado). Por mais que odeie os alemães, quando você os está combatendo, a primeira reação que ocorre ao vê-los caídos por terra e feridos é sentir pena. (...) Nossos homens são muito bons para com os alemães feridos. Na verdade, gentileza e compaixão com os feridos, foram talvez as únicas coisas decentes que vi na guerra. Não é raro ver um soldado inglês e outro alemão lado a lado num mesmo buraco, cuidando um do outro, fumando calmamente. Carta do tenente inglês Arthur Conway Young, em setembro de 1916 na França (MARQUES et. al., 1990, p. 120).

A carta acima suscitou a pergunta que serviu como ponto de partida para os trabalhos dos últimos três anos, visto que o tenente Arthur prestou auxílio ao jovem soldado alemão ferido. Essa carta proporcionou um momento de reflexão profunda com os alunos, pois a experiência do soldado desafiou as visões prévias que eles tinham sobre a guerra. O relato, descrito como comum entre soldados inimigos naquele contexto, somado às fotos das tréguas de Natal nas trincheiras, levou os estudantes a repensar suas compreensões sobre o conflito militar.

É importante destacar algumas reflexões sobre a carta enquanto fonte histórica. A escrita da carta no contexto da guerra constituía um exercício de reflexão e intimidade do soldado, muitas vezes uma confissão, na qual ele recontava sua própria história, reorganizava memórias e compartilhava experiências. Nela, o soldado se dirigia a seus pais, esposa, noiva, irmãos, filhos ou avós, num momento que poderia ser o último contato com seus entes queridos.

Nesse sentido, as cartas escritas por soldados na Grande Guerra constituem um tipo de fonte extremamente sensível e rica, tanto para a pesquisa como para o ensino de história. Por meio de roteiros de análise e do trabalho do professor, os estudantes puderam experimentar os dilemas e as expectativas dos soldados, evidenciando como a história vista



de baixo se apresenta como um caminho promissor para a construção da aprendizagem histórica.

Caso encerrado?

Este ano, estou trabalhando com cinco turmas de nonos anos em um colégio cívico-militar na cidade de Cascavel. Desde fevereiro, venho desenvolvendo aulas e oficinas para pensar o trabalho dos historiadores e a análise de fontes junto aos estudantes.

Ingressei este ano no mestrado ProfHistória da Unespar – *campus* de Campo Mourão – sob a orientação do professor Dr. Márcio José Pereira. Vejo meu retorno à universidade como um caminho empolgante, especialmente por ingressar em um programa voltado para o ensino de História, onde poderei aprender com meus colegas e professores, além de compartilhar as experiências e saberes construídos em sala de aula ao longo dos últimos dez anos.

Por fim, ressalto que o trabalho do professor-historiador nunca está finalizado. As experiências com estudo, planejamento e ensino da História modificam constantemente essa prática, diante das demandas da educação pública, das dificuldades que os alunos enfrentam para perceber o sentido das aulas e das possíveis banalizações da violência nas guerras, refletidas tanto na imprensa hegemônica didático quanto nos materiais produzidos pela ficção.

Referências

BOULOS JR., Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania**. 9º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2022.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In BRANDÃO, C. R.(org) **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: **Sobre história**. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das letras, 1998, pp. 216-231.



MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; DE MOURA FARIA, Ricardo.
História Contemporânea através de textos. Editora Contexto, 1990.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma
indiciário. Artigo publicado na **Dimensões** - Revista de História da UFES. Vitória:
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n°
17, 2005.

THOMPSON, Edward P. **Os Românticos:** A Inglaterra na era vitoriana. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2002.



HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS PÚBLICOS LGBTQIA+

Palavras-chave: História pública. História LGBTQIA+. Memória.

THIAGO RODRIGUES DA SILVA (UNESPAR)
thiagorsilva235@gmail.com

Introdução

O presente texto é resultado de alguns questionamentos que surgiram a partir do desenvolvimento da minha pesquisa no Programa de Pós-graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) de Campo Mourão sobre memória LGBTQIA+. Ao abordar a produção e divulgação de conhecimento histórico feiro dentro e fora dos espaços acadêmicos sobre essa parcela da população, observa-se que o público sempre está presente, seja como colaborador dos trabalhos, sujeito da pesquisa, público- alvo da divulgação científica ou produtor das narrativas. Logo, me proponho a apresentar algumas possibilidades de aproximação da temática LGBTQIA+ com as discussões da história pública, trazendo alguns exemplos de ações que dialoguem com as premissas apresentadas por Ricardo Santhiago (2016), na qual o autor apresenta que esse campo da História deve levar em consideração, como as preocupações *com, para e pelo* público, além de outros autores da história pública que produzem junto de pessoas LGBTQIA+, como Marta Rovai (2023) e Benito Bisso Schmidt (2024).

Metodologia

Para iniciar as discussões, acredito ser necessária uma tentativa de conceitualização da História Pública, ou ao menos apresentar o ponto inicial que me norteia neste debate. De acordo com Santhiago (2016), a História Pública é:

[...] uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamentos: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de –autoridade compartilhada|| é central); a



história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) (SANTHIAGO, 2016, p.28).

Logo, apesar dessa não ser uma definição exata do que é História Pública (o que reflete o extenso debate do campo), trago aqui um foco importante para os tópicos de ampliação de audiências, história colaborativa e as formas não acadêmicas de se fazer história e memória, pensando na produção de conhecimento histórico das populações LGBTQIA+.

A maior parte das pesquisas e produções sobre a comunidade LGBTQIA+ tem como foco dois principais eixos: a História de Movimentos Sociais e as Memórias de sujeitos. Por História de Movimentos Sociais, entendo aqueles trabalhos que se voltam a narrar as trajetórias de grupos organizados que historicamente reivindicaram direitos às pessoas de sexualidade dissidente, como é o caso do Grupo SOMOS, a primeira organização coletiva no Brasil que se propunha a lutar pela liberdade sexual, que acaba sendo grande foco de diversas pesquisas acadêmicas e discussões sobre a história LGBTQIA+. Muitas vezes, as narrativas desses grupos organizados são construídas por outros movimentos sociais, com o objetivo de trazer à tona a reivindicação por um passado de combate, seus erros e acertos.

A aproximação de historiadores públicos com os movimentos sociais não é novidade, e se torna um espaço de grande potencialidade, como afirma Almeida (2016):

O trabalho de história oral como uma prática de história pública sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Nesse sentido, as entrevistas orais contribuem para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dos movimentos sociais. As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública – integrando os membros do movimento e pesquisadores acadêmicos em colaboração (ALMEIDA, 2016, p. 52).

Logo, a presença dos profissionais da História nesses espaços se torna de grande importância.



Já as Memórias de Sujeitos são as narrativas construídas em torno das histórias de vidas de pessoas LGBTQIA+, sejam eles lideranças dos movimentos sociais, ou indivíduos que não possuem funções públicas no campo da militância, mas, ainda assim, possuem trajetórias que podem ser úteis às discussões. Esse segundo grupo, mesmo sendo o maior, por muito tempo foi excluído das narrativas oficiais e das pesquisas acadêmicas, tanto por preconceito, projeto político, ou dificuldade em acesso às fontes, como afirma Engel (1997):

A ausência ou escassez de documentos diretamente produzidos pelos camponeses, pelos artesãos, pelos operários, pelas mulheres, pelos homossexuais, enfim, pelos setores dominados ou marginalizados nas diferentes sociedades, coloca-se como um primeiro obstáculo ao historiador (ENGEL, 1997, p. 443).

Porém, na atual conjuntura, já não é mais admissível a afirmação de que a falta de fontes é a justificativa para não realizar pesquisas com pessoas LGBTQIA+, pois, há uma variada quantidade de acervos, centro de documentações, arquivos, e museus que mantêm fontes primárias e secundárias sobre essa comunidade.

Outra maneira de se trabalhar com história e memória LGBTQIA+ é produzindo as próprias fontes através do uso da metodologia da História Oral, que se tornou um grande eixo de aproximação dos historiadores públicos com os sujeitos fora do espaço acadêmico, como afirma Rovai (2023):

E a história oral em sua dimensão pública pode contribuir, dentro e fora da Academia, para a mediação de falas e para reafirmar existências, uma vez posicionada e preocupada em produzir comunidades de escutadores/as, configurando-se como prática reflexiva que conjuga ciência e engajamento público (ROVAI, 2023, p. 52).

Ao trabalhar diretamente com o público, a História Oral abre possibilidade para um diálogo entre pesquisador e sujeito da pesquisa, trazendo assim, um trabalho colaborativo, que pode e deve atender às demandas de grupos sociais minorizados, como a comunidade LGBTQIA+.



Em seus mais recentes trabalhos, Marta Rovai (2022) (2023) abordou as mulheridades trans e travestis no sul de Minas Gerais, fazendo o que a autora intitula de — história pública-denúncia (Rovai, 2023, p.44), ou seja, pesquisas preocupadas com a realidade de pessoas trans, que busca trazer para o debate acadêmico os apagamentos e silenciamentos dessas populações, que são diariamente alvos de violências físicas, psicológicas e sociais.

Resultados e Discussão

Acredito que esses trabalhos que utilizam da História Oral e da História Pública podem contribuir em alguns sentidos. Primeiro, para a —implosão de estruturas fechadas e concepções restritas dentro da universidade|| (Rovai, 2023, p. 58). Ou seja, trazer para o espaço da Academia, perspectivas e possibilidades de produção de conhecimento que vão além dos métodos tradicionais da ciência. Além disso, as discussões políticas sobre o movimento e a comunidade LGBTQIA+ podem provocar debates sobre nossos direitos, possibilitando avanço nas discussões teóricas e, principalmente, nas políticas públicas.

Um campo que se utiliza bastante da História Oral, mas que, além disso, trabalha com História e memória LGBTQIA+ é a chamada Museologia Comunitária LGBTQIA+, área da Museologia Social que, de acordo com Boita e Baptista (2023) é:

Dotada de uma linguagem própria, nascida diretamente das pautas do movimento social, a Museologia que se desenha tem o combate à homofobia como tema central, bem como é organizada, mantida e multiplicada majoritariamente pelas próprios pessoas com identidades de gênero ou sexualidades dissidentes — uma Museologia que abre espaços em cenários onde, corriqueiramente, não é considerada bem-vinda. Nesse sentido, cabem algumas considerações sobre as etapas que tal movimentação tem tomado, bem como dimensionar sua historicidade, ainda que sabendo que toda tentativa de síntese exclui etapas processuais que desconhecemos ou que não dispomos de espaço para aprofundar (Boita, Baptista, 2023, p.20).

Mais do que um campo teórico, a Museologia LGBTQIA+ se preocupa com a prática, promovendo através de trabalho colaborativo a construção de espaços de memória que apresentem as mais diversas narrativas de sujeitos LGBTQIA+.



principalmente daqueles que também são atravessados por outras formas de opressão.

Outro exemplo de projeto resultado das demandas de movimentos sociais é a presença de um grupo de trabalho sobre homossexualidades na Comissão Nacional da Verdade 2013 e um retorno no ano 2023, com objetivo de discutir os variados modos de opressão e violências cometidas pelo regime ditatorial brasileiro contra pessoas LGBTQIA+, durante os anos de 1964 a 1985. Esses GTs contaram com a presença de diversos intelectuais e pesquisadores que estão vinculados ao movimento social, e levam ao Estado brasileiro, a busca por reparação histórica.

Por fim, gostaria de apresentar brevemente, outro caminho de possibilidade de trabalho com memória e história LGBTQIA+, que são os centros de documentação. Trago aqui como exemplo o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, do Grupo Dignidade, em Curitiba. Uma das pesquisadoras do CEDOC, Bueno (2024), afirma que:

O Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott é portanto, a partir de tudo o que vimos até aqui, um espaço importante de salvaguarda da memória de sexualidades dissidentes, de pessoas LGBTI+ na cidade de Curitiba alcançando localidades vizinhas e partilhando de um acervo valioso para pesquisadores da área, professores, alunos, além de outros espaços de memória que visam compreender um pouco mais acerca do assunto. Além disso, enquanto um local que valoriza a dignidade dessas pessoas e traz à tona temas envolvendo os direitos humanos (BUENO, p. 40, 2024).

Assim, temos em diversos centros, uma grande quantidade de fontes históricas que possibilitam a realização das mais variadas pesquisas dentro da historiografia LGBTQIA+.

Conclusões

Entendo que as produções da História LGBTQIA+, sejam acadêmicas ou não, têm um grande vínculo com os públicos, principalmente através das demandas dos movimentos sociais, que estão sempre buscando espaço para que as memórias desses sujeitos, muitas vezes ignorados, ocupem lugares dignos dentro dos debates. Mais do que uma reivindicação vazia, é a necessidade por políticas públicas e reparação



histórica que motiva os diversos pesquisadores e ativistas que se propõe a trabalhar com narrativas de pessoas LGBTQIA+.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

BOITA, Tony. BAPTISTA, Jean (org). **Museologia comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais** [livro eletrônico]. Museu da Diversidade Sexual. São Paulo, 2023.

BUENO, Vanessa Cristina da Rosa. **Práticas sociomuseológicas e gênero: estudo de caso do acervo do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott - CEDOC LGBTI+**. Orientador: André Fabrício Silva. 2024. Bacharelado em Museologia da Universidade Estadual do Paraná, Campus Curitiba I - Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba (UNESPAR/EMBAP).

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. Domínios da História: **Ensaio de Teoria e Metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). Campus. 5ª Edição. 1997. p. 430-450.

SCHMIDT, Benito Bisso. **História Pública e queer** / [editor] Benito Bisso Schmidt. – 1. Ed. – São Paulo: Letra e Voz, 2024.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul-mineiro**. Teresina. Cancioneiro, 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans. **História Oral**. v. 26, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil. Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.



O ENSINO DE HISTÓRIA EM BORDADOS: O CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO IDOSO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM *SCHOLÉ*

Palavras-chave: Envelhecimento humano. Tempo. Encontro de gerações.

GREICIANE FARIAS DA SILVA (UNESPAR)
farias.greiciane@gmail.com

FEDERICO JOSÉ ALVEZ CAVANNA (UNESPAR)
federico.alvez@unespar.edu.br

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa Profissional de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná. O estudo propõe refletir sobre o Ensino de História para além da disciplina escolar, com base nas memórias e concepções temporais de mulheres participantes do projeto de extensão “Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Idoso (CADI)”, entre 2025 e 2028.

Em um diálogo entre Ensino de História e História Pública, buscamos estabelecer relações entre o espaço universitário e o espaço escolar, entre a educação formal e a não formal, sendo pensadas como *scholé*, ou seja, tempo livre, um tempo liberado das obrigações produtivas da sociedade. Por isso, pensando que este estudo contará com o protagonismo de cerca de 30 mulheres idosas, se faz necessário um aporte ao contexto histórico e social deste público.

Os direitos da pessoa idosa, foram oficializados com a Constituição Federal de 1988, que atribuiu sua proteção à família, à sociedade e ao Estado (Brasil, 1988). O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741/2003, consolidou direitos nas áreas de saúde, educação, trabalho, cidadania e assistência social (Brasil, 2003). No campo acadêmico, estudos sobre suas formas de aprendizagem ainda são recentes, já que esse grupo foi historicamente marginalizado pela historiografia dita “oficial”. Além



disso, políticas públicas que evidenciam o seu protagonismo, com a garantia de amplo acesso à educação, seguem a passos lentos. Nesta perspectiva, projetos como o CADI surgem como um fio de esperança dentre espaços que, muitas vezes, negligenciam e excluem os idosos, como a universidade, bem como oportunizam o encontro de gerações com a infância e a juventude, pois o caminhar para o envelhecimento é de todos.

Portanto, este texto segue a seguinte estrutura: inicia com a metodologia, que detalha as duas etapas da pesquisa, sendo que a primeira consiste em oficinas com as estudantes do CADI para refletir sobre os conceitos de tempo, memória e envelhecimento. Na segunda, propõe-se um encontro intergeracional, levando as mulheres ao ambiente escolar para expor seus trabalhos e realizar uma prática de ensino do bordado.

Em seguida, apresentamos a discussão, com aportes teóricos sobre educação formal e não formal, a partir de Maria da Glória Gohn (2016); velhice, por Simone de Beauvoir (1990); *scholé*, por Cavanna e Picolli (2022); e experiência, segundo Jorge Larrosa (2002). Por fim, abordamos o Ensino de História e a História Pública, com foco nas práticas colaborativas propostas por Marta Rovai (2022). Dito isso, reforçamos que este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa que se encontra em fase de construção, delimitação e problematização, não sendo ainda um estudo completo ou finalizado.

Metodologia

Tendo em vista que este estudo busca pensar o Ensino de História, em uma prática de rememoração a partir de oficinas artesanais, se faz necessário apresentar, brevemente, alguns aspectos metodológicos que norteiam a prática. Aqui propomos a realização da pesquisa em duas etapas principais, a primeira dentre a educação não formal e a segunda, dentre a educação formal.

A primeira etapa compreende atividades a serem realizados dentre o CADI, no qual o grupo beneficiário é composto por aproximadamente trinta mulheres, com



idades entre 50 e 92 anos, que se reúnem às terças e quintas-feiras em uma sala do campus da Unespar. A partir de ateliês de artesanato, sessões fílmicas, rodas de conversa e contação de histórias, elas serão convidadas a pensarem sobre o processo de envelhecimento humano e a realizarem práticas de rememoração. Além disso, haverá um destaque para a prática do bordado e das narrativas.

Para essas oficinas propomos a elaboração de um *scrapbook*, ou seja, um álbum de fotos artesanal, composto por materiais de “arquivamento do eu”. De acordo com Philippe Artières (1998), o conceito de arquivamento do eu, está relacionado com como as práticas cotidianas de preservação de documentos pessoais, como diários, fotos, cartas e registros diversos, tornam-se formas de construção de identidade e resistência social. Segundo o autor, arquivar a própria vida é um exercício contínuo de subjetivação, no qual o indivíduo seleciona, organiza e dá sentido aos fragmentos de sua existência. Esse processo de arquivamento não é neutro, tampouco espontâneo: ele reflete escolhas, omissões e desejos, sendo muitas vezes a única forma de uma pessoa apresentar-se ao mundo como ela realmente se vê e deseja ser vista.

Artières (1998) reforça ainda que essa necessidade é universal e constante, pois, ao longo da vida, somos levados a reunir documentos que validam nossa identidade perante instituições sociais e legais. Além disso, as práticas artesanais, aqui abordadas, possuem forte característica de serem transmitidas de forma oral, que é um meio legítimo de preservação da memória e da cultura popular. Desta forma, ingressamos nessa etapa com o pressuposto de pensar a passagem do tempo de vida das pessoas envolvidas e, também, os saberes ancestrais que lhes foram ensinados e que devem seguir sendo difundidos.

Já na segunda etapa, a proposta é sair da educação não formal, que ocorre no CADI, e ir até um espaço de educação formal, ou seja, para escolas da educação básica. Dessa vez, as idosas deixarão a posição de aprendizes para se tornarem educadoras, compartilhando seus saberes com os estudantes, por meio de oficinas de bordado e exposição de suas produções artesanais. Esse momento proporcionará um espaço de



encontro intergeracional, em que as experiências de vida delas dialogarão com as vivências escolares das crianças, promovendo a valorização da memória e da cultura oral, pois como apresenta Jorge Larrosa (2007) as diferentes gerações vivem no tempo presente, sendo que essa convivência e certas formas de ajuda mútuas são indispensáveis para a criação dos mais jovens e a sobrevivência dos mais velhos. Nesse sentido, para cada geração, a ajuda seria vital, bem como é a convivência intergeracional a responsável pela manutenção do vínculo social e cultural que assegura a transmissão da memória, da cultura e do mundo.

Discussão

O “Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Idoso”, foi criado em 2017, na Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Seu objetivo principal seria contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus participantes nos aspectos social, cultural, educacional, emocional e físico. Atualmente, o CADI busca ser um espaço de promoção de ações multidisciplinares voltadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, contudo tem recebido matrículas do público feminino a partir dos 50 anos.

Nesse contexto, por localizar-se fora da educação básica, este projeto se configura como um espaço de educação não formal, contudo não deixa de ter em seu âmago o pressuposto do estudar. Tomando por base os estudos de Maria da Glória Gohn (2016), é comum que a educação formal e a não formal sejam vistas como contrárias, ou que a educação informal seja vista como sinônimo de não-formal, contudo, é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre esses conceitos.

Enquanto a educação formal, diz respeito a todo o sistema educacional escolar, que possui estruturas hierárquicas e uma divisão cronológica e gradual do conhecimento, a não formal seria ligada diretamente a educação cidadã, vinculada a democratização do conhecimento. Diante dessa linha de pensamento, a educação não formal nem sempre pode ser escolarizada, pois trata-se de processos de aprendizagem que se realizam dentre a experiência em ações coletivas, organizadas



segundo eixos temáticos, como questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, entre outros.

Por isso o Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Idoso que, apesar de se localizar fisicamente e ser institucionalizado a partir de uma universidade, se realiza extramuros escolares, bem como se sustenta a partir da contribuição e solidariedade de outros, visto que os subsídios universitários para a manutenção do projeto são praticamente inexistentes.

Desde o ano 2015, em sua criação, o projeto reforça seu compromisso com a inclusão social e o protagonismo da pessoa idosa. As atividades realizadas beneficiam não apenas as participantes, que passam a ocupar um espaço ativo na Universidade, mas também as pessoas que entram em contato com o CADI que, além de aprenderem, desenvolvem uma nova relação e compreensão sobre a vida e o envelhecimento humano.

Sabemos que falar ou pensar a velhice, muitas vezes, está associado a ideias preconceituosas e estigmatizadas, que enxergam a pessoa idosa como um “outro”. No entanto, como nos ensinou a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1990), no livro “A Velhice”, envelhecer é um processo que diz respeito a todos nós. Com o desenvolvimento deste projeto, buscamos refletir sobre essa perspectiva: o bebê, a criança, o jovem, o adulto, todos iremos envelhecer. Assim, a velhice não é uma fase separada, mas uma etapa natural e universal do ciclo de vida, que deve ser compreendida com respeito, valorização e inclusão.

Já no que diz respeito ao espaço de educação não formal, aqui pesquisado, é possível observar que o CADI possui uma característica de refúgio, tendo em vista que as estudantes participam para saírem do ócio e do mundo produtivo. Sendo comum o ingresso após a aposentadoria ou falecimento de um ente querido, que as fez questionarem a validade de suas ações diárias, o projeto ocorre em *scholé*, ou seja, em uma origem grega da palavra escola, remete-se a um tempo livre de obrigações produtivas, um espaço destinado ao pensamento, à contemplação e ao aprendizado.



De acordo com os autores Cavanna e Picolli (2022), o Ensino de História como prática potencializa-se na ideia de *scholé*, distanciando o espaço educacional da necessidade de uma domesticação e de um “resultadismo”. Aqui entendemos o CADI como um local de troca de experiências no sentido do termo, defendido por Larrosa (2002), como “algo que nos toca”, logo a experiência é um encontro, uma relação.

Este espaço de educação não formal encontra-se suspenso diante do mundo e do lar, havendo uma oportunidade para a formação e transformação das pessoas que ali estão, a partir do contato social, da experiência, do encontro com o outro. O CADI é um local de compartilhamento, o que permite que ocorra a prática colaborativa proposta dentre a História Pública (Rovai, 2022).

Por isso diante deste estudo, temos a perspectiva de entrar em contato com diferentes públicos geradores da História, de idosos a crianças, em um momento suspenso para se estudar, bordar e difundir o conhecimento histórico, sendo produção de uma História feita com o público e para o público, visto que as senhoras idosas atuarão diretamente nas produções e suas práticas artesanais serão levadas até o ambiente escolar, promovendo a circularidade do saber histórico.

Algumas Considerações

As presentes considerações não podem ser finais, pois este estudo está ingressando, a passos lentos, em uma longa caminhada. Preocupamo-nos mais com o objetivo de apresentar o que a pesquisa pretende, do que apontar resultados e entendemos que é difícil mensurar os limiares que podem ser tomados. Pois este estudo é vivo, sobre pessoas vivas, memórias que são marcadas pela experiência não só passada/atravesada, mas também diária.

Neste ponto, atingimos um objetivo primeiro que era o de evidenciar uma temática, ou seja, abordar as discussões que envolvem o envelhecimento humano, a visibilidade do público idoso, a defesa da educação seja formal ou não formal e o respeito pelas práticas artesanais e ancestrais aprendidas por meio da educação informal. Além de questionarmos qual é o espaço do Ensino da História, como ele se



realiza ou pode ser realizado e quais são as suas possibilidades para além dos muros escolares.

Referências:

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivos pessoais**: guardar papéis, escrever diários e outras práticas de si. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Froneteira, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

CAVANNA, Federico José Alvez; PICOLI, Bruno Antonio. O Ensino de História e a pesquisa em História Pública feitos de *scholé*. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (org.). **Ensino de História e História Pública**: Diálogos Nacionais e Internacionais. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022. p.94-106.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

ROVAI, Marta. Prefácio. In: Monteiro, Lívia Nascimento; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. (org.). **História pública como prática colaborativa**: experiências do Laboratório de História Pública e de formação docente durante a pandemia. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 07-12.



Resumos Simples



A REINVENÇÃO DE UM HÉRCULES: DE ARMA DE ESTADO A BRINQUEDO DE RESORT

ALEXSANDRO ARAÚJO OLIVEIRA (UNESPAR)
alex.ao.hal@gmail.com

O trabalho analisa a trajetória do avião Hércules (FAB 2456), utilizado na libertação de presos políticos após o sequestro do embaixador dos EUA em 1969, evento retratado no documentário *Hércules 56*. Embora o documentário destaque a aeronave, nada diz sobre seu destino. O estudo investiga o que ocorreu com o avião após esse episódio. A pesquisa centrou-se em reportagens que revelam a desativação e sua instalação em um resort. A discussão teórica apoia-se nos conceitos de vetor de memória e realismo capitalista. Ao ser relacionado com a ditadura, o Hércules 56 pode ser visto como um vetor de memória daquele período, mas sua transformação em atração turística revela uma metamorfose típica do realismo capitalista - antes símbolo da repressão e da resistência, agora um objeto de entretenimento.

Palavras-chave: Avião. Documentário. Vetor de memória. Realismo capitalista.



ENSINO DE HISTÓRIA E O ENSINO MÉDIO NOTURNO: REFLEXÕES E OBSERVAÇÕES DE UMA DOCENTE DA REDE PÚBLICA PARANAENSE

ANA EDUARDA SOLIGO (UNESPAR)
dudasoligo09@gmail.com

VANDERLEI AMBONI (UNESPAR)
vanderlei.amboni@ies.unespar.edu.br

O presente trabalho de pesquisa busca investigar e problematizar o ensino de História da ditadura civil-militar na segunda série do Ensino Médio Noturno (ENM) em Cascavel, Paraná, e em concomitância, as possibilidades do uso de músicas para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes em questão. Para tanto, nos apoiamos nos escritos de bell hooks e Paulo Freire, que versam a educação como prática da liberdade, e Miguel Arroyo e Maria Helena de Souza Patto que buscam compreender o que é o fracasso escolar. Os objetivos são: analisar e problematizar os materiais de aula disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação; compreender as especificidades e problemáticas do turno noturno; e ainda propor o uso de música como ferramenta em sala de aula. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica em relação a compreensão do ENM, além da análise dos materiais produzidos em sala pelos estudantes, pois busca-se aferir em que medida é produtora a utilização de músicas para o ensino de História com estudantes do noturno. Haja vista a pesquisa ainda estar em desenvolvimento, são poucas as conclusões/resultados possíveis de se apontar, no entanto, espera-se poder contribuir com um debate extremamente caro à educação que é o ensino de História no ENM.

Palavras-chave: Educação para liberdade. Fracasso escolar. Ensino noturno.



**EDUCAÇÃO INFANTIL E CULTURA AFRO – BRASILEIRA: UM
ESTUDO SOBRE IDENTIDADE, DOCÊNCIA E A EFETIVAÇÃO DA LEI
10.639/03**

ANA OFÉLIA FERREIRA DE SOUZA (UNESPAR)
anaofeliaferreira30@yahoo.com

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, promovendo o reconhecimento da identidade negra e oferecendo caminhos para o enfrentamento do racismo. Na educação infantil, esse processo se torna ainda mais delicado e importante, pois é nesse período que se constroem muitas das referências identitárias das crianças. Autores como Gomes (2005), Hooks (2013) e Munanga (2014) destacam a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a representatividade, o respeito às diferenças. O presente projeto, que se encontra na fase inicial, tem como objetivo investigar de que forma a cultura afro-brasileira vem sendo inserida nas práticas pedagógicas da educação infantil, considerando os avanços e os desafios na efetivação da lei. A pesquisa é qualitativa, com análise documental de planos de aula e aplicação de questionário a professoras da rede pública, conforme proposta por Laurence Bardin (2011), e dos princípios éticos em educação.

Palavras-chave: lei 10.639/03. Antirracismo. Educação infantil.



MESAS DE RPG COM ESTUDANTES DO ENSINO BÁSICO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

ANDERSON LUIZ DIAS DOMINGOS (UNESPAR)
andersonluizdias43@gmail.com

JOÃO PAULO MARTINS NOGUEIRA (UNESPAR)
Martinsnogueira.jp@gmail.com

O projeto foi idealizado com foco nos temas sensíveis que muitas vezes não são abordados em sala de aula, como: escravidão, violência contra indígenas, opressão de gênero e pandemia. Por isso, este trabalho busca explorar metodologias alternativas para o ensino, tornando as aulas mais dinâmicas e menos repetitivas. Optou-se pelo uso do jogo de tabuleiro do tipo *Role Playing Game* (RPG), dada sua capacidade de engajar a imaginação dos participantes, permitindo a criação e interpretação de personagens (Fairchild, 2007). O projeto desenvolveu-se em três etapas: elaboração da narrativa histórica, palestras sobre o RPG como ferramenta educativa e desenvolvimento prático no Colégio Estadual Dom Bosco. O tema escolhido foi a pandemia de COVID-19, abordada de forma crítica por meio da ficcionalização de eventos reais (Xavier, 2011). A “experiência simulada” proporcionou aos estudantes uma nova perspectiva sobre o período pandêmico, estimulando reflexão histórica e empatia.

Palavras-chave: RPG. Temas controversos. Aulas dinâmicas. Formação de estudantes. Reflexão histórica.



A HISTÓRIA DE ARARUNA VISTA POR UM OLHAR “ESPECIAL”

ARIANE VISSOTTO DE FIGUEIREDO REBERTI (UNESPAR)
arianevfreberti@gmail.com

É possível ensinar História local de maneira lúdica com instrumento de aprendizagem para a vida cotidiana para alunos da Educação Especial? Esta questão norteia o projeto de dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/Unespar), vinculado à linha de pesquisa Saberes históricos no espaço escolar. Os estudantes da Educação Especial, muitas vezes, enfrentam barreiras que dificultam o alcance do objetivo central do processo de ensino-aprendizagem — a alfabetização formal em leitura e escrita —, sendo a aprendizagem voltada para as atividades cotidianas uma alternativa significativa para promover sua autonomia, participação social e sentimento de pertencimento. A partir dessa perspectiva, a pesquisa será desenvolvida com estudantes da Classe Especial da Escola Municipal Mário Miguez de Mello Filho, localizada no município de Araruna-PR. O trabalho tem como eixo temático o ensino de história local, com ênfase em seus símbolos, na valorização do patrimônio cultural do município e nas histórias familiares. Para isso, será utilizada uma abordagem lúdica e interativa, com atividades como contação de histórias por pessoas mais idosas sobre origens familiares, crenças e costumes, visitas a pontos históricos da cidade e a confecção de um álbum de figurinhas temático, no qual os alunos colecionarão e produzirão imagens e informações sobre os principais elementos da identidade municipal, cultural e pessoal e das histórias “não contadas”. A iniciativa busca fortalecer as relações interpessoais através das trocas de figurinhas, promover o pertencimento histórico e valorizar a memória local, contribuindo para uma prática de ensino pautada na História para contribuição na formação cidadã.

Palavras-chave: Ensino de história. Memória. História local. Educação especial.



ARTE GÓTICA E SAÚDE MENTAL NA MODERNIDADE: OFICINAS DE CATARSE COM ESTUDANTES

BEATRIZ CARAZZAI PEREIRA (UNESPAR)
beatrizcarazzaip@gmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthia.franca@unespar.edu.br

Este trabalho apresenta um projeto de oficinas interdisciplinares de Ensino de História em diálogo com a História Pública (Pereira; França, 2024), que propõe trabalhar letras de músicas góticas com alunos do 9º ano ao Ensino Médio, historicizando sentimentos como a melancolia na modernidade (Matos, 2010), promovendo discussões sobre saúde mental com um viés artístico e histórico de base teórico-metodológica benjaminiana. A letra de “Império das Máquinas” de Lupercais (1998) trabalha os impactos da Revolução Industrial, traçando paralelos com o movimento ludista (Coggiola, 2010), e a letra de “Sem Alma” de Code Six (2021) reflete sobre o suicídio enquanto fenômeno social capitalista (Durkheim, 1973). A avaliação das oficinas consiste na elaboração de narrativas escritas e iconográficas que expressem as emoções dos estudantes, visando ressignificá-las através da construção coletiva de consciência histórica e de classe, em busca de melhores condições de vida e dignidade para a juventude.

Palavras-chave: Gótico. Modernidade. História Pública. Ensino de história.



MULHERES NOS LIVROS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NARRATIVAS ESCOLARES

BRENDA MARÇAL (UNESPAR)
marsalbrenda@hotmail.com

ANA PAULA MENOTTI (UNESPAR)
menotianapaula@gmail.com

O trabalho analisa as representações femininas em livros didáticos de História utilizados na Educação Básica, com foco nas mudanças e permanências ao longo do tempo. A pesquisa, de cunho qualitativo, baseia-se na análise de materiais didáticos entre as décadas de 1990 e 2020, com o objetivo de discutir como as mulheres ainda são frequentemente retratadas de forma secundária, estereotipada ou silenciada, mesmo com os avanços das políticas públicas e das exigências legais por uma educação mais inclusiva e plural. A análise revela que, apesar de alguns progressos, como o aumento da presença de personagens femininas e de temas relacionados às discussões de gênero, os livros didáticos ainda reproduzem visões patriarcais, misóginas e eurocêntricas da História. O estudo defende a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora na elaboração dos conteúdos didáticos, de modo a contemplar a diversidade, o protagonismo e a complexidade da experiência histórica das mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Representações femininas. Educação básica.



A HISTÓRIA SEM A MEDIAÇÃO DO HISTORIADOR: HISTÓRIA PÚBLICA E AS MUTAÇÕES DO OFÍCIO DE HISTORIADOR NA ERA DO DIGITAL

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com

No ano 2000, o periódico norte-americano *The Public Historian* promoveu uma mesa redonda sobre o livro *A presença do passado: usos populares de História na vida americana*, publicado em 1998 por Roy Rosenzweig e David Thelen. Na mesa-redonda, foram convidados historiadores públicos. O livro coincide temporalmente com o que Serge Noiret chama de virada digital da História com a introdução da Web 2.0, refazendo questões para o profissional historiador, relevando conceitos como os de memória, experiência e espaço público. O debate realça posicionamentos diversos sobre o livro, o qual exprime uma situação nova para o historiador em que este profissional não é mais necessário para o conhecimento do passado, numa nova esfera pública virtualizada, configurando uma mutação no ofício da história oitocentista que garantia ao historiador a proeminência sobre como se fazia história. O livro é debatido nesta mesa-redonda e ouviu como populares passaram a tratar do passado e do conhecimento histórico neste momento de história do tempo presente. O conhecimento histórico não depende mais de historiadores para ser narrado e prescinde da mediação do historiador para sabê-lo. A comunicação pretende fazer breve apanhando desta Mesa Redonda.

Palavras-chave: História. História Pública. Públicos. Espaço público virtual.



POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA DOMINGOS PASSOS

CAMILA BAQUIN DO NASCIMENTO (UNESPAR)
camila.historiapublica@gmail.com

RICARDO TADEU CAIRES SILVA (UNESPAR)
rictcaires@gmail.com

A biografia desempenha um papel crucial na preservação da história individual e coletiva, permitindo que as gerações futuras compreendam as trajetórias e os contextos que moldaram uma pessoa. Ela oferece uma visão profunda sobre a vida, desafios, conquistas, falhas e transformações de um ser humano, servindo como fonte de inspiração e aprendizado. Além disso, as biografias ajudam a humanizar figuras públicas, desmistificando suas experiências e decisões, o que torna suas histórias mais acessíveis e relevantes para o público. Ao explorar as escolhas, os valores e as circunstâncias que influenciaram uma pessoa, a biografia também funciona como um meio de reflexão sobre a sociedade, a cultura e os eventos históricos.

Palavras-chave: Biografia. História em Quadrinhos. Movimento Operário na República Velha.



A CONSTRUÇÃO DE MUSEU AFETIVO PELO OBJETO GERADOR

CAROLINA OLIVA RODRIGUES DE OLIVEIRA (UNESPAR)
caahrolys@gmail.com

João Vitor da Silva Camargo (UNESPAR)
joaovitordascamargo@gmail.com

A seguinte apresentação tem por objetivo expor o desenvolvimento e a construção de um museu afetivo, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da rede básica de ensino de Luiziana/PR, com o intuito de trabalhar o reconhecimento dos alunos enquanto sujeitos históricos, a partir de um trabalho que desperte a consciência temporal e política, considerando suas próprias experiências, pelo conceito de *objeto gerador* (LOPES, 2008). A proposta será desenvolvida pelo projeto de extensão universitária “Histórias que Transformam”, por meio de ações dentro do espaço escolar e com visita ao Museu Municipal de Campo Mourão, pensando uma educação museal para além dos espaços escolares. Essa formação pensa na materialidade do museu e as funções desempenhadas pelos objetos dentro desse espaço, enquanto parte da experiência de sujeitos que provocam uma leitura de mundo através dessas representações materiais, ao quais representamos nosso estar no mundo. O objeto demonstra uma forma de extensão, considerando que falar do objeto é falar da nossa própria historicidade.

Palavras-chave: Educação museal. Ensino de história. Espaços de formação.



LUGARES DE MEMÓRIA NA AMÉRICA LATINA: MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS

CAROLINA SERBAI DOS SANTOS (UNESPAR)
carolinaserbaisantos@gmail.com

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA (UNESPAR)
Umarcio.pereira@unespar.edu.br

Partindo dos conceitos de Nora (1993), Halbwachs (2006) e Pollak (1982), esta pesquisa investiga lugares de memória na América Latina (exceto o Brasil) que contribuem para a preservação da memória coletiva e a promoção da consciência histórica. Adotou-se uma metodologia mista dividida em quatro etapas: levantamento bibliográfico e documental, georreferenciamento, análise de conteúdo e avaliação qualitativa. Os dados preliminares apontam predominância de lugares relacionados às ditaduras civis-militares, com variações significativas entre os países analisados, o que evidencia a memória como campo de disputas (Jelin, 2002) e os desafios impostos pelas heranças autoritárias (Serra Padrós, 2017). Apesar das dificuldades de acesso, das condições precárias de preservação e da escassez de políticas públicas, o mapeamento desses espaços fortalece a justiça de transição, promove os direitos humanos e amplia a visibilidade de narrativas silenciadas. A publicização por meio de mapa interativo também favorece a educação em direitos humanos.

Palavras-chaves: Direitos humanos. Memória social e coletiva. América Latina.



A POESIA QUE CONTA A HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

CÍCERO PEREIRA DE SOUZA (UNESPAR)
contatoprofessorcicero@gmail.com

A pesquisa diz respeito ao trabalho com a poesia negra brasileira e as formas como a literatura pode atuar como elemento para contar e problematizar a história de um povo preto, que se organiza em defesa de suas raízes identitárias, suas lutas de resistências sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais. Assim, a poesia é entendida como um instrumento artístico-cultural que apresenta a contribuição da luta de pretos e pretas contra o racismo estrutural, existente no Brasil. Para a realização dessa pesquisa vamos trabalhar as questões da escravidão e do racismo no Brasil com suporte de teorias que se torna mais evidenciadas sob a perspectiva decolonial, apoiada em historiadores que se orientam pelos estudos marxistas. Dessa forma, também, iremos levar até os alunos a poesia de autores como Solano Trindade, Castro Alves, de autoras como Conceição Evaristo Soares, Cristiane Sobral, Trabalhando dessa forma e implementação de atividades com diferentes linguagens poéticas e com práticas de produção de poemas de alunos e alunas em diferentes superfícies e publicá-las em diferentes plataformas estéticas visuais que reflitam as reflexões sobre a temática da pesquisa. A pesquisa busca defender por meio da escrita que a história contada e registrada pela arte poética é uma possibilidade de aproximação de tratarmos e inserir de forma concreta e sensível a história africana e afro-brasileira em sala de aula, atendendo dessa forma a lei 10639/03 da educação étnica-racial. Os resultados serão materializado em atividades desenvolvidas em escolas públicas da Educação Básica, com recorte acerca da problemática do racismo presente ainda hoje na sociedade brasileira, e da produção de material artístico literários como poemas em suas diversas linguagens com as contribuições poéticas dos estudantes.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Poesia. Identidade. racismo.



POR UMA HISTÓRIA ENGAJADA: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICO

CLAUDIA REGINA NICHNIG (UNESPAR)
claudianichnig@gmail.com

As reflexões deste artigo partem da necessidade de se construir o ensino, a pesquisa e extensão, através de uma perspectiva democrática, antirracista e feminista, em que ao trazer autores e autoras invisibilizados pelo cânone da disciplina, bem como as narrativas de sujeitos invisibilizados pela história, pretende produzir práticas e estudos a partir de um aporte teórico (que enfatiza a produção de cientistas mulheres, negras/os e indígenas do Sul Global) e a escuta de narrativas de sujeitos plurais. Ao ser considerado neutro, o ensino e a pesquisa em História, encobrem e invisibilizam outras narrativas. Desta forma, ao trazer questões urgentes do tempo presente, como o racismo, a misoginia e as violências, busca criar um espaço crítico, em que ao enfatizar a história como uma ciência engajada, que enfrenta as desigualdades e as opressões, através de uma escuta sensível, propõe a construção de novas práticas e saberes. Para isso, a proposta é problematizar como se pretende fazer este giro, buscando tornar o espaço escolar e universitário mais democrático, escutando vozes e narrativas plurais, ao refletir as políticas educacionais existentes, através de uma perspectiva interseccional, democrática e feminista.

Palavras-chave: História engajada. Ensino de História. Antirracista e Democrático.



TEMAS SENSÍVEIS E CONTROVERSOS EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cyntiasimioni@yahoo.com.br

GABRIEL HENRIQUE DE SOUZA (UNESPAR)
gabrielhenriquesouza21@hotmail.com

Compartilhamos um projeto de pesquisa e extensão realizado na Universidade Estadual do Paraná no ano de 2023 até atualmente, que surge da dificuldade dos professores da educação básica da região de Campo Mourão, interior do estado do Paraná em abordar temas sensíveis como escravidão, violência contra indígenas, questões de racismo, temáticas das relações étnico-raciais e opressão de gênero, muitas vezes, levando ao silenciamento e/ou perpetuando preconceitos (Alberti, 2014; Falaize, 2014). Buscamos promover por meio de práticas formativas de professores e estudantes uma educação inclusiva, articulando debates com teorias pós-coloniais (Ki-Zerbo, 2010; Fanon, 2020) e decoloniais (Walsh, 2019; Paim, 2021). A metodologia incluiu intervenções mensais em escolas, alinhadas a datas emblemáticas como Consciência Negra, Dia da Mulher, Pandemia, Dia do Índio entre outras, com abordagem qualitativa e participativa e outras vezes, com práticas de rememoração em diálogo com professores, estudantes, comunidades angolanas e indígenas. Os resultados mostraram maior engajamento crítico de estudantes e professores, que passaram a incorporar essas temáticas de forma plural e inclusiva. As experiências realizadas nesse projeto reforçam a potencialidade de metodologias participativas e colaborativas em atividades extensionistas e pesquisa-ação na desconstrução de narrativas hegemônicas e na construção de narrativas a contrapelo (Benjamin, 1985) na busca de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Ensino de História; Temas controversos; Formação docente.



PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO

ÉDER DIAS DO NASCIMENTO (UNESPAR)
ederptga@gmail.com

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES (UNESPAR)
parabrunos@gmail.com

A comunicação proposta apresenta as reflexões iniciais de uma investigação de doutorado em andamento no Profhistória/Unespar. O objetivo da pesquisa é analisar as percepções docentes sobre os impactos da inteligência artificial generativa no ensino de História. Para tanto, serão utilizados questionários, entrevistas e análise de dados quantitativos e qualitativos, com o intuito de aprofundar a compreensão do problema proposto. O estudo, atualmente, encontra-se na fase de revisão da literatura. A hipótese do trabalho é que a aceitação docente dessa tecnologia está relacionada à preservação do intelecto e do protagonismo profissional.

Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Docência.



O USO DE FOTOGRAFIAS COMO VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA FAMILIAR COM ESTUDANTES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL (PR)

ELIANE DE SOUZA NEVES (UNESPAR)
elis9neves@gmail.com

DIVANIA LUIZA RODRIGUES (UNESPAR)
divania.rodrigues@unespar.edu.br

A presente proposta de pesquisa, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, ancorada no conceito de lugares de memória de Pierre Nora, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs, busca compreender e valorizar a memória e a história familiar por meio da análise e da produção de fotografias com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I, do município de Quinta do Sol, Estado do Paraná. A utilização de fotografias familiares tem como objetivo evidenciar a história e a memória dos alunos, sendo essas imagens abordadas como fonte histórica, método e espaço de memória no ensino de História. Essa proposta, fundamentada nos aportes teóricos de Ana Maria Mauad e Roland Barthes, percorre ainda a alfabetização e a leitura de imagens, destacando a capacidade comunicativa delas. Assim, ao explorar a relação entre fotografia, História e memória, pretendemos desenvolver com os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental o conhecimento histórico. Para isso, propomos uma exposição interativa com as fotografias dos alunos e de suas famílias, o que poderá fortalecer o vínculo com a história pessoal e coletiva, tornando o aprendizado mais significativo.

Palavras-chave: Ensino de História. Escola. Fotografia. História. Memória.



MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE PROFESSORES NA RELAÇÃO COM A CIDADE DE PROMISSÃO/SP: UMA FORMAÇÃO PELA VIA ESTÉTICA

EMILY VITÓRIA NEVES MONTEIRO (UNESPAR)
emilyvitoria.nevesmonteiro@gmail.com

Este projeto resulta de uma dissertação com o objetivo de produzir conhecimentos históricos educacionais em diálogo com as memórias de professores do Ensino Básico de Promissão-SP. Contrapondo à velocidade da modernidade capitalista, propomos uma reflexão que dialoga com as experiências do passado e do presente dos professores na cidade. Embasados por Walter Benjamin (1985), atrelamos o avanço da modernidade capitalista à perda da experiência e da narrativa, e assim, buscamos formas refletir sobre a necessidade de experiências significativas. Desenvolvemos essa discussão construindo uma formação docente baseada nas práticas de rememoração – teoria benjaminiana – que expressassem as relações dos professores com o espaço de convívio. As narrativas foram construídas como mônadas, que reúne fragmentos de memória e cultura em imagens condensadas da cidade. O projeto também dialoga com a História Pública, promovendo uma construção de saber compartilhada (FRISCH, 2016) e uma formação docente colaborativa, criativa e dialógica (GALZERANI, 2008; FRANÇA, 2015; CUNHA, 2016).

Palavras-chave: Memória. História Pública. Professores, Cidades.



HISTÓRIA PÚBLICA DA CULTURA GUARANI: A SOBREVIVÊNCIA DE UM TEKOKHA POR MEIO DA IMAGEM

FELIPE RODRIGUES WERNER (UNESPAR)
frwdesign@gmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthiasimioni@yahoo.com.br

A cognição humana é parte ativa na edificação do conhecimento e se utiliza em grande parte da imagem como materialização física da informação (Baudrillard, 1991). A imagem é um processo de registro e memória, sendo muitas vezes alicerce para a construção de espaços formativos (Baschet, 1996). A cultura Guarani, nativa e ancestral, vive uma luta constante por sua sobrevivência e encontra na imagem um meio pelo qual pode narrar a sua história em práticas de rememoração (Benjamin, 1985). A comunidade Guarani do Barreiro das Frutas, na cidade de Campo Mourão, estado do Paraná, abriga grande parte desta memória, que por meio de uma teoria/metodologia decolonial (Walsh 2019, Paim 2021) pretendemos trabalhar em uma pesquisa de mestrado entrelaçando narrativas, memórias e culturas. Com esse trabalho pretendemos produzir um livro ilustrado, que sirva como instrumento na luta ao preconceito e desinformação sobre a comunidade Guarani e que sua história possa ser narrada por vozes indígenas.

Palavras-chave: Cognição. Narrativa. Memória. Ancestralidade. Indígena.



**A PARTILHA DO SENSÍVEL E SUA DETERMINAÇÃO DENTRO DO
ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS RELATOS DE
PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO
OESTE (PR)**

FRANCIELLY ALVES COSTA (UNESPAR)
franciellyalvesc@gmail.com

O presente projeto investiga como a partilha do sensível, conceito trabalhado por Jacques Rancière (2005) é definida no contexto escolar de Tuneiras do Oeste (PR). Com base nos relatos de professores da rede base, a partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada na História Oral, temos como objetivo observar as dinâmicas de poder (Foucault, 2004) que influenciam a disseminação do conhecimento, questionando se há inclusão ou exclusão nesse processo e qual memória (Huyssen, 2000) e emoções são levantadas a partir destes questionamentos. A partir disso, se propõe uma reflexão crítica sobre a relação Estado, escola e professores. O projeto utiliza como método a leitura bibliográfica aliada à realização de entrevistas com professores, as quais serão desenvolvidas ao longo da pesquisa. Desse modo, o estudo se insere no campo da História Pública e Oral, articulando teoria e experiência para compreender criticamente as dinâmicas de poder, emoções e memória na partilha do sensível no contexto escolar de Tuneiras do Oeste (PR).

Palavras-chave: Poder. Memória. Emoções.



TERRA BOA HISTÓRICA: UMA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA LOCAL DE TERRA BOA-PR

GABRIEL LUCAS FERNANDES GATTO (UNESPAR)
gabriel.gatto@unespar.edu.br

A proposta deste projeto é produzir e divulgar a história pública local de Terra Boa (PR) por meio de uma página no Instagram intitulada “Terra Boa Histórica”. A iniciativa visa aproximar a população de sua própria história, frequentemente esquecida ou desconhecida, utilizando recursos da história oral, documental e estratégias de storytelling. Com base em autores como Le Goff, Portelli e Bruno Leal, serão realizadas entrevistas, análises de documentos e criação de conteúdo audiovisual para as redes sociais. O projeto investiga as possibilidades das plataformas digitais como meio de democratização do conhecimento histórico, buscando desenvolver metodologias acessíveis e replicáveis para outros historiadores públicos.

Palavras-chave: História pública. História oral. Memória. Redes sociais. Identidade visual.



DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE A HISTÓRIA E A MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GISELMA DOS SANTOS TORRES (UFPB)
torresgiselma8@gmail.com

A partir da experiência vivenciada no Núcleo de Expressão Artística (NEART) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus- Sertão, especificamente no Projeto Coral Pedagógico: Educação Musical, é possível perceber a necessidade de alternativas metodológicas no ensino de disciplinas escolares na educação básica visando a melhor forma de repassar e absorver os conteúdos ensinados, no caso da História, essa necessidade passa a ser evidenciada a partir de conteúdos complexos e reflexivos que exigem estratégias dinâmicas da parte dos agentes que lecionam, e dessa forma, conseguir captar a atenção estudantil em sala de aula a fim de resultar em um melhor rendimento das aulas. A música então, no contexto do Coral Pedagógico, com abordagem interdisciplinar onde os estudantes conhecem um instrumento diferenciado de aprendizagem, que envolve simultaneamente a História e a Música, constitui-se em uma forma dialógica de contribuição com o conteúdo ensinado na disciplina de História e apresenta-se como alternativa metodológica ativa no ensino da disciplina. Diante da perspectiva apresentada, se torna essencial a discussão e reflexão em torno dos benefícios da Música sendo utilizada como uma “ferramenta metodológica” para o ensino de História na educação básica. A História possibilita aos estudantes compreender os fatos, o contexto, a conjuntura sociopolítica da sociedade em aspectos representados no ano de composição de uma música, a biografia de determinado compositor e fatos históricos envolvidos diretamente com a canção e com o período que essa retrata muitas vezes. A arte musical representada na letra das canções corrobora para o aprendizado intrínseco de comportamentos da sociedade frente a diversos períodos históricos, comprovando, desta forma, que a junção dessas duas ciências, a saber, História e Música, pode converter o aprendizado comum dos estudantes em um conhecimento mais solidificado, autêntico e interessante para esses alunos, além de ser científico e crítico visando o desenvolvimento de estudantes que se tornarão cidadãos emancipados pela educação Histórico-musical.

Palavras-chave: História. Música. Interdisciplinaridade.



O ENSINO DE HISTÓRIA EM BORDADOS: O CENTRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO IDOSO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM *SCHOLÉ*

GREICIANE FARIAS DA SILVA (UNESPAR)
farias.greiciane@gmail.com

FEDERICO JOSÉ ALVEZ CAVANNA (UNESPAR)
federico.alvez@unespar.edu.br

Este estudo objetiva o mapeamento de concepções temporais das mulheres participantes do projeto de extensão Centro de Apoio e Desenvolvimento do Idoso (CADI), por meio do bordado em/de suas memórias. Em um diálogo entre Ensino de História e História Pública, buscamos estabelecer relações entre o espaço universitário e o espaço escolar, ambos sendo pensados como *scholé*, ou seja, tempo livre, um tempo liberado das obrigações produtivas da sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa ocorrerá em duas etapas, a primeira se trata da realização de oficinas com as estudantes para se pensar os conceitos de tempo, memória e envelhecimento humano, sendo que a partir dessas discussões, será elaborado um *scrapbook* composto de materiais de “arquivamento do eu” que serão compilados e passarão por processos artesanais, como o bordado, que são recorrentes no cotidiano do CADI. Já a segunda etapa compreenderá um encontro intergeracional a partir da ação de levar as mulheres para o ambiente escolar, para que elas exibam seus trabalhos para os estudantes e façam uma prática de ensino do bordado. Portanto, este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa em fase de construção e delimitação

Palavras-chave: Envelhecimento humano. Tempo. Encontro de gerações.



A HISTÓRIA E A CULTURA KAINGANG NO ENSINO FUNDAMENTAL

HELGA KARINA MOREIRA (UNESPAR)
moreira.helga@escola.pr.gov.br

ÉDER DA SILVA NOVAK (UNESPAR)
edernovak@ufgd.edu.b

Ainda são muitos os desafios para abordar a temática indígena em sala de aula, exigindo estratégias didático-pedagógicas mais pertinentes à história e cultura das diferentes etnias no Brasil, atendendo ao dispositivo legal estabelecido pela Lei 11.645/2008. Este trabalho objetiva apresentar metodologias de ensino para trabalhar com a história e a cultura dos Kaingang do estado do Paraná, no ano final do Ensino Fundamental I. Trata-se de um estudo, ainda na fase inicial, vinculado ao Mestrado Profissional em História, da Unespar de Campo Mourão, na linha de pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar. A pesquisa será desenvolvida com alunos do 5º ano, da Escola Municipal Pequeno Príncipe, no município de Quinta do Sol-PR, evidenciando a presença histórica dos Kaingang no Paraná, seus elementos culturais, suas trajetórias e lutas em defesa dos seus territórios e de sua identidade étnica. Embasado em estudos de Mota; Novak (2008), Mota (2009), entre outros, com uso de diferentes metodologias e linguagens de ensino de história, esse estudo demonstrará a elaboração de oficinas em sala de aula, com a participação direta dos alunos, por meio de uma abordagem interdisciplinar, com uso da antropologia, linguística e arqueologia, ampliando o debate e a compreensão das relações socioculturais e territoriais dos Kaingang no Paraná. A iniciativa busca criar um ambiente de debate respeitoso, permitindo aos alunos intervenções viáveis que contribuam para a conscientização da importância de tratar a história dos povos indígenas com sensibilidade, enfatizando a sua história, cultura e ações políticas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Ensino de História. Lei 11.645/2008. Povos Indígenas. Protagonismo Indígena.



PARTILHA DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS MESTRES MOÇAMBICANOS NA INTERFACE COM AS PINTURAS RUPESTRES DE CHINHAMAPERE

INÁCIO MÁRCIO DE JESUS FERNANDO JAQUETE (UEM)
fernandojaquete@gmail.com

Propõe-se aqui, compartilhar experiências de uma pesquisa, cujo objetivo foi acolher as memórias dos anciãos na interface com as pinturas rupestres de Chinchamapere para entender os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural. O estudo resulta de indagações sobre os significados que a comunidade atribui às pinturas. A pesquisa é do campo da História Pública, realizada na relação dialógica com os anciãos na interface com as pinturas rupestres pela via de autoridade compartilhada (FRISCH, 2016). Sua realização enveredou pelo aporte teórico-metodológico Benjaminiano (1985). Através da rememoração acolhi memórias coletivas da comunidade com destaque nas práticas socioculturais e modos de resistência frente às políticas públicas de gestão moderna do patrimônio cultural que comprimem tradições orais ligadas as pinturas rupestres. Portanto, a construção coletiva e partilha de experiências dos anciãos foi lida como um ato político e de resistência ao apagamento das culturas e identidades locais.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Cultural. Resistência. Pinturas Rupestres. Experiências vividas.



O ORIENTALISMO EM CALL OF DUTY, MODERN WARFARE (2019): REPRESENTAÇÃO RUSSA E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NOS JOGOS ELETRÔNICOS

ASTOR WEBER (UNESPAR)
weberastor@gmail.com

JAIR PEDRO ARRUDA (UNESPAR)
jair.arrudahist@gmail.com

Este trabalho analisa a construção da representação russa em Call of Duty: Modern Warfare (2019) à luz do orientalismo (Said, 2007), demonstrando como o jogo atualiza estereótipos do "Outro" no contexto geopolítico contemporâneo. Combinamos análise de conteúdo narrativo (cutsscenes, diálogos) com exame de mecânicas de jogo (IA, sistemas de respawn, proceduralidade) e revisão de fóruns gamer. Os resultados revelam: (1) a desumanização procedural dos russos como antagonistas genéricos; (2) a influência de narrativas da Guerra Fria na estética do jogo; e (3) a recepção ambivalente da comunidade, entre crítica e naturalização dessas representações. A discussão destaca como o jogo opera como soft power ocidental, reduzindo complexidades históricas a dicotomias maniqueístas. Concluimos que a franquia Call of Duty, ao ressignificar o orientalismo clássico para o século XXI, reforça a urgência de estudos críticos sobre jogos como artefatos culturais capazes de influenciar imaginários geopolíticos. O trabalho contribui para os Game Studies ao articular História Pública, Teoria Pós-Colonial e análise ludonarrativa, propondo um modelo metodológico para investigar ideologias embutidas em sistemas procedurais.

Palavras-chave: História. Games. Orientalismo. Mídia. Rússia.



CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO MEMORIAL EM QUEDAS DO IGUAÇU - PR

JANETE ALVES FERREIRA RODRIGUES (UNESPAR)
janetealves1991@gmail.com

ASTOR WEBER (UNESPAR)
weberastor@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo criar um espaço de memória com base em material disponível no Col. Est. Pe. Sigismundo, o qual preserva parte da história do município. A preservação e organização desse material em um lugar acessível para visitação e consulta pública, vai além de apenas buscar a conservação cultural do passado; ela é capaz de reunir narrativas, objetos e vivências que contribuam para a compreensão da formação da identidade local. Em um mundo cada vez mais dinâmico e globalizado, cresce a consciência sobre a importância de proteger as heranças culturais que moldam identidades e fortalecem o sentimento de pertencimento. Monumentos, rituais, saberes e objetos não são apenas vestígios históricos: são vozes que ecoam a trajetória de povos e comunidades. Um espaço como esse não apenas preserva: mas inspira, ensina e conecta gerações. Para Pierre Nora (1984) “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” Por isso, é necessário compreender que a memória não é estática, mas um organismo vivo que se transforma com o tempo. Ao promover a valorização do passado, abre-se espaço para novos saberes, novos olhares e novas formas de viver o presente.

Palavras-chaves: Patrimônio. Memória. Identidade.



TEMPO HISTÓRICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: ATIVIDADES PRÁTICAS

JHESSYKA DOS SANTOS CASTELO (UNESPAR)
jhecastelo@gmail.com

RICARDO MARQUES DE MELLO (UNESPAR)
ricardo.rmm@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo produzir atividades prático-pedagógicas, baseadas no conceito de tempo histórico e voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, uniremos revisão bibliográfica, análise de documentos normativos da Educação Básica e nossa própria experiência docente. O embasamento teórico inclui as reflexões sobre o tempo histórico de Reinhart Koselleck e Fernand Braudel, bem como as contribuições pedagógicas de Hilary Cooper, Ana Claudia Urban, Teresa Luporini, Maurice Tardif e Peter Lee. Os documentos analisados serão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular do Paraná. A partir desses estudos, da experiência em sala de aula e do contexto escolar do município de Campo Mourão - PR, construiremos atividades práticas que desenvolverão nos educandos noções de conceitos-chave da História, como memória, patrimônio, fontes históricas, cidadania, direitos humanos e identidade. Acreditamos que este trabalho possa colaborar com o dia a dia de professores/as — especialmente diante da escassez de materiais didáticos sobre o tema — e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação da consciência temporal dos estudantes desde os primeiros anos escolares.

Palavras-chave: Tempo Histórico. Ensino de História. Anos Iniciais do Fundamental.



MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS FIÉIS DE ANGOLA-CAXITO COM O SANTUÁRIO DE SANTA ANA

JOAQUIM MANUEL FRANCISCO (UNESPAR)
joaquimmanuelfancisco35@gmail.com

Compartilho a minha pesquisa em andamento do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, intitulada: História do Santuário de Santa Ana de Caxito na interface com a memória e experiência dos fiéis da região. Trata-se de um santuário sem fronteiras geográficas, que acolhe peregrinos de várias nacionalidades, promovendo uma conexão espiritual que ultrapassa limites territoriais. O objetivo central da pesquisa é acolher as memórias e experiências dos fiéis para compreender o significado que atribuem ao Santuário de Santa Ana. O aporte teórico-metodológico desta pesquisa é o filósofo Walter Benjamin (1985), que enfatiza a importância das narrativas orais e experiências dos sujeitos na construção do conhecimento histórico. Essas memórias são cruciais para entender as crenças e práticas culturais da comunidade. Além disso, a pesquisa adota a perspectiva da história pública, promovendo um diálogo colaborativo com o público. Essa abordagem valoriza a participação da comunidade na construção do conhecimento, criando uma relação de autoridade compartilhada (Frisch, 2016).

Palavras chaves: Santuário Santa Ana. Caxito. Memórias. História Pública.



HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA AMBIENTAL AMAZÔNICA

JORGE PAGLIARINI JUNIOR (UNESPAR)
palhajr@yahoo.com.br

Apresentam-se os resultados de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2022 e 2025, voltada ao estudo da produção acadêmica sobre História Ambiental e História Pública. Especificamente, analisaram-se publicações de professores dos cursos de História de universidades públicas da região da Amazônia Legal brasileira, veiculadas em revistas acadêmicas, com foco nas matrizes teóricas dessas produções relativas à relação entre sociedade e natureza. Também se avaliou se essa produção se identificava, ou poderia ser identificada, teórica e/ou metodologicamente, como historiografia de História Pública. A partir da análise de conteúdo, foram examinados 70 artigos, cujos resultados foram organizados com base em elementos sintáticos e semânticos. Em um sentido de mão dupla, ressalta-se que a produção de historiadores ambientais amazônicos apresenta potencial contribuição para as discussões em História Pública, ao passo que o aprofundamento desse debate pode fomentar novas práticas acadêmicas em História Ambiental, como as voltadas à divulgação científica e histórica.

Palavras chaves: História Pública. História Ambiental. Amazônia.



ÍNDIO GAY? OUTRAS EXISTÊNCIAS QUE A HISTORIOGRAFIA NÃO CONTA

JOSÉ MARCOS NASCIMENTO PONTES (UFPB)
j.marcoxs@gmail.com

A historiografia oficial, marcada por uma perspectiva eurocêntrica e normativa, silenciou sistematicamente corpos dissidentes, sobretudo os indígenas LGBTQIA+. Documentos históricos, principalmente inquisitoriais, criminalizaram esses sujeitos ao rotulá-los como “sodomitas” e “pecadores nefandos” (Vainfas, 1997), reforçando estigmas e apagamentos. O objetivo central é investigar as representações de indígenas nos documentos coloniais e na literatura indígena contemporânea, evidenciando estratégias de resistência e ressignificação identitária. Metodologicamente, adotamos uma abordagem decolonial, associando os campos dos estudos das sexualidades, de gênero e do corpo, articulando análise documental com leituras da literatura indígena contemporânea. Os resultados revelam que, embora marcados por discursos de criminalização e apagamento, os corpos indígenas LGBTQIA+ não se limitaram a posições de vitimização. Portanto, essa pesquisa aponta a relevância de descolonizar os olhares sobre sexualidades indígenas, reconhecendo seus protagonismos na construção de uma história plural que acolha esses corpos marginalizados.

Palavras-Chave: Sodomitas. Resistência. História Plural. LGBTQIA+.



A CONSTRUÇÃO DO *SITE* “HISTÓRIAS A CONTRAPELO” PARA REPENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA

JULIA QUÉZIA NUNES BOINA (UNESPAR)
juliaquezia.jq@gmail.com

O racismo é uma questão presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas escolas. A educação antirracista, tem como objetivo desconstruir preconceitos e estereótipos, proporcionando uma formação consciente e igualitária. No entanto, muitos professores ainda não trabalham as relações étnico raciais em sala de aula, seja por falta de tempo para encontrar materiais ou por essa temática ser identificada como sensíveis ou controversas. Em resposta a essa necessidade, este trabalho apresenta o desenvolvimento de um *site* denominado “Histórias a contrapelo” que foi produzido durante a pesquisa de mestrado. O *site* foi proposto para partilhar os materiais didáticos juntamente com as produções dos estudantes, buscando contextualizar e desnaturalizar o racismo. O *site* demonstra o potencial como uma ferramenta potente para o ensino antirracista. Ele oferece acesso gratuito e contínuo aos materiais, permitindo que os professores integrem o tema do racismo em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Ensino de história. Racismo. Saberes e práticas no espaço escolar.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

LILIAN CARLA GALDINO RODRIGUES ZONATTO (UNESPAR)
liliancarla.gr@hotmail.com

Esta comunicação apresenta o projeto de dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/Unespar), vinculado à linha de pesquisa Saberes históricos no espaço escolar. O estudo será desenvolvido com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Campo Mourão-PR e aborda a lacuna na formação para o ensino de História com rigor historiográfico e abordagem crítica. A pesquisa propõe formar docentes para uma prática pedagógica mais crítica e significativa, articulando conteúdos curriculares a atividades que promovam noções de tempo histórico, identidade, cultura e sociedade. Destaca a importância da História Pública, da Educação Patrimonial e da formação cidadã, valorizando a identidade local. A metodologia inclui revisão bibliográfica e investigação de práticas que identifiquem elementos significativos da comunidade e estratégias de ensino que reforcem o papel social da escola. O trabalho defende a urgência da formação continuada, visando práticas que valorizem múltiplas vozes históricas.

Palavras-chave: Formação de professores. Séries iniciais. Ensino de História.



ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTORICIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

LÍVIA MICAELA PERIN DA ROCHA (UNESPAR)
lmicaelapreindarocho@gmail.com

MARCIO JOSÉ PEREIRA (UNESPAR)
marciopereira@unespar.edu.br

Este projeto de pesquisa investiga as lutas sociais por justiça, verdade, memória e reparação histórica no Brasil pós-abertura política. Busca-se analisar a continuidade das violações de direitos humanos desde a ditadura até os regimes democráticos (1988–2022), compondo uma história dos Direitos Humanos no país. O objetivo geral é mapear locais de memória relacionados aos direitos humanos e à reparação histórica, catalogando repositórios, acervos, arquivos e espaços públicos, institucionalizados ou não. Utilizando metodologia mista, esses locais serão identificados, georreferenciados e analisados. Entre os objetivos específicos estão: identificar e catalogar instituições com registros pertinentes; criar um mapa interativo com informações relevantes; analisar a diversidade temática e temporal desses registros; e tornar público o resultado do mapeamento, ampliando o acesso e a valorização da memória histórica no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Lugares de Memória. Mapeamento. Reparação Histórica.



ENTRE ABAYOMIS, MAKENAS E INFÂNCIAS NEGRAS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA INFÂNCIA

LUCAS ALEXANDRE DE LIMA (UNESPAR)
lucas.lima.26@estudante.unespar.edu.br

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA (UNESPAR)
marcio.pereira@unespar.edu.br

A proposta da oficina tem por objetivo promover por meio de ações, reflexões sobre a importância da representatividade negra no período da infância, a partir da confecção de bonecas abayomis e makenas. A atividade também inclui a exibição do documentário *Parece Comigo* (2016), que aborda a ausência de bonecas negras no mercado e o trabalho artesanal das bonequeiras que enfrentam essa realidade. A oficina será desenvolvida com exibição audiovisual, contextualização histórica e prática manual, seguida de roda de conversa e escrita reflexiva. O objetivo é sensibilizar educadores e estudantes para uma educação antirracista, fortalecendo a identidade e autoestima de crianças negras desde a primeira infância.

Palavras-chave: Representatividade. Infância negra. Educação Antirracista. Abayomis. Bonecas pretas.



O CINE DE ALICIA VEGA E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA COM CRIANÇAS DE SEXTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCAS KAUAN BORSA DE ARAUJO (UNESPAR)
lucas.borsa.araujo@escola.pr.gov.br

Nossa proposta inicial de pesquisa para o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar, Campo Mourão), concentra-se nas possibilidades de Ensino de História com crianças por meio das experiências do taller de cinema da professora e pesquisadora chilena Alicia Vega. Nosso público será estudantes de sextos anos do Ensino Fundamental - II, da Escola Estadual Jorge Nacli, do município de Nova Aurora-PR. Em um primeiro momento, concentramos nos estudos acerca da abordagem teórico-metodológica de Alicia Vega, cujo foco reside nas experiências pedagógicas com educação e cinema. Posteriormente, pretendemos semelhante à intelectual chilena, e em seus Cadernos (Vega, 2023), desenvolver oficinas com as crianças, percorrendo a história do cinema, bem como dos instrumentos que fizeram das imagens em movimento uma forma de Arte. Dessas oficinas, objetivamos desenvolver com as crianças o gosto e a compreensão do conhecimento histórico acerca do cinema. Pretendemos recriar com as crianças filmes de um minuto, inspirados no que fizeram os irmãos Auguste e Louis Lumière (Bergala, 2008; Fresquet, 2020), no final do século XIX e início do século XX. Assim como, explorar obras do cinema mudo, de modo que possamos recriar os instrumentos da história do cinema, por meio da reprodução audiovisual e da construção de brinquedos e de desenhos. Esses trabalhos serão apresentados aos familiares por meio de uma Mostra de Filmes e Brinquedos Infantis. Diante dessa proposta inicial de pesquisa, consideramos a importância, pois, a história e o cinema estão intrinsecamente ligados, formando uma relação dinâmica que enriquece a compreensão de ambos. No ciclo educacional, o cinema pode receber um olhar para além de instrumento ou recurso, sendo de fato o centro da reflexão e da construção dinâmica do saber. Envolver estudantes de modo prático se apresenta enquanto modelo de grande potencial para o Ensino de História.

Palavras-chave: Alicia Vega. Cinema. Ensino Fundamental. Ensino de História. Mostra de Filmes. Oficinas.



ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE A GRANDE GUERRA: ALGUMAS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS

LÚCIO FELLINI TAZINAFFO (UNESPAR)
lucioft29@gmail.com

As guerras modernas (séc. XX e XXI) atraem muito o interesse dos adolescentes. O tema já foi muito explorado pela *cultura pop* e pela imprensa, e os materiais didáticos de história têm suas raízes em perspectivas conservadoras, que apresentam as Guerras Mundiais e outros conflitos modernos pela perspectiva dos vencedores. Os estudantes constroem suas consciências históricas sobre os conflitos armados tendo como referências os jogos, filmes, séries e animações. Levando em consideração a realidade do ensino, proponho como possibilidade de ensino de história a análise de fontes históricas em sala, tais como cartas e diários, que permitam discussões profundas sobre as experiências de soldados, enfermeiras e outros sujeitos históricos que vivenciaram os extremos das guerras no chão desses conflitos. A partir de uma abordagem que considera e traz para o debate as experiências desses sujeitos, a construção de uma história vista de baixo pode gerar debates instigantes em sala, permitindo cotejar as consciências históricas dos alunos com os saberes da disciplina de História.

Palavras-chave: Guerras modernas. Experiências. História vista de baixo.



RELIGIÃO E POLÍTICA NA DISPUTA PELO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

MARCELO LEMES LOUBACK (UNESPAR)
ml4452231@gmail.com

FRANK ANTONIO MEZZOMO (UNESPAR)
frankmezzomo@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar a campanha eleitoral de um candidato oficial da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (AD), eleito vereador nas eleições municipais de 2024 em Campo Mourão. Observamos, durante o processo eleitoral, a atuação intensa da instituição religiosa no apoio e na promoção de seu representante político junto aos fiéis. A mobilização empreendida pela igreja busca garantir representatividade no poder legislativo local e influenciar a esfera pública por meio da das pautas e valores morais. O *corpus* empírico da pesquisa é composto por 391 materiais de campanha, como *flyers*, vídeos, *stories* e fotos, coletados nas mídias sociais do candidato durante o período eleitoral. A partir da análise desse material, identificamos as estratégias políticas mobilizadas e articuladas entre a denominação religiosa e o candidato, com atenção especial à forma como a estrutura eclesiástica da igreja influenciou no *modus operandi* da campanha.

Palavras-chave: Religião pública. Evangélicos. Modelo corporativo de representação política.



**MEMÓRIA, GASTRONOMIA E IDENTIDADE:
A FESTA DA LEITOA FUÇADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM
JANIÓPOLIS/PR**

MARLA DIAS DA ROCHA (UNESPAR)
marla_rocha_29@hotmail.com

RAFAEL AFONSO GONÇALVES (UNESPAR)
goncalves.hist@gmail.com

Este projeto visa compreender a Festa da Leitoa Fuçada em Janiópolis/Paraná, explorando a relação entre história, memória e identidade nos espaços formativos. No âmbito da pesquisa busca-se analisar como a Festa da Leitoa Fuçada, em sua dimensão de manifestação cultural imaterial, simboliza a conexão entre passado e presente, fomentando discussões sobre alteridade e sustentabilidade cultural. O estudo almeja propor diretrizes para valorizar a festa como um espaço de interação e construção da memória coletiva. A investigação aborda a importância fundamental da transmissão de saberes tradicionais, como o preparo da leitoa fuçada, para as novas gerações, assegurando a continuidade desse valioso patrimônio imaterial. Ademais, busca-se compreender o papel fundamental da festa na construção da identidade local e no fortalecimento do senso de pertencimento à comunidade, dando visibilidade às narrativas locais e promovendo o diálogo entre a comunidade e seu patrimônio cultural. Desse modo, o estudo pretende contribuir significativamente para a valorização do patrimônio imaterial e o desenvolvimento sustentável a partir da Festa da Leitoa Fuçada na Cidade de Janiópolis/Paraná, garantindo a salvaguarda dessa herança cultural.

Palavras-chave: Economia local. Saberes tradicionais. Comunidade. Patrimônio cultural. Gastronomia.



NARRATIVAS DOS ESTUDANTES ENTRECruzANDO MODOS DE VIVER AGRÁRIO E URBANO NO ENSINO DE HISTÓRIA

MARLI BATISTA BASSETO (UNESPAR)
marli.basseto@escola.pr.gov.br

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthiasimioni@yahoo.com.br

Entendendo a sala de aula como um espaço potente para desenvolver práticas na produção de conhecimento que rompe com a proposta de um currículo mecanizado e valorize as manifestações culturais dos diferentes sujeitos na escola, buscamos ouvir os estudantes do campo da cidade de Aparecida do Oeste, interior do estado do Paraná, pois muitas vezes, seus saberes populares e suas práticas socioculturais são invisibilizadas na sociedade. Para isso, trabalhamos em sala de aula com práticas de rememoração, inspirado no aporte metodológico de Walter Benjamin (1985) para conhecer as experiências vividas dos estudantes como o seu modo de viver no campo ou na cidade. Esses fatores são determinantes para a formação cultural de um viver individual e coletivo, mais humano e inclusivo, em diferentes tempos e em espaços. Desse modo, os conhecimentos produzidos com os estudantes a partir de suas experiências vividas trazidos em narrativas orais, escritas e iconográficas possibilitaram a afirmação de identidade (s) na (re) construção da história local, social, cultural e econômica de uma comunidade, respeitando o dinamismo das relações sociais no espaço escolar.

Palavras-chave: Cidade. Identidade. Produção de conhecimento.



O DIREITO A CIDADE VETADO ÀS MULHERES ZUNGUEIRAS EM LUBANGO - ANGOLA

MATIAS EDUARDO CHIMBALANDONGO (UNESPAR)
Chimbalandongomatias6@gmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthiasimioni@yahoo.com.br

Escutar, acolher e compartilhar as narrativas das mulheres Zungueiras sobre o direito à cidade do Lubango, na capital da Província da Huíla, situada ao sul de Angola, é o mote de reflexão da pesquisa realizada no programa de mestrado em História Pública na UNESPAR. O objetivo foi propor a escrita de uma história a contrapelo, no sentido de reconhecer as existências e as formas de resistência das zungueiras que diariamente dedicam-se, ao trabalho de venda nas artérias da cidade. Com o aporte teórico-metodológico de Walter Benjamin (1985), tencionamos a reescrita de uma história mais inclusiva e representativa, em que todas as pessoas têm o direito de usufruir dignamente a cidade e todas as histórias merecem ser contadas. Para isso, ouvimos dez zungueiras para conhecer as suas experiências vividas nas tramas sociais urbanas. É importante a escuta sensível, pois Lubango criou fissuras sociais que levaram ao surgimento de atores sociais que tecem outro modo de ocupar e produzir a cidade como as zungueiras. Entretanto, surge a questão de disciplinar (leis) o território, e muitas vezes, as regras, ordens, se contrapõe aos que se auto-organizaram para enfrentarem as adversidades da vida como as zungueiras que ressignificam os espaços urbanos de acordo com seus anseios e por meios de estratégias, enquanto, as leis continuam a beneficiar simplesmente a elite.

Palavras-chave: Zungueiras. Lubango. Espaços urbanos.



REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, LAICIDADE E VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO NOS ESPAÇOS ESCOLARES LUSÓFONOS

ILDA APARECIDA DE SOUZA (UNESPAR)
ilda.souza@escola.pr.gov.br

MICHEL KOBELINSKI (UNESPAR)
mkobelinski@gmail.com

O racismo religioso contra religiões de matriz africana é realidade nos países lusófonos, ligado ao racismo estrutural e à desvalorização de identidades negras. Com base em Hanretta e no enfoque decolonial, este estudo analisa como a Lei 10.639/03, aliada à laicidade, pode favorecer práticas pedagógicas para combater o preconceito no Ensino Fundamental II, especialmente nos 6º e 7º anos. Metodologia qualitativa com pesquisa-ação inclui entrevistas com professores, grupos focais com alunos e análise de materiais didáticos. As leituras mostram que a abordagem de e a defesa da laicidade são estratégicas para desconstruir estereótipos e promover inclusão, mas há desafios institucionais e resistência cultural. Conclui-se que práticas atentas à diversidade histórica e religiosa fortalecem o respeito à liberdade religiosa e à valorização das matrizes africanas no espaço escolar.

Palavras-chave: Liberdade religiosa. Preconceito. Diversidade. Currículo escolar. Prática docente.



MIGUEL NEKAKA: UMA HISTÓRIA SILENCIADA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

MPAMBANI MATUNDU VICENTE (UNESPAR)
matondompambani@gmail.com

Escrever sobre as figuras históricas angolanas silenciadas e apagadas nos currículos escolares tem sido uma tarefa “messiânica” como diria Walter Benjamin (1985). Neste quesito, trago Miguel Nekaka, uma figura histórica que resistiu ao colonialismo português, mas sua memória continua imposta nos anais do silenciamento. Diante dessa problemática, urge a necessidade de escrever a história a contrapelo, não mais aquela dos vencedores, mas uma história outra a partir da perspectiva da história dos vencidos, aquelas que foram (e continuam) silenciadas ou apagadas (Benjamin, 1987). Essa concepção benjaminiana nos sugere outras possibilidades de escrever história, pensando na pluralidade de sujeitos históricos e culturais, e questiona as concepções eurocêntricas, hegemônicas, homogêneas e elitistas que estão impregnadas nos nossos modelos curriculares e nas historiografias prevaletentes do sistema educativo angolano.

Palavras-chave: Miguel Nekaka. Memória. Silenciamento.



MOBILIZAÇÃO RELIGIOSA E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DURANTE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

ORLANDO DA SILVA MARTINS (UNESPAR)
gtaorlando1@hotmail.com

FRANK ANTONIO MEZZOMO (UNESPAR)
frankmezzomo@gmail.com

A presença pública da religião na política brasileira aciona as relações entre democracia e pluralismo religioso. Nesse sentido, este trabalho investiga as estratégias e representações veiculadas por candidatos católicos durante as eleições à Câmara Municipal de Campo Mourão em 2024, problematizando as articulações entre religião e política, assim como o modo como valores cristãos são mobilizados nas campanhas, discursos e pautas políticas desses candidatos. Adotamos uma abordagem qualitativa, em um movimento que envolveu a coleta, tabulação e análise de materiais de campanha – jingles, flyers, vídeos e entrevistas – publicados pelos candidatos em suas mídias sociais. Os resultados preliminares mostram a recorrência na veiculação de simbologia e léxico cristão nos materiais, quase sempre instrumentalizados de modo a criar uma relação de proximidade entre candidato e eleitorado.

Palavras-chave: Religião. Católicos. Representações.



HISTÓRIA, INFÂNCIA E IMIGRAÇÃO: PRÁTICAS DE ENSINO E MEMÓRIA DA PRESENÇA POLONESA NO PARANÁ A PARTIR DA OBRA DE JÓZEF STAŃCZEWSKI

PAULA ANGÉLICA MALYSZ (UNESPAR)
paula_lysz@hotmail.com

MICHEL KOBELINSKI (UNESPAR)
mkobelinsk@gmail.com

Esta comunicação apresenta o projeto de dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/Unespar), vinculado à linha de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memória. A pesquisa será desenvolvida com estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Mario Miguez de Mello Filho, no município de Araruna-PR. O trabalho tem como eixo temático o ensino de história local e regional, com ênfase na presença polonesa no Paraná. A principal fonte utilizada será a obra Presépio paranaense: O mistério do Natal na vida dos colonos poloneses no Paraná e a ressurreição da Polônia em três atos e duas imagens vividas (1923), do professor polonês Józef Stańczewski, traduzida por Michel Kobelinski e Piotr Kilanowski. A proposta didática visa articular o conteúdo da obra ao contexto histórico da imigração polonesa, destacando processos de resistência cultural e linguística no início do século XX. A partir da tradução e adaptação da narrativa para linguagem acessível às infâncias, os estudantes serão convidados a interpretar a história por meio de desenhos, dramatizações teatrais e atividades de leitura e escrita. Como culminância, produzirão um livreto autoral sobre suas origens familiares, a ser lançado em uma noite de autógrafos. A iniciativa busca promover o pertencimento histórico e valorizar a memória local, contribuindo para uma prática de ensino pautada na História Pública, na Educação Patrimonial e na formação cidadã.

Palavras-chave: Ensino de história. Imigração polonesa. Memória. história local. Educação patrimonial.



A HISTÓRIA DE SÃO VICENTE NARRADA PELOS ESTUDANTES DO CAMPO

PAULO AUGUSTO BALBI DE OLIVEIRA (UNESPAR)
pauloaugustobalbi@gmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cyntiasimioni@yahoo.com.br

Com a crescente influência da modernidade capitalista e das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas, especialmente dos estudantes, observa-se, por vezes, um afastamento de suas experiências coletivas e as práticas socioculturais locais. Pensando nessa situação, atrelado ao ensino de história e o trabalho acerca da história local, pretendo desenvolver uma pesquisa de mestrado no ProfHistória com foco em uma formação histórica com os estudantes que estimule a rememorar as suas experiências em São Vicente, distrito de Araruna, interior do estado do Paraná. Ancoramos teórico-metodologicamente em Walter Benjamin nas noções de memória, história, narrativa e experiência. Nesse sentido, a proposta envolve a realização de oficinas de formação e de produções de narrativas escritas, iconográficas e orais tendo como mote de reflexão a história local. Espero com essa pesquisa construir “produtos” (podcasts) narrados pelos estudantes sobre a História de Araruna.

Palavras-chave: Ensino. História Local. Memórias.



PODSATVA: UMA TENTATIVA DE PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA “COM” O PÚBLICO

RENAN LOURENÇO DA FONSECA (UNESPAR)
renan.l.fonseca@gmail.com

JORGE PAGLIARINI JUNIOR (UNESPAR)
palhajr@yahoo.com.br

Neste artigo, relato minha experiência na criação do Podsatva, um podcast concebido como prática de História Pública em diálogo com a História Oral. Inspirado por Santiago (2011; 2020), Mauad (2018) e Frisch (2016), busquei aplicar a ideia de autoridade compartilhada e explorar as possibilidades do som como linguagem histórica. A proposta surgiu da necessidade de ampliar o alcance do conhecimento histórico, promovendo escuta e participação de públicos não acadêmicos. Utilizei entrevistas, registros de memória e edição colaborativa com o software Audacity. Os episódios abordaram temas como o Budismo, o orientalismo (Said, 1990) e a atuação de figuras públicas como Monja Coen. Com base em Meihy (2006) e Ricoeur (2007), compreendi que o podcast favorece a construção de narrativas sensíveis à memória, à diversidade de vozes e à intertextualidade entre saberes acadêmicos e populares.

Palavras-Chave: História Pública. Podcast. História Oral. Autoridade compartilhada. Cultura oriental.



HISTÓRIA DOS POVOS VATWA NA INTERFACE COM AS TRADIÇÕES DE CAÇA, MÚSICAS E DANÇAS

SILVESTRE LISSEKEIVO MANUEL GAMBA (UNESPAR)
silvestregambagamba@gmail.com

Compartilho minha pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, intitulada História dos Povos Vatwa na Interface com as Tradições de Caça, Músicas e Danças. Os Vatwa, são povos habitantes das localidades de Cilaukila e Ciheke/Ondefe, do município do Curoca, província do Cunene, Angola, que até aos dias atuais preservam práticas ancestrais de subsistência, como a coleta, a caça e a recolecção de frutos silvestres. A pesquisa busca acolher as memórias, experiências e narrativas destes povos, com o propósito de entender os sentidos e significados atribuídos a essas práticas ancestrais, bem como compreender sua função como formas de resistência às imposições e tentativas de globalização frente ao avanço da modernidade capitalista, que tem vindo a exercer suas influências ao apagamento das práticas socioculturais. Para colocar em ação a pesquisa, enveredo pelo aporte teórico de Walter Benjamin (1985). Os sujeitos da pesquisa são membros dos povos vatwa que por meio de práticas de rememoração (Benjamin, 1985) serão acolhidas as memórias e experiências da comunidade para produzir conhecimentos históricos “outros”, numa relação dialógica, interativa e colaborativa. Essa pesquisa se insere no viés da história pública por produzir um diálogo com o público pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016).

Palavras-chave: Povos Vatwa. Memória. Experiência. Cultura. resistência.



MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL DE GOIOERÊ

SUELI COSTA LEITÃO DE ALBUQUERQUE SANTANA (UNESPAR)
santana.sueli@escola.pr.gov.br

As transformações urbanas e sociais em Goioerê alteram a manutenção de suas memórias e de seu patrimônio cultural. A literatura mostra a importância da preservação da identidade local através do reconhecimento e valorização de bens materiais e imateriais. O presente trabalho tem como objetivo investigar as memórias coletivas e o patrimônio cultural de Goioerê, buscando identificar elementos significativos para a comunidade e discutir estratégias para sua preservação e divulgação. A metodologia a ser utilizada envolve revisão bibliográfica sobre memória, patrimônio cultural e estudos locais, dialogando com Walter Benjamin, Jacques Le Goff, François Hartog, José D' Assunção Barros entre outros. Visitas a locais da cidade, como a Casa da Memória, Casa da Cultura e alguns espaços urbanos, análise de fotografias antigas e atuais, bem como registros fotográficos realizados pelos alunos e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores de diferentes gerações em Goioerê, que possibilitarão identificar as memórias afetivas ligadas a locais, práticas e personagens da cidade, além de suas percepções sobre o patrimônio cultural existente e as formas de sua transmissão. Espera-se identificar os principais elementos do patrimônio cultural material e imaterial de Goioerê, reconhecidos como significativos pela comunidade local. Pretende-se analisar como as memórias dos moradores se relacionam com esses elementos do patrimônio, e de que forma essa relação contribui para a construção da identidade local. Visa-se discutir as estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural de Goioerê, valorizando a e fortalecendo o diálogo entre gerações. Espera-se que o trabalho contribua para o debate sobre a importância do patrimônio cultural para o fortalecimento da identidade cultural e o senso de pertencimento entre seus habitantes.

Palavras-chave: Identidade local. Preservação. História oral. Bens culturais. Diálogo intergeracional.



HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS PÚBLICOS LGBTQIA+

THIAGO RODRIGUES DA SILVA (UNESPAR)
thiagorsiva235@gmail.com

O presente texto é resultado de alguns questionamentos que surgiram a partir do desenvolvimento da minha pesquisa no Programa de Pós-graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) de Campo Mourão sobre memória LGBTQIA+. Ao abordar a produção e divulgação de conhecimento histórico feito dentro e fora dos espaços acadêmicos sobre essa parcela da população, observa-se que o público sempre está presente, seja como colaborador dos trabalhos, sujeito da pesquisa, público-alvo da divulgação científica ou produtor das narrativas. Logo, me proponho a apresentar algumas possibilidades de aproximação da temática LGBTQIA+ com as discussões da história pública, trazendo alguns exemplos de ações que dialoguem com as premissas apresentadas por Ricardo Santhiago (2016), na qual o autor apresenta que esse campo da História deve levar em consideração, como as preocupações *com, para e pelo* público, além de outros autores da história pública que produzem junto de pessoas LGBTQIA+, como Marta Rovai (2023) e Benito Bisso Schmidt (2024).

Palavras-chave: História pública. História LGBTQIA+. Memória.



ÁGUAS EM CONFLITO: IMPACTOS DA CGH DO RIO DA VÁRZEA EM CAMPO MOURÃO-PR SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA

VINICIUS GABRIEL LIRIO (UNESPAR)
vini8841@gmail.com

JORGE PAGLIARINI JUNIOR (UNESPAR)
palhajr@yahoo.com.br

A construção da CGH no Rio da Várzea (Campo Mourão-PR) gerou debates sobre impactos ambientais e culturais, afetando diretamente a comunidade indígena Guarani da aldeia Arandu Aty-ARA e os moradores do Barreiro das Frutas. A pesquisa utiliza História Pública e Oral para documentar essas narrativas e questionar o modelo de desenvolvimento energético. A CGH, a 600 metros da aldeia, ameaça o Nhanderekó (bem-viver Guarani), que expressa sua conexão espiritual com a natureza. O estudo analisa os fatores históricos e culturais que unem indígenas e comunidades tradicionais ao território, contrastando com o discurso oficial de sustentabilidade das pequenas hidrelétricas. A metodologia inclui entrevistas com 17 atores-chave (lideranças indígenas, moradores, ativistas e representantes da empresa) e análise documental. Os resultados indicam impactos em práticas culturais e memórias ligadas à Cachoeira do Barreiro. Como produto, será produzido um documentário colaborativo para ampliar o debate sobre conflitos socioambientais em projetos energéticos, contribuindo para modelos de desenvolvimento que respeitem saberes tradicionais.

Palavras-Chave: História Ambiental. História Pública. Povos Indígenas.



ANCESTRALIDADES: A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO PARA O ENSINO DAS CULTURAS AFRICANAS

PEDRO DUCATTI GUEDES (UNESPAR)
pedroducatti20@gmail.com

VITOR HUGO DA CRUZ SILVA (UNESPAR)
vitorhugocruzsilva24@gmail.com

A Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, demandando práticas pedagógicas que rompam com perspectivas eurocêntricas (Souza, Silva, Santos, 2020). Este trabalho apresenta a produção da HQ (História em quadrinhos) *Ancestralidades: Ovimbundu*, desenvolvida a partir das memórias do professor Gildo Adriano, da etnia Ovimbundu (Angola), articulando cultura, história e identidade. O objetivo é relatar a experiência de construção da obra, unindo experiência e realidade, teoria e prática. A metodologia envolveu entrevistas com o colaborador (Fisch, 1990), pesquisa bibliográfica, oficinas de roteiro e validação histórica. Como resultado, a HQ, pensada como material paradidático para o Ensino Fundamental, propõe uma educação antirracista e plural, ao valorizar memórias individuais como caminho para narrativas coletivas e históricas (Guimarães, 2001). A iniciativa reforça o papel da arte na educação e no reconhecimento de ancestralidades silenciadas.

Palavras-chave: Educação antirracista. Narrativas subalternas. Memória. Cultura africana. Paradidático.



ENTRE BUROCRACIAS E MEMÓRIAS: TENSÕES NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E A DESPROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO NO CASO DO PALACETE SCARPA (SOROCABA/SP)

WAGNER FONSECA SOUZA (UNESPAR)
wagner.ppghp@gmail.com

A presente comunicação parte da análise das interfaces entre os marcos legais das licitações públicas e os regimes de proteção do patrimônio histórico-cultural no Brasil. Tomando como eixo empírico o estudo do Palacete Scarpa, em Sorocaba/SP, examina-se como a racionalidade tecnocrática imposta pela Lei nº 14.133/2021 e sua ênfase em economicidade produzem descompassos com as exigências da preservação. A metodologia articula análise documental (atas do CMDP, contratos, editais), entrevistas com atores institucionais e leitura hermenêutica da legislação. Os dados evidenciam a descaracterização recorrente de restauros como reformas, fragilizando a memória coletiva. Ancorado em Magalhães (1997), Arroyo (2010), Arantes (2005) e Chuva (2021), argumenta-se que o modelo atual de contratação pública opera à revelia das lógicas patrimoniais, exigindo redesenho normativo que integre saberes históricos e escuta social no ciclo licitatório.

Palavras-chave: Gestão do Patrimônio. Direito Cultural. Licitação Pública. Palacete Scarpa. História Pública.



ENSINO ÉTNICO-RACIAL: REMEMORAÇÃO ESTUDANTIS EM DIÁLOGO COM A LITERATURA

YURI JUAN DE OLIVEIRA CARDOSO (UNESPAR)
Yuri_juan3@hotmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthiasimioni@yahoo.com.br

A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica, através da promulgação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, é uma realidade ainda invisibilizada pelo racismo institucional e estrutural que ecoa no país. Em busca de promover uma formação que possibilite a afirmação de uma identidade étnica e/ou cultural plural, a presente pesquisa parte da necessidade de, sobre o viés da perspectiva decolonial (Mbembe, 2014), (Fanon, 1952), (Quijano, 2017) trazer o estudo das questões étnico-raciais, por meio de uma proposta interdisciplinar que coloque em diálogo História e Literatura. É com base no filósofo Walter Benjamin (1985) que essa proposta surge, utilizando da literatura enquanto uma alegoria que interpela as memórias dos estudantes em práticas de rememoração e convida a produção de narrativas orais, escritas e iconográficas sobre as suas experiências vividas sobre as suas relações étnico- raciais. Esperamos com essa pesquisa construir uma educação antirracista.

Palavras-chave: Ensino de História. Cultura afro-brasileira. Cultura indígena. Literatura. Educação antirracista.



ENTRELAÇANDO VOZES E PRÁTICAS DAS MULHERES MUILAS E MUCUBAIS NOS ESPAÇOS: SALA DE AULA E CIDADE DO LUBANGO

YURI MANUEL FRANCISCO AGOSTINHO (Universidade de Luanda)
yanessanguifada@gmail.com

CYNTIA SIMIONI FRANÇA (UNESPAR)
cynthiasimioni@yahoo.com.br

Com a crescente influência da modernidade capitalista (Benjamin, 1985) no cotidiano das pessoas, especialmente dos estudantes, observa-se, por vezes, um reconhecimento de sujeitos e suas experiências coletivas e as práticas socioculturais locais a partir de representações provenientes das tecnologias digitais ou do senso comum. Pensando nessa situação, atrelado ao ensino de história e o trabalho acerca da história pública, estamos desenvolvendo uma pesquisa no estágio de pós-doutoramento no programa de Pós-Graduação em História Pública com foco nas representações da África no âmbito do ensino de história, de modo a perceber como os candidatos a professores de história, discentes da graduação em sua formação, (re)elaboram experiências enquanto agentes que estão sujeitos a cotejar diferentes versões sobre o continente africano provenientes do espaço público. Nossa preocupação, permitirá estabelecer um debate com a história pública sobre o continente africano que é disseminada nos diferentes espaços e públicos. Em termos metodológicos, estabeleceremos aproximações referentes a bibliografia que contempla produções de autores africanos e com bibliografia de epistemologia decolonial.

Palavras-chave: História Pública. Ensino de História de África. Formação de Professores.